



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

ANA CAROLINA DE SOUZA GONÇALVES

O QUE A GLOBO (NÃO) MOSTRA

Uma análise de enquadramento da cobertura jornalística da Globo
nos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil

Campo Grande (MS)

NOV / 2024

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



O QUE A GLOBO (NÃO) MOSTRA

Uma análise de enquadramento da cobertura jornalística da Globo nos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil

ANA CAROLINA DE SOUZA GONÇALVES

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto Experimental II do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: “O que a Globo (não) mostra: análise de enquadramento jornalístico da cobertura do Grupo Globo dos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil”

Acadêmica: Ana Carolina de Souza Gonçalves

Orientador: Marcos Paulo da Silva

Data: 28/11/2024

Banca examinadora:

1. Mario Luiz Fernandes
2. Marcelino de Andrade Gonçalves

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca destaca a qualidade do trabalho e recomenda que a monografia seja inscrita em premiações acadêmicas. Recomenda ainda a continuidade da pesquisa em nível de pós-graduação.

Campo Grande, 28 de novembro de 2024.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo da Silva, Professor do Magisterio Superior**, em 28/11/2024, às 20:40, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 29/11/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5246395** e o código CRC **F92D65AC**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016982/2024-74

SEI nº 5246395



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Dedico este trabalho à minha avó e
à minha mãe. Hoje, descansando
sob a sombra das árvores, agradeço
a elas por terem plantado as
primeiras sementes

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



AGRADECIMENTOS

Depois de praticamente um ano me dedicando de maneira exaustiva, mas também muito contente, a este projeto, acredito que dedicar algumas palavras aos que me deram apoio até aqui está longe de ser uma tarefa difícil.

Uma vez li os agradecimentos de uma dissertação cuja primeira linha dizia “Sou um ser iluminado”. Por mais que eu não tenha pretensões em fazer tal afirmação sobre mim, me sinto na obrigação de agradecer, portanto, a todos aqueles que de alguma maneira iluminam à minha vida.

É impossível não agradecer, em primeiro lugar, à minha mãe. Minha maior referência de amor, força, dedicação, comprometimento e responsabilidade. Mãe, tudo o que eu tenho hoje é graças a você! Espero algum dia conseguir te recompensar por tudo o que você já fez por nós e pela nossa família!

Ao meu irmão, Breno José. Não há nada que me faça sentir mais orgulho e felicidade do que lembrar todos os dias que, de todas as pessoas deste mundo, Deus me escolheu para ser a sua irmã!

Agradeço aos meus avós Jenir e Oswaldo, que foram pessoas fundamentais para que minha trajetória me trouxesse aqui. Agradeço em especial à minha avó, que infelizmente nos deixou ao longo do processo de idealização deste trabalho.

Aos meus amigos Diniz, Reuel e Felipe, por todo o apoio, dedicação e amor. Eu definitivamente não teria conseguido chegar até este momento sem a amizade de vocês!

Aos amigos Thalita, Malu, Victória, Geane, Carol, Helder, Maga, Fernanda, Enzo, Gabs e Polyana. Realizar o maior trabalho da minha vida até aqui teria sido muito mais difícil sem carinho e o incentivo de vocês. Muito obrigada por isso!

Ao meu querido orientador, amigo, e referência, o professor Dr. Marcos Paulo da Silva. Agradeço por todo o acolhimento, orientação e parceria. Ser sua

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



orientanda é para mim um motivo de enorme orgulho e alegria. Muito obrigada por nunca ter desistido de mim! Vai Corinthians!

Agradeço também a todas as pessoas que de alguma forma se fizeram presentes ao longo de toda a minha graduação no curso de Jornalismo, em especial aos que me ofereceram demonstrações de afeto e carinho durante o período de realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Nós conseguimos!

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS, ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Edições do Jornal Nacional e do Fantástico	81
Quadro 2: Edições do jornal O Globo	82
Tabela 1: Funções de enquadramento no <i>Fantástico</i> e no <i>Jornal Nacional</i> ..	121
Tabela 2: Tipos de enquadramento no jornal <i>O Globo</i>	136

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



RESUMO:

O objetivo desta pesquisa foi analisar a cobertura jornalística realizada pelo Grupo Globo de Comunicação em torno da efeméride de 60 anos do golpe civil-militar de 1964, completados em 31 de março de 2024. Nesse sentido, este trabalho, como opção de ordem metodológica, se utilizou da análise de enquadramento noticioso para examinar como o Grupo Globo, nas figuras do jornal *O Globo* e dos programas *Jornal Nacional* e *Fantástico*, enquadrou a rememoração dessa efeméride. No total, o recorte empírico contou com a análise de 31 conteúdos, entre elementos textuais, imagéticos e audiovisuais, veiculados entre 28 de março e 3 de abril de 2024, e que foram analisados a partir tanto das funções clássicas do enquadramento quanto por meio da classificação dos tipos de enquadramentos em enquadramentos temáticos e enquadramentos episódicos.

Palavras-chave: jornalismo; análise de enquadramento; golpe de 1964; Grupo Globo de Comunicação

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



“É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”
(Gal Costa)

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 Definições e aplicabilidade do conceito de enquadramento jornalístico	18
1.2 Os princípios da objetividade e da imparcialidade jornalística no processo de construção das notícias.....	22
1.3 Enquadramento, quadros primários de referência e ideologia	24
2 PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: FUNDAMENTOS HISTÓRICO-CONTEXTUAIS SOBRE GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR (1964-1985)	30
2.1 Os antecedentes do golpe de 1964.....	32
2.2 O governo João Goulart (1961-1964) e a agonia da democracia.....	35
2.3 A sorte está lançada: o fim do governo de João Goulart e o golpe civil- militar de 1964.....	40
3 A IMPRENSA DISSE “SIM”: A ATUAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA COMO AGENTE LEGITIMADOR DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	45
3.1 A imprensa e os quartéis: a imprensa brasileira como intelectual orgânico do golpe civil-militar de 1964	47
3.2 O golpismo na República das Bananas: a Escola Superior de Guerra, o complexo IPES/IBAD e a participação dos Estados Unidos da América no golpe de 1964	49
3.3 Golpe midiático-civil-militar	52
3.4 A ditadura na TV: como a televisão se tornou um meio de comunicação hegemônico a partir da imposição de um novo modelo econômico	58
3.4.1 “O povo não é bobo”: a relação do Grupo Globo com a ditadura militar e sua a transformação em um conglomerado hegemônico.....	63
4 O QUE A GLOBO (NÃO) MOSTRA? UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO ADOTADO PELA GLOBO NA COBERTURA DOS 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	75
4.1 Análise descritiva dos vídeos	83
4.1.2 Edição de 31/03/2024 do Fantástico (IJ1): “Entidades da sociedade Civil lembram os 60 anos do golpe militar com uma caminhada em São Paulo”	83

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



4.1.3 Edição de 31/03/2024 do Fantástico (IJ2): “Nos 60 anos do golpe militar no Brasil, podcast usa inteligência artificial para recuperar declarações dos generais da ditadura”	84
4.1.4 Edição de 01/04/2024 do Jornal Nacional (IJ3): “Maioria dos ministros do STF vota pelo entendimento que a Constituição não prevê atuação das Forças Armadas como poder moderador”	86
4.1.5 Edição de 02/04/2024 do Jornal Nacional (IJ4): “Comissão de Anistia aprova dois pedidos de perdão a povos indígenas perseguidos pela ditadura militar”	87
4.1.6 Edição de 02/04/2024 do Jornal Nacional (IJ5): Conselho reabre processo que investiga o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva	89
4.1.7 Edição de 02/04/2024 do Jornal Nacional (IJ6): Comissão reconhece Clarice Herzog, viúva de jornalista morto pela ditadura, como anistiada política	89
4.2.1 Textos Opinitivos	90
4.2.1.1 Edição Nº 33.106 de 28/03/2024 de O Globo (IJ7): “É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia”	90
4.2.1.2 Edição Nº 33.107 de 29/03/2024 de O Globo (IJ8): “Silêncio sobre o 31/3 expõe feridas do 8/1	91
4.2.1.3 Edição Nº 33.107 de 29/03/2024 de O Globo (IJ9): “Lula não entendeu nada”	92
4.2.1.4 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de O Globo (IJ10): “Ditadura nunca mais!”	93
4.2.1.5 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ11): “Jango e Brizola” 94	
4.2.1.6 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ12): “Walters, o americano que esteve em todas”	95
4.2.1.7 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ13): “O país que não sabe lembrar”	96
4.2.1.8 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ14): “1964, o passado já passou?”	97
4.2.1.9 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ15): “1964, memórias corrompidas”	98
4.2.1.10 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ16): “Educação na ditadura militar”	99
4.2.1.11 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ17): “O Brasil é um imenso primeiro de abril”	100
4.2.1.12 Edição Nº 33.111 de 02/04/2024 de O Globo (IJ18): “Antes que falem da economia”	101

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



4.2.1.13 Edição Nº 33.112 de 03/04/2024 de O Globo (IJ19): “O passado é teimoso”	102
4.2.2 Textos Informativos	102
4.2.2.1 Edição Nº 33.106 de 28/03/2024 de O Globo (IJ20): “As vozes do Golpe: com áudios inéditos, podcast da CBN revela bastidores do regime” ..	102
4.2.2.2 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de O Globo (IJ21): “Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux”	104
4.2.2.3 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de O Globo (IJ22): “PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64”	105
4.2.2.4 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de O Globo (IJ23): “Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de Janeiro”	106
4.2.2.5 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 do segundo caderno de O Globo (IJ24): “Passado que se faz presente”	107
4.2.2.6 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ25): “Lula evita se opor a militares e trava comissão”	110
4.2.2.7 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ26): “O 8 de janeiro não teve apoio popular como no golpe de 1964”	111
4.2.2.8 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de O Globo (IJ27): “Ministros da Defesa sempre foram frágeis diante dos militares”	112
4.2.2.9 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ28): “Em voto, Flávio Dino diz que ‘função militar é subalterna’	113
4.2.2.10 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de O Globo (IJ29): “Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe”	114
4.2.2.11 Edição Nº 33.111 de 02/04/2024 de O Globo (IJ30): “Maioria da corte entende que Constituição não prevê intervenção militar”	116
4.2.2.12 Edição Nº 33.112 de 03/04/2024 de O Globo (IJ31): “Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe”	117
4.3.1 Análise das funções e dos tipos de enquadramento no Fantástico e no Jornal Nacional	119
4.3.2 Análise das funções de enquadramento no jornal O Globo	127
4.3.2.1 Silêncio oficial do governo Lula em relação aos 60 anos do golpe de 1964	127
4.3.2.2 Invasão de Brasília no dia 8 de janeiro de 2023	130
4.3.2.3 Julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre os limites e constitucionalidade da atuação das Forças Armadas	131
4.3.2.4 Outras temáticas	133

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



4.3.3 Análise dos tipos de enquadramento em O Globo	134
4.3.4 Análise qualitativa global	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	145

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



INTRODUÇÃO

Em 13 de março de 1964, mais de 150 mil pessoas se reuniram na estação ferroviária Central do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, para participar de um comício político. Dentre as principais lideranças políticas presentes na Central do Brasil estava João Belchior Marques Goulart, o presidente do Brasil. Jango, como João Goulart era popularmente conhecido, assumiu a cadeira da presidência após Jânio Quadros renunciar ao cargo, em agosto de 1961, alegando estar sendo 'pressionado por forças ocultas'. Naquele 13 de março, Jango discursava a favor das Reformas de Base, um conjunto de reformas que consistiam na realização de modificações em diferentes setores estruturais da vida social brasileira, como, por exemplo, nos setores político, agrário, bancário, eleitoral e tributário (Napolitano, 2021, p.36). Na multidão, se misturavam pessoas com distintas reivindicações, além de filiados a grupos e partidos políticos. Também ali se encontravam bandeiras vermelhas e faixas que pediam a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava na ilegalidade desde 1947.

João Goulart, ex-ministro do Trabalho durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), e que representava durante tal conjuntura histórica uma das principais lideranças políticas do movimento trabalhista no Brasil, insuflava membros da classe operária e partidos políticos de esquerda a favor de seu projeto reformista: estava armado o cenário que seria usado como alibi pelos golpistas para justificar o afastamento de Jango da presidência. O 'fantasma do comunismo', que rondava o país desde a fracassada Intentona Comunista em 1935 (Motta, 2021), voltava para o centro do debate político nacional. Enfim, após uma série de tentativas malsucedidas, no dia 31 de março de 1964 os militares destilaram o golpe final à frágil e jovem democracia brasileira.

Atualmente, seis décadas depois, o processo histórico que ocasionou o afastamento de João Goulart e a posterior implementação de um regime político ditatorial ainda provoca tensionamentos, sobretudo no ambiente acadêmico, em



torno da seguinte questão: como deve ser classificado conceitualmente o golpe de 1964? Para René Armad Dreifuss (1981), autor de um dos livros seminais nos estudos sobre a ditadura militar no Brasil, o golpe deflagrado em 1964 foi uma consequência da mobilização de setores da sociedade brasileira na defesa dos interesses econômicos do “bloco do capital multinacional e associado”. Diferentemente das contribuições de Dreifuss (1981), outra linha teórico-conceitual, defendida por historiadores como Carlos Fico (2014), Marcos Napolitano (2021) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021), propõem enquadrar conceitualmente o processo histórico ocorrido em 1964 como um golpe civil-militar. Ou seja, para esses autores, mais do que um mero observador que assistiu àquele período de alta instabilidade política inerte e passivamente, a adesão e a mobilização de parcela considerável da sociedade civil foram decisivas para que o golpe orquestrado pelos militares pudesse ser de fato concretizado.

Por fim, vale salientar a existência de mais uma linha teórico-conceitual que acaba por direcionar o seu escopo de análise para um setor específico da sociedade brasileira. Segundo Juremir Machado da Silva (2014), o golpe de 1964 teria sido mais do que apenas um golpe civil-militar: para o autor, 1964 foi, antes de tudo, um golpe midiático-civil-militar. Nesse sentido, a definição proposta por Silva (2014) lança luzes sobre a atuação de um dos mais proeminentes setores da sociedade civil durante o processo histórico em questão: a imprensa brasileira. Como aponta Marcos Napolitano (2021), os grandes veículos da imprensa nacional, que em 1961 haviam apoiado a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, passaram a se configurar como peças-chave na conspiração golpista contra Jango, sobretudo a partir do final de 1963. Naquele cenário, embalada pelo apelo anticomunista típico da Guerra Fria, a imprensa foi um dos principais canais de disseminação da ideia de que Goulart, classificado como um ‘refém’ do radicalismo dos movimentos sociais de esquerda, representava uma ameaça à ordem constitucional democrática.



Nos dias que antecederam o Golpe, diferentes veículos da imprensa nacional conduziram uma verdadeira “operação de guerra retórica para desqualificar as ‘reformas de base’ de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas” (Silva, 2014, p.11-12). Naquele contexto, as capas dos principais jornais do país estampavam editoriais que defendiam explicitamente à remoção de Goulart da presidência, e, dentre os principais veículos de imprensa naquele contexto, o jornal *O Globo* se configurou como um dos mais enfáticos defensores da tomada do poder pelos militares. Na edição do dia 02 de abril, em texto editorial intitulado “Ressurge a democracia”, o *Globo* comparava o golpe de 1964 a um ato de resgate do povo brasileiro pela “providência”:

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. [...] Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela providência que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor (*O Globo*, p.1, 02 de abril 1964).

Como aponta Silva (2014), uma parte considerável dos jornais que tão enfaticamente se aliaram aos militares em 1964, acabaram por se tornar um dos primeiros setores da sociedade civil a sofrer as consequências da institucionalização das formas de repressão conduzidas pelo novo regime ditatorial. Contudo, enquanto parte dos veículos de comunicação resistia ao endurecimento do autoritarismo da ditadura militar, o jornal *O Globo*, pertencente às Organizações Globo, permaneceria como um dos principais aliados dos militares no setor midiático até durante os anos finais da ditadura. Segundo Arthur Venício de Lima (2014), a relação entre a Globo e a ditadura militar não se configurava como uma relação linear: ao mesmo tempo em que os militares garantiram à Globo tanto os aspectos materiais (como a construção da infraestrutura de comunicações) quanto burocráticas (a partir da inexistência de um aparato regulador capaz de coibir a formação de monopólios midiáticos),



cabia às Organizações Globo atuar como agente reforçador dos aspectos ideológicos, que serviam de sustentáculo para a manutenção do regime político no plano cultural.

Em 2024, o golpe civil-militar completou 60 anos. Se para a história do Brasil o dia 31 de março representa a concretização de um projeto de poder conduzido e orquestrado por décadas pelas Forças Armadas, para o Grupo Globo de Comunicação a mesma data representa um terreno paradoxal em termos históricos: se por um lado o golpe de 1964 foi o alicerce para a construção do maior conglomerado de comunicação do Brasil e da América Latina, por outro afundou o país em um violento regime de exceção que perdurou até o final dos anos 1980 com o estabelecimento de censura e graves consequências para o setor midiático nacional.

Nesse sentido, o presente trabalho monográfico possui como objetivo central a realização de uma análise de enquadramento jornalístico da cobertura realizada pelo Grupo Globo de Comunicação em torno da rememoração da efeméride dos 60 anos do golpe de 1964. Logo, visando analisar como diferentes veículos pertencentes ao Grupo Globo de Comunicação abordaram essa temática, este trabalho foi dividido, em síntese, na realização de duas etapas principais. Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória em torno do conceito de enquadramento noticioso, assim como uma revisão de literatura, capaz de apresentar os principais aspectos relativos à atuação da imprensa brasileira, com enfoque sobre as Organizações Globo, naquela conjuntura histórica. Já em um segundo plano, foi realizada a análise propriamente dita, a partir da aplicação sobre o *corpus* da pesquisa tanto das funções clássicas do enquadramento proposta por Robert Entman (1993) quanto por meio da classificação dos tipos de enquadramentos em enquadramentos temáticos ou em enquadramentos episódicos (Iyengar, 1991).



1 SOBRE O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO: ORIGEM, DEFINIÇÕES E ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE PESQUISA

Em primeiro lugar, se faz necessário pontuar que não existe uma única abordagem para noção de enquadramento como conceito e método de análise. É preciso salientar que, em razão dessa concepção teórica ter sido historicamente utilizada como método de análise aplicado em diferentes áreas do conhecimento, não existe uma definição que seja capaz de abarcar, de maneira simples, coesa e objetiva, as diferentes formas de empregabilidade para a ideia de enquadramento (Entman, 1993; Carvalho, 2009).

Inicialmente, o método do enquadramento passou a ser aplicado na área das Ciências Sociais, sobretudo nos estudos desenvolvidos nos campos da Psicologia e da Sociologia. De acordo com Mauro Porto (2002), o emprego sistemático do conceito de enquadramento se deu, pela primeira vez, a partir dos estudos realizados por Erving Goffman (2012)¹, sobretudo a partir do livro “*Framing Analysis*”. O sociólogo canadense foi o primeiro autor a propor uma articulação sobre a existência de ‘quadros’ primários e secundários, estando os chamados quadros de referência primários presentes no plano cultural de uma determinada sociedade e que poderiam ser, portanto, empregados na análise de fenômenos sociais. Nesse sentido, Goffman (2012) define enquadramentos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazerem sentido dos eventos e das situações sociais em que estão envolvidos (Porto, 2002, p.4).

As pesquisas desenvolvidas por Goffman serviram como suporte teórico para uma gama de outros estudos que foram posteriormente realizados no campo das ciências humanas e sociais, sobretudo com maior propulsão a partir das décadas de 1970 de 1980 (Silva, 2015, p.26). Nesse cenário, uma das primeiras aplicações do conceito de enquadramento para estudos realizados na

¹ “Framing Analysis” foi publicado originalmente em 1974. Este trabalho, por sua vez, está utilizando a edição de 2014, e que está traduzida para língua portuguesa.



área de Comunicação aconteceu a partir dos trabalhos desenvolvidos pela socióloga estadunidense Gaye Tuchman (1978).

Segundo Carvalho (2009), Tuchman foi uma das primeiras autoras que se utilizou do conceito de enquadramento nos estudos em Jornalismo. Valendo-se das contribuições teóricas de Goffman, a autora mobilizou a ideia de enquadramento como parte de “uma perspectiva mais ampla de compreensão do jornalismo, a exemplo das suas reflexões sobre a participação do jornalismo nos processos de construção social da realidade” (Carvalho, 2009, p.6).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as contribuições teóricas de Tuchman se configuram como uma das primeiras experiências a relacionar o conceito de enquadramento com o processo de construção das notícias. Em sua obra *Making News: A Study in the Construction of Reality*, Tuchman (1978, p.1), defende que as notícias atuam como uma espécie de “janela para o mundo”, através da qual os indivíduos são capazes de interpretar a realidade na qual estão inseridos. Para a autora, portanto, as notícias promovem “um enquadramento que define e constrói a realidade” (Porto, 2002, p.5).

1.1 Definições e aplicabilidade do conceito de enquadramento jornalístico

Além de Tuchman (1978), Todd Gitlin (2003) foi outro autor que desenvolveu estudos voltados para a compreensão dos papéis exercidos pelos enquadramentos nos processos de construção das narrativas noticiosas. Em *The whole world is watching*, publicado originalmente em 1980, Gitlin (2003) realiza uma apresentação sobre como a mídia estadunidense realizou a cobertura jornalística de movimentos políticos e sociais nos Estados Unidos durante o período da Guerra da Fria (1945-1989). Mais especificamente, Gitlin (2003) apresenta a maneira pela qual a mídia estadunidense atuou no enquadramento da *Students for a Democratic Society* (SDS), uma das mais notáveis organizações do movimento estudantil nos Estados Unidos, que surgiu



em meados da década de 1960, e que militava, sobretudo, de maneira contrária à participação dos Estados Unidos na guerra do Vietnã (1959-1975).²

Em sua pesquisa, Gitlin (2003) evidencia como a mídia estadunidense – a partir da utilização de técnicas específicas de enquadramento, tais como ênfase, seleção e exclusão – atuou para consolidar uma determinada linha interpretativa que culminou no silenciamento e deslegitimação das mensagens emitidas por esses grupos frente à opinião pública, assim como atuou para transformar os líderes desses movimentos sociais em celebridades. Em outras palavras, o enquadramento exercido pela mídia na cobertura desses movimentos sociais suprimiu a apresentação das pautas sociais reivindicadas por esses grupos, ao mesmo passo em que personalizou a cobertura midiática a partir da centralização das reivindicações na superexposição e apresentação de aspectos individuais relacionados aos líderes desses movimentos sociais.

Segundo Porto (2002), para além de ter se tornado uma das principais referências em pesquisas sobre a relação entre os meios de comunicação e movimentos sociais, Gitlin foi o primeiro autor a apresentar “uma definição mais clara e sistemática do conceito de enquadramento” (Porto, 2002, p.6). Para Gitlin (2003), enquadramentos são padrões que organizam o mundo tanto para os jornalistas que constroem e reportam as notícias quanto para os diferentes públicos consumidores dessas informações. Nas palavras do autor:

Enquadramentos de mídia, amplamente silenciados e não reconhecidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas, que relatam os acontecimentos, e, em grau de importância, quanto para nós que dependemos de seus relatos. *Enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através do qual os manipuladores de símbolos rotineiramente organizam os discursos, sejam estes verbais ou visuais* (Gitlin, 2003, p. 7; tradução nossa, itálicos no original).

De acordo com Mauro Porto (2002), todavia, a despeito das significativas contribuições de Gaye Tuchman e de Todd Gitlin, o primeiro autor a realizar uma

² Todd Gitlin foi um dos fundadores do *Students for a Democratic Society* (SDS), um dos principais movimentos sociais da chamada Nova Esquerda nos Estados Unidos. Ver <https://www.britannica.com/biography/Todd-Gitlin>. Acesso em: 20 mar. 2024.



sistematização mais específica, capaz de reunir e propor tipologias para os principais elementos relacionados ao conceito de enquadramento no campo dos estudos em Jornalismo, foi também o teórico estadunidense Robert Entman (1993). De maneira semelhante a Gitlin (2003), Entman (1993) define o conceito de enquadramento a partir de duas ações principais em um texto comunicativo: a seleção e a saliência. Entretanto, nas palavras do autor, novos elementos são ressaltados no processo:

Enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida de modo a torna-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito (Entman, 1993, p.52; tradução nossa, itálicos no original).

Dessa forma, Entman (1993) chama a atenção para a existência de funções fundamentais promovidas pela aplicação de um determinado enquadramento em uma narrativa noticiosa, notadamente: **1)** a definição de um problema; **2)** sua interpretação causal; **3)** atribuição de uma avaliação moral; e **4)** a recomendação de tratamento para resolução do problema. Explicita o autor:

Enquadramentos, portanto, *definem problemas* – determinam o que certo agente causal está fazendo a que custos e benefícios, usualmente medidos a partir de valores culturais compartilhados em comum; *diagnosticam causas* – identificam quais forças estão criando o problema; *realizam julgamentos morais* – avaliam os agentes causais e os seus efeitos; e *sugerem soluções* - oferecem e justificam determinada opção de tratamento para os problemas e preveem suas possíveis consequências. Uma única sentença pode performar mais de uma dessas quatro funções, embora muitas frases em um texto podem não conter nenhuma delas (Entman, 1992, p.52; tradução nossa, itálicos no original).

Nesse sentido, para Entman (1993, p.55-56), compreender a maneira pela qual operam os enquadramentos ajuda a ilustrar as controvérsias relacionadas às diferentes formas de empregabilidade desse conceito, ao mesmo passo em que direciona a atenção para os pormenores sobre como os textos comunicativos exercem o seu poder.



Além de uma gama de diferentes teóricos que se debruçaram em torno de definições sobre o conceito de enquadramento, Mauro Porto (2002) aponta também para a existência de uma outra corrente teórica, cujos estudos se voltaram para a compreensão dos possíveis efeitos causados pelos enquadramentos de mídia sobre as audiências. Dentro desse escopo de análise, o cientista político Shanto Iyengar (1991) em sua obra *“Is anyone responsible”* analisa os modos por meio dos quais os enquadramentos de mídia utilizados pela televisão impactam no processo de atribuição de responsabilidade, por parte das audiências, em torno de problemas cujos desdobramentos se dão nos campos político e social.

Nesse sentido, Iyengar (1991) aponta para a existência de dois tipos de enquadramentos: os “enquadramentos episódicos”, que se referem a um determinado evento ou acontecimento específico, e os “enquadramentos temáticos”, em que o foco da análise se dá em um nível que extrapola o mero acontecimento dos fatos/eventos (Porto, 2002, p.10). Segundo Porto (2002), as contribuições teóricas de Iyengar (1991) apontam que:

A partir dos resultados de seus experimentos controlados e de *surveys*, Iyengar conclui que atribuições de responsabilidade funcionam como marcos de referência importantes no processo de formação de opinião. [...] Iyengar apresenta um dos estudos mais sistemáticos e importantes sobre processos de enquadramento. A conclusão principal do autor é a de que o enquadramento episódico faz com que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos, em lugar da consideração de forças ou fatores sociais mais amplos. Em consequência, a relação entre esses problemas e a ação ou falta de ação de líderes políticos fica obscurecida (Porto, 2002, p. 10, itálico no original).

Desse modo, tanto a definição de enquadramento e de suas respectivas funções proposta por Entmann (1993) quanto a distinção elaborada por Iyengar (1991) sobre a existência de “enquadramentos episódicos” e “enquadramentos temáticos” representam conceitos basilares para o processo de análise que será desenvolvido neste trabalho.



1.2 Os princípios da objetividade e da imparcialidade jornalística no processo de construção das notícias

Segundo Jeronimo (2019, p.13), desde que os estudos em Jornalismo se complexificaram e transpassaram o mero reconhecimento da existência de ideias normativas e da profissão, o campo jornalístico se tornou um campo de conhecimento científico e especializado, levando gerações de pesquisadores a projetar o seu escopo de análise no processo de construção das notícias. Desde então, tal como contextualizado anteriormente, a utilização do enquadramento como método de análise passou a ser aplicada, principalmente, no contexto de estudos realizados sobre comunicação política, de modo a evidenciar, principalmente, o papel exercido pela mídia em sua relação com o campo político (Porto, 2002).

Historicamente, parte significativa dos estudos sobre comunicação política voltou-se a uma linha interpretativa segundo a qual o campo jornalístico, sob os supostos paradigmas da imparcialidade e da objetividade, seria responsável por resguardar o funcionamento saudável do regime político democrático (Porto, 2002, p.1-2). Todavia, para Porto (2002), ambos os conceitos – da objetividade e da imparcialidade jornalística – acabam por eclipsar as diferentes nuances que podem estar presentes na interface entre os campos da comunicação e da política. Tal circunstância acaba por inferir no mascaramento de jogos de força que influenciam na complexidade do processo de construção das narrativas jornalísticas.

Em sua pesquisa, Jeronimo (2019) recorre às contribuições de Tuchman (1993), Gans (2004), Martín-Barbero (2004) e Schudson (2010) para apontar a fragilidade do discurso deontológico calcado na forma acrítica nos princípios da objetividade e da imparcialidade durante o processo de construção de notícias. De acordo Tuchman (1993), no escopo de sua teoria interpretativa da objetividade como ritual estratégico, o principal motivo que por décadas justificou a aceitação de ambos os conceitos como estandartes do campo jornalístico consiste na possibilidade de utilizá-los como um ‘escudo’, capazes de proteger



os jornalistas dos riscos inerentes à profissão. Nesse sentido, a simples ideia de que o trabalho jornalístico é o resultado da apresentação fidedigna dos fatos relatados da realidade concreta obtidos através da aplicação objetiva das devidas técnicas de apuração, mostra-se, de antemão, potencialmente capaz de eximir tanto os profissionais do campo quanto os detentores das empresas de comunicação de eventuais acusações de ‘manipulação’ ou ‘difamação’ (Jeronymo 2019, p.24 *apud* Tuchman, 1993, p.74). Conforme argumenta Jeronymo (2019, p. 23):

A padronização, os estereótipos e a rotina de julgamentos praticadas nas redações – isto é, a sistematização – fazem parte, segundo Lippman (2010. p.300), de um modelo de jornalismo industrial que tem como objetivos principais a economia de tempo e esforço, assim como a garantia parcial contra o fracasso. Essas convenções jornalísticas se relacionam intrinsecamente com o *modus operandi* que rege o jornalismo ocidental desde o começo do século XX, modelo que adota estandartes ideias como a ‘objetividade’ e a ‘imparcialidade’, que imperam nas redações até a entrada do século XXI, mesmo que de forma implícita.

Seguindo as contribuições teóricas de Tuchman (1978) e de Gitlin (2003), Jeronymo (2019) também salienta a influência que práticas comuns à profissão, como o cumprimento de ações institucionalizadas estabelecidas nas rotinas produtivas de uma empresa de comunicação (reuniões de pauta, deadlines, escolha das fontes, padronização de escrita, etc.), podem exercer durante o processo de construção das narrativas jornalísticas. Nas palavras da autora:

Independente do formato em que serão publicadas, seja em um jornal impresso, TV, rádio ou portais da internet, as notícias e outros conteúdos jornalísticos tradicionalmente têm em comum o fato de serem produzidas por jornalistas dentro das redações, ambientes nos quais imperam regras específicas oriundas não somente da deontologia da profissão, mas também daqueles que estão acima na hierarquia e dos proprietários das organizações noticiosas (Jeronymo, 2019, p.18).

Desse modo, na esteira da linha argumentativa de autores como Tuchman (1978) e Gitlin (2003), suscita-se que as notícias não são, a despeito dos pressupostos da clássica Teoria do Espelho, simples reflexo da realidade social, mas, sim, conseqüências tanto das escolhas tomadas pelos jornalistas quanto das especificidades organizacionais inerentes às rotinas das empresas



jornalísticas. Em outras palavras, os enquadramentos adotados no processo de construção de uma notícia são “fruto das rotinas do jornalismo, procedimentos organizacionais influenciados em grande parte pelos interesses econômicos e políticos das organizações de notícias” (Jeronymo, 2019).

1.3 Enquadramento, quadros primários de referência e ideologia

Nesse cenário, uma vez problematizada em termos teóricos-conceituais a lacuna entre as noções de objetividade e de imparcialidade e a realidade empiricamente vivenciada nas redações jornalísticas, como justificar a permanência desses conceitos nas engrenagens do discurso histórico de autolegitimação da prática profissional de produção noticiosa (Henriques, 2022; Vos & Finneman, 2017)? Além disso, na impossibilidade de uma interpretação viável e exaustiva sobre a relação entre mídia e política calcada nos princípios da objetividade e da imparcialidade como parâmetros de análise, como constituir uma alternativa metodológica passível de contemplar os diferentes tensionamentos e escolhas presentes na cobertura jornalística de temas oriundos do campo político?

Para Porto (2002, p.2), para além de emergir como uma nova alternativa para o desenvolvimento de estudos na interface entre comunicação e política, a utilização do conceito de enquadramento como método de análise de conteúdos midiáticos também passou a representar uma possibilidade de complementaridade às teorias jornalísticas já existentes, a exemplo da hipótese do Agendamento, ou *Agenda Setting*, elaborada por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972). Nesse sentido, infere-se que a utilização do conceito de enquadramento representa tanto uma “alternativa a paradigmas em declínio, como também um complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes” (Porto, 2002, p.3).

Não obstante, como forma de melhor contemplar a complexidade do debate, o autor Carlos Alberto de Carvalho (2009) questiona o modo como determinadas aplicações do conceito de enquadramento não são capazes de



abarcas as diferentes nuances envolvidas nos processos de constituição das narrativas noticiosas. Segundo Carvalho (2009), por vezes, o conceito de enquadramento é tomado como mera consequência de escolhas operacionais que são tomadas durante o processo de construção das notícias, ou, ainda, como fruto da aplicação direta de políticas editoriais adotadas por um determinado veículo de comunicação (Carvalho, 2009, p.2).

Nesse ínterim, Carvalho (2009) tece críticas à mobilização do conceito por Gaye Tuchman (1978) em razão do que considera como uma interpretação limitante pela autora da obra do sociólogo Erving Goffman (2012). Retomando o conceito goffmaniano de enquadramento, os “frames”, ou quadros, constituem um “conjunto de princípios capazes de coordenar a interpretação subjetiva dos eventos e fatos”. Em outras palavras, os quadros seriam as estruturas de símbolos responsáveis por permitir que os indivíduos, frente a um determinado acontecimento, possam responder a seguinte pergunta: “o que está acontecendo aqui?” (Raposo, 2018, p.32). Nas palavras de Carvalho (2009, p.5, *itálicos no original*):

Assim, se a primeira dúvida que cada um tem diante de uma determinada situação é sobre os seus significados, os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*) da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais. Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários.

Ou seja, para Carvalho (2009), por mais que Tuchman (1978) se utilize da obra de Goffman (2012) como ponto de partida para seus estudos sobre enquadramento, a interpretação defendida pela autora tende a considerar os enquadramentos muito mais como frutos das escolhas, práticas e constrangimentos inerentes ao trabalho jornalístico em detrimento da influência exercida pelos quadros primários de referência no processo de interpretação e apreensão da realidade social no plano da cultura, tanto pelos consumidores das informações quanto, em primeira instância, pelos próprios jornalistas que as produziram. Para Carvalho (2009), esta “visão operacionalizada” do conceito de



enquadramento noticioso, presente em Tuchman (1978), por exemplo, tende a promover um “apagamento” do fato que ambos os polos envolvidos no processo comunicativo – jornalistas e os consumidores de informação – estão em constante interação com o contexto social no qual estão inseridos. Para Carvalho (2009), portanto:

A concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores com os quais tem que se haver acontece não somente a partir da definição de uma linha editorial, própria a cada veículo, e em função da qual serão feitas as escolhas dos acontecimentos que comporão um determinado noticiário. Ela está relacionada a uma série de procedimentos técnicos que, em certa medida, são comuns a todas as organizações que têm a notícia como foco. No entanto, a engrenagem envolvida na produção jornalística está longe de reduzir-se a um conjunto de técnicas que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. Ela envolve aspectos mais sofisticados que são, em última instância, os definidores dos modos mesmo como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real (Carvalho, 2009, p.3-4).

Ou seja, de acordo com Carvalho (2009), o uso de enquadramentos não poderia ser reduzido a uma simples aplicação de aspectos técnicos no processo construção das notícias: ao enfatizar um determinado recorte em detrimento da supressão de uma outra parte da realidade retratada, os jornalistas e as empresas de comunicação já estão se valendo do conceito de enquadramento para decidir, em primeira instância, quais fatos serão (e quais não serão) apresentados como uma notícia. Em síntese, as críticas realizadas por Carvalho (2009) à interpretação de Tuchman (1978) não possuem como objetivo colocar em xeque a representatividade e as contribuições do trabalho da socióloga para os estudos em Jornalismo, mas, sim, evidenciar “o fato de o jornalismo apresentar-se como uma atividade mais complexa em suas relações com o social do que sugerem as abordagens da autora” (Carvalho, 2009, p.8).

Da mesma forma como Carvalho (2009) promove uma reflexão crítica sobre o trabalho de Tuchman (1978), o autor também aponta o que considera serem ‘lacunas conceituais’ presentes na noção goffmaniana de quadros primários. Segundo Carvalho (2009), ao pouco se debruçar sobre a origem dos



quadros primários de referência, além do fato de afirmar que eles estariam enraizados socialmente, os estudos de Goffman (2012) sobre o conceito de enquadramento apresentariam, por conseguinte, “um claro limite conceitual” (p.11). Nas palavras do próprio autor brasileiro:

A noção de quadros primários, tal como Goffman os apresenta, possui um limite conceitual claro, uma vez que o autor não ultrapassa a descrição deles como as referências primeiras que acionamos, sem a identificação de qualquer outra realidade que os explicita. Desse modo, parece-nos necessário buscar conceituações que esclareçam as próprias probabilidades de constituição dos quadros primários de referência, sob o risco de tomar os enquadramentos como dados por referências cognitivas apenas indicadas como enraizadas no social, sem perceber tais enraizamentos como construções humanossociais, que podem ser localizadas em suas origens, evolução e superação (Carvalho, 2009, p.11-12).

Nesse cenário, Carvalho (2009, p.12) propõe um retorno ao conceito de ideologia como “uma das possibilidades de enfrentar a incipiente conceituação dos quadros primários”, além de recorrer às reflexões do autor Michael Löwy (1995), uma vez este concebe a noção de “ideologia como construção de ideias comprometidas com visões de mundo de grupos sociais” (Carvalho, 2009, p.12). Dessa maneira, ao compreender o conceito de ideologia como um elemento atrelado ao processo de construção dos enquadramentos adotados pelo campo jornalístico, o trabalho de Carvalho (2009) dialoga com o arcabouço teórico desenvolvido por Todd Gitlin (2003).

Segundo o sociólogo estadunidense, Gitlin (2003) afirma que, para além de se configurarem como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão”, os enquadramentos midiáticos fazem com que “o mundo pareça natural, para além da experiência direta (Gitlin, 2003, p.6; tradução nossa, *itálico no original*). Gitlin (2003) é categórico ao apontar para a influência exercida pelos meios de comunicação sobre todo o corpo social, uma vez que considera a ubiquidade e a onipresença como duas das principais características inerentes à atuação da mídia. Todavia, o autor enfatiza para o fato de que o papel exercido pelos meios de comunicação não se limita às relações comunicativas mediadas, uma vez que os considera como “uma força social significativa na formação e delimitação dos pressupostos,



atitudes e estados de espírito públicos – em resumo, de ideologia” (Gitlin, 2003, p.9, tradução nossa). Ou seja, para Gitlin (2003), o processo de disseminação de conteúdo noticioso está intrinsecamente atrelado ao processo de disseminação de ideologia (Jeronymo, 2019, p.28). Nas palavras do sociólogo estadunidense:

Dentro de suas respectivas crenças individuais, as pessoas se veem dependendo da mídia para conceber conceitos, imagens, heróis, informação orientadores, como repositório de cargas emocionais, para o reconhecimento dos valores públicos, para reconhecimento de símbolos em geral, e, até mesmo, para a linguagem. Para simplificar: os meios de comunicação de massa tornaram-se sistemas centrais para a distribuição de ideologia (Gitlin, 2003, p.2; tradução nossa).

Gitlin (2003) se utiliza das noções de ideologia e de hegemonia³ desenvolvidas pelo teórico italiano Antonio Gramsci ainda no início do século XX para propor um outro conceito: o enquadramento hegemônico. Em sua acepção gramsciana, aponta Gitlin (2003, p. 253, tradução nossa), o conceito de hegemonia pode ser compreendido como a subordinação de classes ou grupos por uma outra classe (ou aliança) dominante através da elaboração e penetração de ideologia na vida cotidiana.

Logo, ao transportar esse conceito para os estudos sobre os enquadramentos de mídia, Gitlin (2003) afirma que os meios de comunicação constituem enquadramentos hegemônicos, por meio dos quais uma determinada visão de mundo, ideologicamente hegemônica, é preterida em detrimento dos demais recortes de uma realidade social, seja por meio da utilização de rotinas práticas de produção, seja por meio de ações extraordinárias (Gitlin, 2003, p.257). Nesse contexto, os enquadramentos hegemônicos constituem “instrumentos de poder utilizados pelos detentores dos meios de comunicação – deliberadamente ou não – para assegurar a manutenção do sistema político e econômico dominante do qual eles mesmos são parte” (Jeronymo, 2019, p.29).

³ Os conceitos de ideologia e hegemonia são concepções teóricas amplamente discutidas por uma gama de autores que se propuseram a aplicá-los em diferentes áreas de estudo. O objetivo visado com a apresentação de ambos os conceitos neste trabalho é meramente referencial e contextual. Para detalhes, ver: Chauí (2001).



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



É justamente a partir das perspectivas defendidas por Carvalho (2009) e Gitlin (2003) que será empregada a análise realizada neste trabalho.



2 PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES⁴: FUNDAMENTOS HISTÓRICO-CONTEXTUAIS SOBRE GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Em “*Sobre o autoritarismo brasileiro*”, a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz (2019) realiza uma apresentação sobre alguns aspectos que, em virtude de suas raízes historicamente arraigadas nos pouco mais de 500 anos de história do país, ainda reverberam sobre a contemporânea estrutura social brasileira. Segundo a autora, a partir das bases da estrutura administrativa adotada por Portugal para gerir seu vasto território colonial nas Américas, mais do que apenas o idioma oficial de sua antiga metrópole, a herança histórica legada ao Brasil pelos anos de colonização também foi marcada pelos séculos de escravidão institucionalizada e pela normalização de práticas de corrupção, de mandonismo e patrimonialismo. Trata-se, enfim, de um legado que remete à existência de um país historicamente desigual, violento e intolerante.

Para Schwarcz (2019), eram justamente a partir das diferentes formas de manifestação da violência – representadas, nesse sentido, tanto física quanto simbolicamente – que o gerenciamento do grande território colonial poderia ser, portanto, efetivamente realizado. Nesse cenário, cabe salientar que a administração colonial se dava muito além das questões meramente administrativas de ordem política e econômica: no centro de toda essa estrutura, estava um grande contingente populacional composto pelos diferentes povos originários, espalhados ao longo de todo o território e, também, negras e negros que, uma vez compulsoriamente transformados em pessoas escravizadas, chegaram ao Brasil.

Contudo, para que essas diferentes formas de violência não encontrassem resistência dentre o corpo social no qual eram aplicadas, as práticas precisavam ser, antes de tudo, moralmente justificadas e normalizadas,

⁴ O nome deste capítulo faz alusão à canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré. Assim como Vandré, uma série de outros artistas nacionais exerceram práticas de resistência à ditadura militar no plano da cultura a partir de diferentes formas de expressão artística, como a música, o teatro, cinema, literatura, etc. Ver: Marcos Napolitano (2015; 2021).



a partir de uma lógica pautada na polarização entre dois grupos cujas existências estavam em um estado de constante oposição: “nós” *versus* “os outros”. Nas palavras da autora:

Esses dois clássicos da época da colonização nos ajudam a refletir sobre um padrão de comportamento que pode se apresentar, com distintas formas renovadas, ainda nos tempos atuais. Qual seja, a negação da violência e da intolerância com o “outro”, aquele que é diverso, a partir de um “verniz” que justifica a dominação, e até a elogia, ao mesmo tempo que a encobre e minimiza. Talvez por isso, durante tanto tempo existiu quem definisse a escravidão no Brasil como a “melhor”, quando não é possível conceber um sistema como esse de maneira positiva ou “mais positiva”; o racismo por aqui vigente como “menos perverso”, mesmo diante de índices que revelam o oposto; [...] a relação com os indígenas enquanto “amistosa”, apesar de nossa história mostrar o contrário; e até nossa ditadura militar como uma “ditabranda” (Schwarcz, 2019, p.210).

Essa lógica, pautada pela existência de dois grupos opostos (“nós” *versus* “eles”), construída e lapidada ao longo de séculos de dominação colonial, também pode ser transportada para a dinâmica das relações políticas e sociais do Brasil no período do pré-golpe de 1964. Uma vez inserido na lógica mundial bipolarizada com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil também foi um dos países afetados pelas disputas de ordem política, econômica, militar e ideológica travadas entre as duas superpotências mundiais durante o período da Guerra Fria (1947-1991): os Estados Unidos da América (líder do bloco dos países capitalistas) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (líder do bloco de países comunistas).

No Brasil, o ‘anticomunismo’ (tópico esse que será apresentado de maneira mais detalhada à frente) já era um sentimento explorado no imaginário popular ainda no início do século XX (Motta, 2021). De acordo com Fico (2014), e, com a vitória da Revolução Cubana em 1959 e o posterior alinhamento da ilha de Cuba à União Soviética, os Estados Unidos passaram a considerar o território brasileiro em um território-chave na disputa contra o avanço do comunismo nas Américas (como apontariam posteriormente os próprios arquivos documentais do governo estadunidense).



Nesse cenário, a imprensa brasileira, historicamente ligada aos valores conservadores (Azevedo, 2006), foi um dos setores mais proeminentes na difusão da ideia de que já estava em curso uma revolução que transformaria o Brasil em um país comunista, sendo o líder dessa revolução, ninguém mais, ninguém menos, do que o próprio presidente da República. A aproximação de João Goulart com grupos e movimentos sociais pertencentes ao espectro político da 'esquerda', assim como a defesa, pelo próprio governo, da realização de reformas em setores estruturais da sociedade brasileira, transformaram o presidente, um proprietário de terras do Rio Grande do Sul, em uma ameaça comunista (Napolitano, 2021; Silva, 2014).

Nesse cenário, o objetivo deste capítulo é realizar uma contextualização sobre os mais proeminentes acontecimentos históricos relacionados ao golpe civil-militar deflagrado no Brasil no dia 31 de março de 1964. Para efeitos de recorte temporal, inicialmente serão apresentados elementos relacionados ao contexto político brasileiro anterior ao golpe de 1964, como, por exemplo, características políticas e sociais do período da República de 1946 (1946-1964), perpassando pelos principais aspectos relacionados à presidência de João Goulart (1961-1964), e, por fim, a apresentação de alguns dos mais relevantes acontecimentos relativos ao golpe de Estado de 1964. Para isso, este capítulo se utilizará como referencial teórico os trabalhos dos historiadores René Dreifuss (1981), Carlos Fico (2014; 2017), Marcos Napolitano (2021), Rodrigo Patto Sá Motta (2021) e Lilia Schwarcz (2015; 2019).

2.1 Os antecedentes do golpe de 1964

O golpe de Estado deflagrado em 1964 não deve ser interpretado como um simples movimento isolado. Na verdade, em uma espécie de 'tempestade perfeita', o ano de 1964 reuniu as condições necessárias para que um golpe de Estado, há muito premeditado pelos militares e por alguns setores da sociedade civil, fosse de fato concretizado (Fico, 2014). Mas, antes de se ater às análises de conjuntura realizadas pelos historiadores e historiadoras referenciados neste



trabalho, faz-se preciso retornar temporalmente para alguns anos antes, mais especificamente para 1961: o ano em que João Goulart se tornou presidente do Brasil.

João Belchior Marques Goulart nasceu na cidade de São Borja, no interior do estado do Rio Grande do Sul, membro de uma família de proprietários de terras. Como um ator da política nacional, Jango, como Goulart era popularmente conhecido, constituía uma das principais lideranças políticas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Juntamente com seu cunhado e companheiro de partido, Leonel Brizola, Jango era um dos principais herdeiros do legado político de Getúlio Vargas e do movimento trabalhista brasileiro. Além disso, Jango já havia ocupado um cargo de alta proeminência na política brasileira, ao ter sido eleito vice-presidente de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1954.

Conforme permitia a legislação eleitoral da época, os políticos escolhidos para os cargos de presidente e vice-presidente poderiam ser votados de maneira avulsa, ou seja, o presidente e o vice-presidente da República poderiam ser pertencentes não só a partidos políticos distintos, como também pertencentes a chapas oposicionistas durante o processo eleitoral, como foi o caso das eleições de 1960. Naquele ano, Jânio Quadros, um político do estado de São Paulo, e cujo *slogan* de campanha prometia ‘varrer a corrupção do Brasil’, foi eleito presidente da República⁵. Para a vice-presidência, foi eleito novamente o político gaúcho do Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), João Goulart (Fico, 2014, p.14-15). Contudo, a aliança Jan-Jan (Jânio e Jango) pouco tempo existiria na história da política brasileira, uma vez que apenas sete meses após assumir o mais alto cargo da política nacional, Jânio Quadros renunciou à presidência.

Segundo Fico (2014), ao renunciar de maneira tão repentina, Quadros esperava obter uma grande comoção do povo brasileiro, tendo em vista o

⁵ Varre, varre, vassourinha, jingle utilizado na campanha eleitoral de Jânio Quadros para as eleições de 1960. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=jingle+janio+quadros. Acesso em: 18 mar. de 2024.



expressivo número de votos que havia recebido nas eleições de 1960⁶. Ledo engano. Na avaliação de Carlos Fico (2014), o ato “irresponsável” de Jânio Quadros iniciou “uma das piores fases da história do Brasil” (Fico, 2014, p.16). Na época da renúncia de Quadros, João Goulart, então vice-presidente em exercício, estava na China Popular durante uma visita diplomática ao país asiático. A presença de Goulart em um país comunista no momento da renúncia, promoveu um incômodo, principalmente entre os chefes das Forças Armadas, uma vez que a pecha de ‘comunista’ já era atrelada ao governante, sobretudo desde o político gaúcho assumiu, entre 1953 e 1954, a liderança do Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas (Fico, 2014, p.17). Nos dias que se seguiram à renúncia de Quadros, os chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica emitiram um pronunciamento em que declaravam não aceitar o retorno de Goulart para o Brasil. Afinal, como vice-presidente em exercício, e conforme previa a Constituição vigente naquele período, Jango deveria ser empossado como o próximo presidente da República (Fico, 2014, p.20).

Segundo Fico (2014), a renúncia de Quadros e a presença de Goulart na China, somada à reação acintosa da alta cúpula das Forças Armadas que se opuseram inicialmente a posse de Goulart como presidente, mergulharam o país em amplo contexto de agitação política e institucional. Naquele contexto, a solução encontrada para colocar fim à instabilidade política e ocupar a vacância do mais alto cargo da política nacional foi a adoção de um novo sistema político: com o retorno de João Goulart ao Brasil, o país passaria a ser uma república parlamentarista, fato que, ao mesmo tempo em que limitaria os poderes designados ao presidente em exercício, também permitiria que o cargo da presidência fosse, enfim, ocupado por Goulart (Fico, 2014, p.20-21).

2.2 O governo João Goulart (1961-1964) e a agonia da democracia

⁶ Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil com 5,6 milhões de votos (Fico, 2014, p.14).



As ligações políticas de Jango com Getúlio Vargas, assim como a defesa de uma agenda política pautada na realização de reformas políticas, sociais e econômicas – as chamadas ‘reformas de base’ – enquadravam João Goulart como uma *persona non grata* no Brasil do século XX (Fico, 2014). Em 1963, o nível de tensionamento entre Jango e as elites políticas e econômicas passou a aumentar consideravelmente. Em janeiro daquele ano, foi realizado um plebiscito que concedeu plenos poderes a Jango como presidente da República, uma vez que foi estabelecido, por meio do voto popular, o retorno ao sistema político presidencialista. No total, das 11 milhões de pessoas que votaram, mais de 80% dos votos confirmaram o retorno ao sistema presidencialista⁷. Amparado pelo expressivo número de votos que pediam o fim do sistema parlamentarista, a vitória acachapante no plebiscito inaugurou um novo momento do governo João Goulart (Fico 2014, p.37). Nesse sentido, o ano de 1963, como aponta Napolitano (2021), pode ser interpretado como momento de inflexão para o governo de Goulart:

Ao longo de 1963, o governo Jango travou duas batalhas decisivas no campo institucional. Uma, no *front* parlamentar pela aprovação da reforma agrária, piloto das reformas mais amplas que viriam na sequência. Outra, no *front* econômico, tentando controlar a inflação e retomar o crescimento econômico (Napolitano, 2021, p.39; itálicos no texto original).

Mas no que consistia, de fato, o caráter ‘reformista’ defendido pelo governo João Goulart? Em linhas gerais, as “reformas de base” consistiam na realização de modificações em diferentes setores estruturais da vida social brasileira, como, por exemplo, os setores agrário, bancário, eleitoral e tributário (Napolitano, 2021, p.36). Em síntese, as “reformas” possuíam um espectro muito amplo e, uma vez inseridas naquela conjuntura histórica, poderiam ser interpretadas muito mais como o típico proselitismo político (Fico, 2014), circunstância capaz de angariar apoio popular, sobretudo dos movimentos

⁷ O plebiscito realizado no dia 06 de janeiro de 1963 restituiu plenos poderes a Jango como presidente da República. Dos mais de 11 milhões de votos, 9.457.448 votaram a favor do sistema presidencialista, enquanto o sistema parlamentarista recebeu 2.073.582 votos (Fico, 2014, p. 23-24).



sociais e trabalhistas. Tratava-se menos, portanto, da elaboração de “um projeto político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política” (Napolitano, 2021, p.17).

Inicialmente, o governo se utilizou da conciliação política como estratégia para aprovação das reformas por meio da “lei”. Todavia, à medida em que as reformas não obtinham adesão de parte considerável dos membros do Congresso Nacional, as reformas de Jango passaram a obter ressonância entre os grupos de movimentos sociais, notadamente por meio dos sindicatos e dos movimentos camponeses, assim como alguns partidos políticos de esquerda. Estes, por sua vez, tinham outra estratégia em contraposição a estratégia inicialmente utilizada pelo governo: se as reformas não fossem aprovadas por meio da “lei”, que fossem, então, aprovadas “na marra” (Napolitano, 2021, p.40; Fico, 2014, p.37).

Nesse cenário, à medida em que a radicalização aumentava, o governo perdia apoio e legitimidade política. Jango, portanto, passou aderir às manifestações de rua como uma estratégia para pressionar à aprovação das reformas via Congresso Nacional, de modo a se utilizar do apoio popular como peça-chave no processo de barganha política (Motta, 2021, p.58). No dia 13 de março de 1964, estima-se que cerca de 100 mil pessoas se reuniram nos arredores da praça da República, próxima à estação ferroviária Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, para a realização de um comício. O comício contou com a participação do próprio presidente João Goulart e de mais outras 15 lideranças políticas aliadas ao governo, como Leonel Brizola e o então governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes.

Durante o comício, que ficou posteriormente conhecido como Comício da Central do Brasil, Jango defendeu enfaticamente às reformas, além de anunciar, por meio de decreto, a desapropriação de terras localizadas às margens de eixos rodoviários e de leitos ferroviários, de açudes públicos, e a encampação de refinarias particulares de petróleo (Fico, 2014, p.46). Aos presentes na Central do Brasil no dia 13 de março, Jango afirmou:



De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país. O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros já não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm se impacientam com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes. [...] Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça, que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo, e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar, e lutar com todas as suas forças, pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e, ao lado do povo, pelo progresso do Brasil (Goulart, 2009, p.83;89).

O Comício da Central do Brasil, ao mesmo tempo em que pode ser considerado um momento de sucesso político do governo João Goulart (se considerada a participação popular como o critério de análise), também pode ser interpretado como o início da derrocada de seu governo e, conseqüentemente, do período democrático vigente na política brasileira desde 1946 (Fico, 2014, p.47). Naquele contexto, tanto o teor dos discursos proferidos por Jango e pelas demais lideranças políticas presentes na Central do Brasil, quanto o público ao qual esses discursos se destinavam, serviu como um colírio para os olhos daqueles que aspiravam (e conspiravam) afastar João Goulart da presidência.

Figura 1 – Cartaz presente no Comício da Central do Brasil



rechaçada pelas forças policiais do Estado brasileiro. De acordo com Motta (2021), com a derrota dos comunistas em 1935, o combate aos “inimigos vermelhos” passou a ser travado não somente a partir da ampliação dos aparatos de repressão policial e da própria legislação brasileira, mas, também, por meio da construção de um aparato de propaganda, cujo objetivo era criar um ideário negativo sobre os comunistas a partir da associação dos “vermelhos” a aspectos social e moralmente condenados pela sociedade (Motta, 2021, p.22). Como pontua o autor:

Os vermelhos foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (amorais), estrangeiros, traidores, tirânicos, etc. Nas versões mais extremas, foram apresentados como parceiros do próprio diabo (Motta, 2021, p.22-23).

Em 1937, dois anos após o retumbante fracasso da Intentona Comunista, foi divulgado um documento intitulado “Plano Cohen”, um plano que denunciava uma nova tentativa de golpe de Estado orquestrada pelos comunistas. Tendo sua autoria inicialmente atribuída à Internacional Comunista, descobriu-se posteriormente que o documento havia sido forjado por militares ligados ao governo de Getúlio Vargas, e que se utilizaram do Plano Cohen como pretexto para a instauração do Estado Novo (1937-1945), período durante o qual o Brasil foi comandado por uma ditadura liderada pelo próprio Vargas (Motta, 2021, p. 23; Fico, 2014, p.71). Para Motta (2021, p.23), tanto em 1964 quanto em 1937 – guardadas as singularidades inerentes a cada um dos períodos históricos – o anticomunismo foi utilizado como força motriz para a concretização e a legitimação de dois momentos de ruptura institucional. Ambos esses momentos históricos levaram à implantação de períodos ditatoriais na história do Brasil: a ditadura do Estado Novo em 1937, e a ditadura militar em 1964.

2.3 A sorte está lançada: o fim do governo de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964

Naquele 13 de março de 1964, “o presidente deixou a Central do Brasil extenuado” (Fico, 2014, p. 47). O Comício da Central representava apenas o



primeiro dentre uma série de outros comícios públicos que deveriam ser realizados por Jango em outras cidades brasileiras. Viriam a ser, mas nunca foram. A reação ao Comício da Central do Brasil foi imediata. Dentro das Forças Armadas, o general Humberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, emitiu dois documentos de caráter reservado. O primeiro deles foi destinado para os demais membros do Estado-Maior e das demais organizações subordinadas ao Exército. Já o segundo, destinava-se a grupos de tropas, e tinha como objetivo “levantar opiniões e coligir informações práticas tendo em vista a derrubada de Goulart” (Fico, 2014, p.54).

A imprensa, que havia apoiado a posse de João Goulart em 1961, passou a subir o tom das críticas destinadas a Jango nos dias que se seguiram ao comício. Jornais como o *Correio da Manhã*, o *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, e a *Folha de S. Paulo*, que representavam os principais jornais do país, passaram a redigir duras críticas direcionadas a João Goulart e a seu governo por meio de editoriais. A reação ao Comício da Central se deu, também, para além da opinião publicada pela imprensa. Na arena pública, parcela considerável da sociedade civil também se mobilizou. A cidade de São Paulo foi definida como o local para a realização de uma manifestação contra o governo, que contou com o apoio de mais de 100 entidades da sociedade civil (Napolitano, 2021, p.56). No dia 19 de março de 1964, estima-se que entre 500 e 800 mil pessoas saíram às ruas para protestar contra João Goulart, contra as reformas de base e contra o comunismo, a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁸.

Segundo Aníbal Pérez Liñán (2018), professor de Ciência Política da Universidade de Notre Dame nos Estados Unidos, e uma das principais referências teóricas nos estudos sobre democratização e *impeachment*, existem três variáveis que podem ser identificadas tanto nos atuais processos de *impeachment* quanto nos casos de golpes de Estado experienciados ao longo

⁸ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em São Paulo foi apenas uma dentre outras dezenas de manifestações que foram realizadas em diferentes cidades brasileiras entre abril, maio e junho de 1964 após a concretização do golpe civil-militar deflagrado no dia 31 de março (Fico, 2014, p.64).



do século XX na América Latina: a) baixos índices de crescimento econômico; b) realização de protestos em massa contra o governo; e c) a radicalização das elites políticas (Liñán, 2018, p. 4; tradução nossa). Ao transportar as três variáveis de Pérez Liñán (2018) para o Brasil de 1964, pode-se afirmar que a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” do dia 19 de março representava, enfim, a parte final da equação para a concretização do golpe de Estado que viria a acontecer dias depois: ao tomar às ruas, o povo autorizava o golpe.

No dia 25 de março, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais decidiu realizar um evento em comemoração aos dois anos de fundação da entidade, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Todavia, uma vez não sendo uma entidade reconhecida oficialmente, a Marinha proibiu que os marinheiros se dirigissem ao local programado para o evento. Ainda assim, alguns marinheiros se reuniram na sede do sindicato e iniciaram uma revolta, reivindicando não só o reconhecimento formal da Associação, mas, também, melhorias na estrutura dos locais de trabalho, mudanças no regimento disciplinar da Marinha, além da garantia de anistia para os marinheiros rebelados (Fico, 2014, p.51).

Naquele cenário, Silvio Mota, então Ministro da Marinha, optou pelo envio de fuzileiros à sede do sindicato, com o objetivo de prender os líderes do movimento. Como solução encontrada para pôr fim ao momento de crise, o presidente João Goulart proibiu a invasão do prédio onde estavam os marinheiros sublevados, fato que ocasionou na demissão de Silvio Mota. Além disso, Jango, ao mesmo tempo em que ordenou inicialmente a prisão dos sublevados, atuou nos bastidores para garantir a anistia aos marinheiros participantes do movimento (Napolitano, 2021, p.58).

Cinco dias após o episódio que viria a ser nomeado como a “Revolta dos Marinheiros”, o presidente João Goulart prestigiou o 40º aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Política Militar, realizado no Automóvel Clube do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Naquele momento, por mais que o teor de seu discurso tivesse sido conciliador, a presença de Jango



em um mais um evento promovido por suboficiais foi interpretado pelo alto oficialato das Forças Armadas como mais uma demonstração de incentivo à insubordinação e à quebra hierarquia militar. Jango havia cruzado o “Rubicão”⁹.

Na cidade de Juíz de Fora (MG), Olympio Mourão Filho, da 4ª Divisão de Infantaria do Exército, acompanhou todo o discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil. Por volta das 4h da manhã do dia 31 de março de 1964, Mourão Filho, “um conspirador de longa trajetória”¹⁰, ordenou que se iniciasse a movimentação das tropas que estavam sob seu comando em direção ao Rio de Janeiro. Estava iniciado o movimento que daria origem ao golpe de 1964. O movimento das tropas de Mourão não representou um movimento coordenado, muito menos o resultado de uma ordem emitida pelo alto escalão do Exército brasileiro. Ainda assim, o movimento “precipitado” de Mourão (Napolitano, 2021, p.63), como o teria chamado o general Castello Branco – um dos principais ideólogos do golpe de 1964 e da ditadura militar – passou a receber cada vez mais adesão ao longo dos dias subsequentes.

Figura 2 – Tomada do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1964

⁹ Segundo registros da historiografia ocidental, Caio Júlio César, uma das mais proeminentes figuras políticas da história do império romano, iniciou uma guerra civil com ao atravessar um rio. Conforme estabelecia a legislação do senado romano da época, estipulava-se que todo general que desejasse atravessar a fronteira entre Roma e a Gália Cisalpina (território que atualmente compreende ao norte da Itália), deveria solicitar de antemão uma autorização das autoridades romanas. No entanto, no ano de 49 d.C., em meio a uma perseguição militar contra seu adversário político, Pompeu Magno, ao cruzar o rio Rubicão (fronteira natural entre Roma e a Gália Cisalpina), e violar a lei romana e, assim, iniciar uma guerra civil em Roma, Júlio César teria dito “*A sorte está lançada*”.

¹⁰ O general Olympio Mourão Filho foi um dos autores do “Plano Cohen”, plano utilizado como justificativa para a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937 (Fico, 2014, p.71).



Foto de Evandro Teixeira. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

João Goulart não reagiu. Não mobilizou as tropas do Exército que ainda permaneciam leais ao presidente, e muito menos convocou os grupos e movimentos de esquerda para o embate armado contra os golpistas. Um dia depois do início do golpe com as tropas de Mourão Filho rumando em direção ao Rio de Janeiro, Jango se dirigiu ao Rio Grande do Sul, local onde se dava o início de uma mobilização de resistência organizada por Leonel Brizola. Contudo, no dia 2 de abril, o afastamento de Jango da presidência foi oficialmente decretado: com João Goulart ainda presente em território nacional, a ala conservadora do Congresso Nacional se mobilizou para realizar uma sessão durante a qual foi declarada como vaga à presidência da República¹¹. Como substituto de Jango, e seguindo a legislação brasileira, a presidência da

¹¹ A vacância da presidência da República foi declarada por Auro de Moura Andrade, a época presidente do Senado Federal. Para além do exercício de seu cargo político, e de representar naquela conjuntura histórica um dos membros da elite política que se opunham ao governo de João Goulart, Moura Andrade também era um representante da elite latifundiária do país. Auro de Moura Andrade era filho de Antônio Joaquim de Moura Andrade, empresário e pecuarista brasileiro, e fundador de Andradina, localizada no oeste do estado de São Paulo, e de Nova Andradina, cidade localizada no estado de Mato Grosso do Sul.



República passou a ser ocupada interinamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili (Napolitano, 2021, p.65). A sorte de Jango estava lançada, mas, nesse caso, “César” havia sido derrotado.

Uma vez vitorioso, o golpe de Estado conduzido pelos militares iniciou uma “Operação Limpeza”, com o objetivo de remover do aparato estatal todos aqueles que, de alguma forma, tivessem ‘compactuado’ com as propostas defendidas pelo governo deposto, além de reprimir as alas da sociedade civil que haviam se manifestado favoravelmente ao governo de Jango. Segundo Motta (2021), nos dias que se seguiram ao golpe, estima-se que uma onda de prisões em massa tenha atingido entre 30 e 50 mil pessoas. No Congresso Nacional, cerca de 40 deputados tiveram os seus mandatos políticos cassados. Líderes de movimentos sociais, sobretudo líderes sindicais e dos movimentos camponeses, também foram presos e tiveram seus direitos políticos igualmente suspensos (Motta, 2021, p.104-105). Ademais, vale salientar que as primeiras ocorrências de tortura e mortes provocadas por agentes do Estado brasileiro passaram a ser divulgadas logo nos primeiros meses do governo agora comandado pelos militares (Motta, 2021, p.104-105; Fico, 2014, p.105-106).

No dia 09 de abril, o Comando Supremo da Revolução decretou o Ato Institucional nº1 (AI-1), o primeiro dentre os vários atos institucionais que seriam decretados apenas entre os primeiros anos da ditadura, entre 1964 e 1967¹². Dois dias depois do decreto do AI-1, no dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional, por meio de eleição indireta, elegeu o general Humberto Castello Branco como presidente do Brasil, o primeiro dos cinco militares que ocupariam o cargo de presidente da República. Começava, enfim, a ditadura militar brasileira: a noite que duraria mais de duas décadas.

¹²Segundo Napolitano (2021), o primeiro governo militar conduzido por Castello Branco foi responsável pela institucionalização das bases do aparato repressivo presente ao longo de todo o período da ditadura militar: entre 1964-1967 foram decretados, ao todo, 17 atos institucionais ‘principais’, e mais outros 104 atos institucionais complementares (Napolitano, 2021, p.80).



3 A IMPRENSA DISSE “SIM”: A ATUAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA COMO AGENTE LEGITIMADOR DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Atualmente, seis décadas depois, ainda existe um processo de tensionamento sobre como deve ser enquadrado conceitualmente o golpe¹³ de 1964. Em outras palavras, sobretudo no ambiente acadêmico, ainda existe um debate em torno da seguinte questão: o que representou o golpe de Estado ocorrido em 1964? Ademais, tendo em vista as especificidades desta pesquisa, também sublinha-se para a existência de questionamentos sobre qual foi o papel exercido pela imprensa brasileira nesse processo histórico.

O cientista político e historiador René Armand Dreifuss publicou originalmente em 1981 um dos livros seminais nos estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Em “1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes”, Dreifuss (1981) afirma que o golpe de 1964, e a posterior instauração de uma ditadura militar, foram uma consequência da mobilização de alguns setores da sociedade brasileira em defesa dos interesses econômicos do “bloco do capital multinacional e associado”. Dito de outra maneira, para Dreifuss (1981), a defesa dos interesses econômicos das grandes empresas multinacionais dependia da existência de outros agentes do capital, uma ‘segunda ordem’ de pessoas subordinadas aos verdadeiros donos das grandes corporações, e que estivessem inseridas dentro do aparato estatal brasileiro:

A rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais não tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública (Dreifuss, 1981, p.72-73).

Para Dreifuss (1981, p.126), portanto, a crise dos governos populistas no Brasil não se deu de forma súbita, ou muito menos repentina. Na verdade,

¹³ Para efeitos de contextualização, o golpe de 1964 – o acontecimento histórico que representa o tema central do presente trabalho – pode ser apresentado neste corpo teórico tanto como ‘golpe de 1964’, como ‘golpe de Estado de 1964’, ou, ainda, simplesmente como o ‘Golpe’.



quando consultado, o povo brasileiro manifestava eleitoralmente seu apoio à “uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas”. Todavia, com a renúncia de Jânio Quadros e a posterior ascensão de João Goulart à presidência em 1961, as elites econômicas, frente ao que consideravam como um momento de questionamento de sua posição hegemônica, passaram a atuar para garantir a articulação de um bloco civil-militar, capaz de conter o avanço das pautas reformistas por meio da subversão da ordem política democrática (Dreifuss, 1981, p.130).

Diferentemente das contribuições de Dreifuss (1981), cuja característica principal é a adoção de aspectos de ordem econômica como ponto norteador, outra linha teórico-conceitual é defendida por historiadores como Carlos Fico (2014), Marcos Napolitano (2021) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021). Segundo essa corrente teórica, a contribuição da sociedade civil representou um fator determinante no jogo de forças da política nacional naquela conjuntura histórica. Ao propor a definição do golpe de 1964 como um golpe civil-militar, esses autores consideram que, mais do que um mero observador que assistiu àquele período de alta instabilidade política inerte e passivamente, a adesão e a mobilização de parcela considerável da sociedade civil foram decisivas para que o golpe orquestrado pelos militares pudesse ser de fato concretizado.

Por fim, vale salientar a existência de mais uma linha teórico-conceitual que, por mais que também se valha inicialmente da concepção do Golpe como um golpe-civil militar, acaba por direcionar o seu escopo de análise para um setor específico da sociedade brasileira. Segundo Juremir Machado da Silva (2014), o golpe de 1964 teria sido mais do que apenas um golpe civil-militar: teria sido, antes de tudo, um golpe midiático-civil-militar. Nesse sentido, a definição proposta por Silva (2014) lança luzes sobre a atuação do que o autor considera como um dos mais proeminentes setores da sociedade civil durante o período histórico tratado em questão: a imprensa brasileira. As contribuições de Silva (2014) representam, nesse sentido, um dos principais referenciais teóricos da



abordagem conceitual empregada neste capítulo, uma vez que o presente corpo teórico possui como um de seus objetivos apresentar como a imprensa brasileira atuou diretamente no processo de deslegitimação do governo de João Goulart, assim como atuou para justificar a ruptura institucional conduzida pelos militares, e que levou a instauração de uma ditadura militar vigente no Brasil por mais de duas décadas.

3.1 A imprensa e os quartéis: a imprensa brasileira como intelectual orgânico do golpe civil-militar de 1964

Segundo Marcos Napolitano (2021), a ideia da realização de um golpe de Estado usualmente incorre na mobilização de algumas imagens presentes no imaginário popular, imagens essas que fazem alusão, em sua maioria, aos militares: a presença de tanques nas ruas, a movimentação de tropas, a tomada da sede do poder, o afastamento do presidente eleito, etc. Todavia, para esse autor, resumir todo o cenário de agitação e instabilidade política e institucional presente no Brasil em março de 1964 à existência de elementos ligados estritamente aos militares, representaria um exercício de simplificação da “complexa trama de engenharia política” que culminou no golpe de Estado de 1964 (Napolitano, 2021, p.44).

Cabe salientar que dentro dessa “trama política” um dos mais proeminentes atores foi a imprensa nacional. Como aponta Napolitano (2021), os grandes veículos de imprensa, que em 1961 haviam apoiado a posse de João Goulart após a renúncia de Quadros, passaram a se configurar como peças-chave na conspiração golpista contra Jango, sobretudo a partir do final de 1963. Naquele cenário, embalada pelo apelo anticomunista típico da Guerra Fria, a imprensa foi um dos principais canais para a propagação da ideia de que João Goulart, visto como um refém do radicalismo incitado pelos movimentos sociais de esquerda, representava uma ameaça à ordem constitucional democrática. Contrariando até mesmo a vontade popular, expressa naquele período por meio de uma pesquisa de opinião que apontava para um considerável índice de



aprovação de Jango pelo eleitorado das principais cidades brasileiras às vésperas do Golpe¹⁴, “a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública” (Napolitano, 2021, p.47).

De acordo com Juremir Machado da Silva (2014), em 1964 a imprensa brasileira atuou como o “intelectual orgânico” do golpe de Estado que afastou João Goulart da presidência. Formulado originalmente pelo teórico italiano Antonio Gramsci (1979), o conceito de “intelectual orgânico” faz referência indivíduos que atuem como “comissários” dos interesses de outros grupos sociais.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um mundo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresariado capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito (Gramsci, 1979, p.3 *apud* Silva, 2014, p.11).

Ao se valer do conceito gramsciano de intelectual orgânico, e aplicá-lo ao papel exercido pela imprensa brasileira em 1964, Silva (2014, p.11) é categórico em afirmar que “a imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel [intelectual orgânico] na preparação e legitimação do golpe de 1964”. Nesse sentido, mais do que apenas uma conspiração de uma ala ‘golpista’ das Forças Armadas, o golpe de 1964 foi também fruto do trabalho argumentativo realizado pelos jornalistas e pelas empresas de comunicação, fato que consistiu em uma verdadeira “operação de guerra retórica para desqualificar as ‘reformas de base’ de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas” (Silva, 2014, p.11-12).

¹⁴ Uma pesquisa de opinião conduzida pelo Ibope em março de 1964 apontava que o governo de João Goulart era avaliado, às vésperas de seu afastamento, como “ótimo e bom” por 45% dos entrevistados. Além disso, Jango representava naquele momento 49% das intenções de voto para as eleições para a presidência da República, que deveriam acontecer em 1965 (Napolitano, 2021, p.47).



3.2 O golpismo na República das Bananas¹⁵: a Escola Superior de Guerra, o complexo IPES/IBAD e a participação dos Estados Unidos da América no golpe de 1964

Ao norte do continente americano estava localizado mais um dentre os atores presentes na equação golpista, e cuja participação foi determinante para garantir a concretização dos planos daqueles que desejavam afastar João Goulart: os Estados Unidos da América. Contudo, para que se possa de fato compreender o real papel exercido pelo governo dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964, é necessário realizar um breve retorno histórico há alguns séculos antes.

De um modo geral, pode-se afirmar que a tônica das relações internacionais entre os Estados Unidos e os países latino-americanos era, via de regra, uma relação tutelar e intervencionista. Tal característica é amparada, sobretudo pela criação, em 1823, da “Doutrina Monroe”¹⁶, doutrina cujo slogan defendia a existência da “América para os americanos”. Todavia, as relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos passariam a ganhar novos contornos durante a Guerra Fria (1947-1991), sobretudo a partir da década de 1960. A vitória dos revolucionários cubanos liderados por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, e a posterior implementação de um regime socialista na ilha de Cuba alinhado à União Soviética, representou um momento de inflexão para a política externa norte-estadunidense:

A implantação do regime socialista em Cuba, em 1961, fez com que o governo norte-americano mudasse definitivamente de posição. Duas diretrizes algo conflitantes se consolidaram: os Estados Unidos passaram a apoiar economicamente a América Latina tendo em vista

¹⁵ O termo “República das Bananas” foi apresentado originalmente em um conto, intitulado *O Almirante*, do escrito estadunidense William Sydney Porter, em 1904. Se inicialmente a expressão era utilizada para se referir aos países da América Central, cuja principal base econômica provinha de grandes latifúndios produtores de bananas, “a expressão passou a fazer referência a países marcados pela monocultura e dotados de instituições governamentais fracas e corruptas, nos quais uma ou várias empresas estrangeiras tem o poder de influir nas decisões nacionais”. Ver https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160428_republica_bananas_origem_fn.

Acesso em: 19 abr. 2024.

¹⁶ Ver Kunh & Arévalo, 2016.



a diminuição da pobreza (vista como uma das aspirações socialistas), e a melhoria de sua imagem, mas não admitiriam a implantação de “outra Cuba”, mesmo que fosse preciso adotar ações unilaterais e invasões. O fortalecimento de governos militares na região também seria visto como admissível ou desejável, tendo em vista o combate ao comunismo (Fico, 2014, p.26).

No território brasileiro, essa nova dinâmica, pautada no estreitamento das relações entre os EUA e os demais países da América Latina, pode ser observada a partir do envio de recursos, tanto humanos quanto financeiros, para custear as operações empreendidas, em especial, por três organizações: a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Inaugurada em 1949, a Escola Superior de Guerra pode ser compreendida como a engrenagem central que permitiu a integração entre as aspirações dos setores civil e militar no período que antecede o golpe de 1964. Mais do que uma simples instituição voltada para garantir a profissionalização dos membros das Forças Armadas, a ESG foi uma instância essencial no processo de disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), um dos principais estandartes defendidos pelo regime militar (Motta, 2021, p.293). René Dreifuss (1981) definiu a ESG da seguinte maneira:

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas (Dreifuss, 1981, p.80).

Além do apoio conferido pelos Estados Unidos nos processos de criação e atuação da ESG, o governo estadunidense também financiou os trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em sua obra já mencionada neste trabalho, Dreifuss (1981) realiza uma extensa apresentação, tanto do processo de surgimento quanto dos meandros do funcionamento, do que o autor denomina como “complexo político-militar IPES/IBAD”. Como afirma o autor:



A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado (Dreifuss, 1981, p.161).

Para Dreifuss (1981, p.164), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), atuava muito mais como uma “unidade tática”. Fundado em 1959, e atuando de maneira mais contundente e agressiva do que o IPES, uma das mais notórias ações empreendidas pelo IBAD durante esse período foi o financiamento de campanhas de políticos da oposição a João Goulart nas eleições gerais de 1962, a partir da distribuição de recursos ilegais provenientes de empresas norte-estadunidenses e, também, do próprio governo dos EUA¹⁷.

Por sua vez, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) surgiu dois anos depois, em 1961, e sua criação teve como principais articuladores relevantes intelectuais do país, assim como alguns oficiais pertencentes a Escola Superior de Guerra (Motta, 2019, p.296). De acordo com seus idealizadores, o IPES foi criado como uma reação ao cenário de crise econômica, e também como uma crítica ao modelo de administração populista empregado durante o governo de JK. Segundo Dreifuss (1981), as ações de “doutrinação geral” empreendidas pelo complexo IPES/IBAD consistiam na:

[...] divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, direta ou através de acordo com várias editoras, uma série de extensos trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores, profissionais,

¹⁷ O apoio do governo dos Estados Unidos ao golpe civil-militar de 1964 se deu para além do apoio econômico destinado tanto ao financiamento das organizações já supracitadas, ou, ainda, de políticos opositores do governo João Goulart. Como apontam os registros historiográficos, em conluio com os golpistas, o governo dos Estados Unidos criou uma operação militar, denominada Operação Brother Sam, que visava garantir apoio bélico aos militares brasileiros, caso houvesse algum tipo de resistência armada ao Golpe liderada pelos aliados de João Goulart. Ver: Fico, Carlos. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e da publicidade (Dreifuss, 1981, p.232).

Como também salientou em seu trabalho, Dreifuss (1981) afirma que, naquele contexto, a imprensa brasileira se colocou como aliada de primeira hora do complexo IPES/IBAD. Utilizando-se de seu aparato tecnológico e de sua abrangência sobre parte considerável do território nacional, a imprensa brasileira atuou como um dos principais canais utilizados para a disseminação dos trabalhos “ipesianos” e “ibadianos”: segundo o autor, *Os Diários Associados*, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, a *Tribuna da Imprensa* e as *Organizações Globo*, notadamente os principais veículos da imprensa naquele contexto, possuíam ligações com lideranças do complexo IPES/IBAD. Ademais, para além de suas vinculações com os principais jornais da época, o complexo IPES/IBAD também capitaneou a mobilização de uma extensa e variada rede formada por canais de televisão e emissoras de rádio, e que permitia a realização de uma verdadeira “guerra psicológica através do rádio e da televisão”, e “através de *cartuns* e filmes” (Dreifuss, 1981, p.244-250).

3.3 Golpe midiático-civil-militar

“Aderir, resistir ou acomodar-se?” Transportando essa pergunta para o cenário brasileiro após o golpe de 1964, em “Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar”, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2021) dedica um capítulo justamente voltado para a apresentação do que o autor classifica como as diferentes formas de enfrentamento da sociedade civil à ditadura militar. Em outras palavras, Motta (2021) busca realizar uma apresentação sobre como a sociedade brasileira daquele período se comportou frente à transformação de um Estado democrático em um governo militar violento e autoritário.

Retomando à pergunta que este tópico, Motta (2021) realiza uma divisão das atitudes sociais empreendidas naquela conjuntura histórica justamente a partir desses três conceitos: adesão, resistência e acomodação. Segundo Motta (2021), por mais que parte considerável da sociedade civil tenha se empenhado diretamente na resistência à transformação do Estado brasileiro em uma



ditadura militar, outros setores da mesma sociedade civil optaram tanto por acomodar-se com o novo *status quo*, ou, ainda, optaram por aderir aos ‘ideais da revolução de 1964’¹⁸.

De acordo com Motta (2021), uma das principais características presente entre os setores civis que aderiram ao Golpe podia ser vista no campo da linguagem: em contrapartida com a utilização do termo “golpe”, que poderia implicar em um caráter negativo ou, ainda, na ausência de legitimidade para o novo regime político, os aliados do golpe de 1964 decidiram por nomear o processo de afastamento de João Goulart como uma “revolução” (Motta, 2021, p.152). E, nesse ínterim, a imprensa brasileira foi um dos mais proeminentes atores na disseminação da ideia – reproduzida, inclusive, até a entrada do século XXI pelos defensores da ditadura militar – de que o movimento de ruptura institucional conduzido pelas militares em 1964 havia sido, na verdade, uma “contrarrevolução” em oposição a um eventual autogolpe de caráter comunista que, segundo determinados grupos apoiadores do Golpe e dos militares, seria conduzido pelo presidente João Goulart.

Nos dias que antecederam o Golpe, grandes veículos da imprensa brasileira conduziram uma ‘cruzada’ contra o governo de João Goulart. Naquele contexto, as capas dos principais jornais do país estampavam editoriais¹⁹ que defendiam explicitamente a remoção de João Goulart da presidência. Dentre os mais emblemáticos registros do período em questão está o editorial intitulado

¹⁸ A adesão de grupos da sociedade civil ao golpe de 1964 e à ditadura militar vai muito além do plano meramente ideológico. Notadamente, grandes empresas e empresários brasileiros financiaram diretamente organizações da repressão do Estado militar brasileiro, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Operação Bandeirante (OBAN). Em casos extremos, há registros de civis que participaram de sessões de tortura conduzidas por agentes do Estado militar, como é o caso emblemático do dinamarquês Henning Boilesen, há época presidente da Eletrobrás no Brasil. Ver: LITEWSKI, Chaim (Dir.). Cidadão Boilesen. Rio de Janeiro. Documentário, 92 min, color. 2009.

¹⁹ Seguindo a classificação dos gêneros jornalísticos proposta por José Marques de Melo (2009), o editorial se enquadra como um dos formatos do gênero jornalístico opinativo. O editorial, nesse sentido, é compreendido como um texto, que não contém a assinatura de um ou mais repórteres, e cuja função é emitir o posicionamento institucional de um determinado veículo jornalístico.



“Basta”, publicado pelo jornal *Correio da Manhã* às vésperas da concretização do Golpe, no dia 31 de março:

Até quando o presidente da República abusará da paciência da Nação? [...] Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. [...] Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. [...] A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura. O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual (*Correio da Manhã*, p.1, 31 de mar. 1964).

Também no dia 31 de março, um dia após a presença de João Goulart no 40º aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar no Automóvel Clube do Brasil, sob o título de “Reincidência”, o *Jornal do Brasil* realizava a seguinte afirmação:

O presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. [...] A disciplina facciosa não vingará no Brasil, que já protesta em Minas Gerais unido contra ela. Não vingará nem menos sob o manto protetor de um **reformismo demagógico e insincero** (*Jornal do Brasil*, p.1, 31 de mar. 1964; negrito no original).

A primeira página do jornal *O Globo* no dia que marca o início do golpe de 1964 representa mais um exemplo do momento de alto tensionamento e instabilidade do cenário político e institucional, além de explicitar o apoio do veículo de comunicação ao movimento golpista. Em destaque na parte superior da edição do jornal *O Globo* do dia 31 de março, lê-se em letras garrafais a seguinte manchete: “Criou-se um soviete na Marinha de Guerra”, frase atribuída ao então deputado Martins Rodrigues, do Partido Social Democrático (PSD), e que faz alusão a participação de Jango na chamada “Revolta dos Marinheiros” do dia 25 de março de 1964.



Figura 3 – Capa da primeira seção do jornal O Globo, 31 de março de 1964



Fonte: Acervo Digital Jornal O Globo

No editorial intitulado “A Nação Unida às Forças Armadas”, e igualmente presente na capa da primeira seção do periódico, afirmava *O Globo*:

Em meio à luta que vem travando, na defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina –, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime. O povo percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. [...] Por isso, se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim de um estado de coisas que só pode nos levar à anarquia e à guerra civil (*O Globo*, p.1, 31 de mar. 1964).



Uma vez oficializado pelo Congresso Nacional o afastamento de João Goulart, *O Globo* foi um dos mais enfáticos periódicos na exaltação do que o jornal passou a nomear como a “Revolução de 1964”. Na edição do dia 02 de abril, logo embaixo do título que destacava a posse de Ranieri Mazzili como o novo presidente da República, em texto editorial intitulado “Ressurge a democracia”, *o Globo* comparava o golpe de 1964 a um ato de resgate do povo brasileiro pela “providência”:

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela providência que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor (*O Globo*, p.1, 02 de abril 1964).

Como aponta Silva (2014), uma parte considerável dos jornais, que tão enfaticamente se aliaram aos militares em 1964, acabaram por se tornar um dos primeiros setores da sociedade civil a sofrer as consequências da institucionalização das formas de repressão conduzidas pelo Estado militar. O primeiro golpe à imprensa foi deferido ainda durante o primeiro governo militar, de Humberto Castello Branco (1964-1967), com a criação da nova Lei da Imprensa, instituída em 1967 com o amparo legal da nova Constituição Federal criada pelo governo militar.

Todavia, o ataque principal à imprensa, e às liberdades civis como um todo, aconteceria um ano depois, mais precisamente durante o governo do general Arthur da Costa e Silva (1967-1969), com o decreto do Ato Institucional nº5 no dia 13 de dezembro de 1968. O decreto do AI-5 representou, naquele contexto, a ruptura da aliança entre os setores civil e militar, aliança essa cuja



união já havia sido tensionada ao longo de praticamente todo o mandato de Castello Branco, com o decreto dos primeiros Atos Institucionais e do aparato de repressão aos opositores do regime (Napolitano, 2021, p.80-81).

Naquele contexto político e social, para grande parte dos antigos grupos liberais que se configuraram como aliados de situação do golpe em 1964 – como parte considerável do empresariado brasileiro e da imprensa nacional –, o decreto do AI-5 representou, enfim, o “escancaramento” do caráter autoritário da ditadura militar²⁰, uma vez que o AI-5:

[...] conferiu ao Executivo poderes praticamente ilimitados e sem prazo de expiração, ao contrário dos atos anteriores. Embora o primeiro artigo afixasse a manutenção da Constituição de 1967, nos artigos seguintes fica evidente que a Carta passava a submeter-se à vontade do poder Executivo. Além dos poderes discricionários já mencionados (cassar mandatos, excluir direitos políticos, excluir pessoas do serviço público, censurar a imprensa e fechar as casas parlamentares), o presidente poderia confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos e decretar estado de sítio. Ademais ficava suspenso a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (Motta, 2021, p.116).

Retomando os supracitados conceitos de adesão, resistência ou acomodação apresentados por Motta (2021), pode-se afirmar que o jornal *O Correio da Manhã* foi um dos primeiros veículos de imprensa a se deslocar para o lado resistência ao governo militar, pouco tempo após a consolidação do Golpe. Com o decreto do AI-5 e o início dos “Anos de Chumbo, a maior parte dos demais veículos de imprensa, uma vez tendo se tornado alvos da censura e da violência política conduzida pelo governo militar, também passaram a se utilizar de sua função social para publicar suas respectivas formas de resistência à ditadura militar. Contudo, enquanto parte considerável dos veículos da imprensa nacional resistia publicamente ao endurecimento do autoritarismo do

²⁰ Segundo a linha teórico-conceitual defendida pelo autor Marcos Napolitano (2021), a interpretação de que o regime militar teria se tornado um regime político autoritário apenas em 1968 com o decreto do AI-5, pode ser factualmente desmistificada. Para o autor, as bases autoritárias do governo militar foram sendo construídas ainda durante o governo de Castello Branco, com os primeiros registros, por exemplo, da cassação de mandatos políticos, de prisões de opositores do regime, da realização de aposentadorias compulsórias de funcionários públicos, e, também, nas primeiras denúncias da utilização de tortura praticadas por agentes pertencentes às Forças Armadas.



regime, o jornal *O Globo*, pertencente às Organizações Globo, e liderada à época por Roberto Marinho, permaneceria como um dos principais aliados dos militares até durante os anos finais do regime ditatorial.

3.4 A ditadura na TV: como a televisão se tornou um meio de comunicação hegemônico a partir da imposição de um novo modelo econômico

Em “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, os autores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1998) realizam uma profícua apresentação sobre como a introdução das novas dinâmicas do capitalismo industrial provocaram sensíveis transformações sobre as estruturas econômicas e sociais brasileiras. Segundo Mello e Novais (1998), o processo de desenvolvimento industrial, pautado na implementação de novos padrões de produção industrial e de infraestrutura, possibilitou a tecitura de novos arranjos organizacionais da sociedade brasileira. Conforme apontam os autores, um dos mais sintomáticos eventos fruto desse processo histórico foram as modificações de ordem econômica e social decorrentes das diferentes ondas migratórias de trabalhadores das zonas rurais para as zonas urbanas, experienciadas praticamente ao longo de todo o século XX, em virtude da implementação das novas tecnologias agrícolas na produção no campo.

Nesse sentido, para Mello e Novais (1998), mais do que um simples processo migratório entre as zonas rurais e urbanas do país, os intensos fluxos de migração populacional significaram o processo de transição entre dois modos de sociabilidade: a transição dos hábitos e costumes típicos do tradicionalismo/coletivismo rural para a adesão dessas populações a uma vida orientada pela rotinização, padronização e pela concorrência dos mercados de trabalho.

Esse novo contingente populacional, inserido agora nos ambientes citadinos, se tornaram novas forças produtivas do mercado de trabalho: os trabalhadores/moradores do campo se transformaram, assim, em moradores/mão de obra das cidades; através da expansão da rede pública de



ensino, o analfabetismo passa a dar lugar, sobretudo a partir da segunda geração das famílias de retirantes, a novos profissionais qualificados, como economistas, jornalistas, engenheiros, médicos, etc; as mulheres, que antes ocupavam apenas funções domésticas, se tornaram empregadas domésticas, manicures, enfermeiras, operárias; o mesmo ocorre com os homens, que se passaram a atuar como eletricitas, pedreiros, operários, motoristas, etc.

Ainda segundo Mello e Novais (1998), o processo de introdução das novas dinâmicas do capitalismo industrial, além de proporcionar a criação dessas novas formas de empregabilidade, também proporcionou a criação de novos hábitos e padrões de consumo. Em outras palavras, durante esse contexto lista-se a ocorrência de diferentes mudanças nos padrões de consumo introduzidos no âmbito da vida cotidiana dos brasileiros, como, por exemplo: adoção de novas práticas alimentares (novos alimentos à dieta, alimentos enlatados, surgimento do hábito de “comer fora”); mudanças nos hábitos de higiene pessoal (popularização das escovas e pastas de dentes, shampoos e condicionadores para o cabelo); modernização da indústria de cosméticos e de beleza; mudanças nos padrões de vestuário (introdução de tecidos sintéticos e da produção em série); evolução da indústria farmacêutica; introdução do relógio (barato e individual, e que se torna um objeto indispensável para a nova intensidade da vida moderna); assim como a popularização de novos aparelhos eletrônicos no ambiente doméstico (como máquinas de lavar roupa, aspiradores de pó, geladeiras, etc.) – em especial, a televisão.

Entretanto, cabe salientar que as proposições teóricas apresentadas pelos autores, e reproduzidas neste corpo teórico, não se colocam de modo a romantizar, ou a exaltar, as transformações ocasionadas pela introdução das formas organizacionais e produtivas do capitalismo industrial no Brasil. Na verdade, os autores apontam justamente para o outro lado da moeda, ao sinalizarem para as consequências, tanto de ordem política, econômica e social, ocasionadas por esse processo histórico. Como afirmam Mello e Novais (1998), a inserção do Brasil nas novas dinâmicas do capitalismo industrial e moderno



criou-se a existência de um nítido paradoxo: em sociedades cujo desenvolvimento industrial se deu de maneira inconclusa ou tardia, os indivíduos tornam-se, em primeira instância, consumidores, e não cidadãos.

Nesse sentido, as classes médias (um novo estrato social fundado na esteira dessas transformações), assim como as classes pobres e subalternizadas, sentem-se modernos porque passaram a ter acesso aos signos típicos da nova era industrial (propagandas, eletrodomésticos, televisões, carros, cosméticos, roupas, etc.), ao mesmo tempo em que são impedidos de acessar os valores fundantes da modernidade, como a democracia, a cidadania e os direitos civis, políticos e sociais. Dito de outra maneira, o novo lema da modernidade propagado entre as classes média e subalternas no Brasil é sentir-se moderno por meio do consumo, mesmo que as elites políticas e econômicas continuem por ditar os rumos de toda organização da vida social brasileira (Mello, Novais, 1998).

Inserido no recorte histórico analisado pelos autores, o golpe de 1964 é elencado como um momento de inflexão, em virtude das ramificações produzidas por esse fenômeno, seja sobre o campo político, seja sobre o campo econômico, ou ainda sobre o âmbito social. Nesse sentido, Mello e Novais (1998, p.617) apresentam o golpe de 1964 sob um novo viés: para os autores, esse evento histórico representou a vitória de um modelo específico de desenvolvimento econômico, pautado na existência de uma “sociedade plutocrática”, e que simbolizou o fim de um modelo de governo e de sociabilidade – representado pela República de 1946 –, que colocava em cheque a existência dos grandes monopólios sociais:

O que estava em jogo [com o golpe de 1964], isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos. [...] A “Revolução de 1964”, ao banir, pela violência, as forças do igualitarismo e da democracia, produziu, ao longo de seus 21 anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática, isto é, regida pelos detentores da riqueza (Mello, Novais, 1998, p. 618).



Ademais, Mello e Novais (1998) salientam outra funcionalidade exercida por meio da consolidação do golpe de 1964. Para além da consolidação do sistema capitalista monopolista por meio da violência e do autoritarismo, o novo regime político também permitiu a criação das formas de manutenção dessa sociedade plutocrática por meio da disseminação de ideologia: a ideologia da “indústria cultural americanizada”. Nas palavras dos autores:

Mas, para além da violência que empregou durante o período autoritário, a “Revolução de 1964” moldou uma outra forma extremamente eficaz de garantir *duradouramente* a dominação dos ricos e privilegiados. Forma até muito prazerosa, disfarçada de entretenimento, ou forma muito séria, revestida de informação objetiva: a indústria cultural americanizada. [...] A concorrência entre as grandes empresas, que cresciam aceleradamente, foi a base da constituição da indústria cultural: são elas que formam o núcleo dos anunciantes. Na outra ponta, a expansão do nível de emprego e de renda dos trabalhadores subalternos e da nova classe média vai dinamizando o mercado de bens de consumo: são eles o objeto da propaganda (Mello, Novais, 1998, p. 637-638; itálico no original).

Nesse contexto, o meio utilizado para garantir a introjeção da ideologia da indústria cultural sobre a sociedade brasileira foi a televisão. Nas palavras de Mello e Novais (1988, p. 638), “O centro da nossa indústria cultural tornou-se, assim como em todo mundo, a televisão”. Ainda bastante incipiente no Brasil até meados do século XX, tanto do ponto de vista de infraestrutura quanto pela quantidade de aparelhos presentes no território brasileiro, a televisão passou por um processo de crescimento e expansão exponenciais durante a ditadura militar.

Conforme apontam Mello e Novais (1998) e Hartog (1993), a ditadura militar elencou como ação prioritária, para garantir a integração e segurança nacionais²¹, a construção da infraestrutura necessária para viabilizar o

²¹ Como aponta Hartog (1993), além da utilização do setor de telecomunicações como setor prioritário na defesa da segurança e da integração nacionais, a televisão também foi amplamente utilizada como meio de propaganda político da ditadura, tanto no âmbito interno (como, por exemplo, a partir das propagandas que faziam uma ligação entre o regime militar e a vitória da Seleção Brasileira Masculina de Futebol da Copa do Mundo de 1970), quanto para a imagem externa do país, por meio das transmissões das festas populares brasileiras, como o carnaval do Rio de Janeiro.



desenvolvimento de um moderno sistema de telecomunicações a nível nacional. Nesse sentido, além da criação do Ministério das Telecomunicações, a popularização dos televisores também foi impulsionada a partir da garantia de auxílio de crédito para consumo dos aparelhos de TV pelo governo militar. Nesse cenário de alta participação da ditadura no fomento desse novo meio de comunicação, o crescimento da televisão no Brasil pode ser expresso numericamente: desde a primeira transmissão realizada no país em 1950²², a televisão se tornou presente em 75% dos domicílios brasileiros 20 anos depois (Mello, Novais, 1998, p. 638).

3.4.1 “O povo não é bobo”²³: a relação do Grupo Globo com a ditadura militar e sua transformação em um conglomerado hegemônico

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM)²⁴, divulgada pela última vez em 2016, 63% dos entrevistados afirmaram utilizar a televisão como o principal meio para se informar sobre os acontecimentos que ocorrem no Brasil. Ainda segundo a PBM (2016), ao serem perguntados sobre “qual emissora de TV aberta ou paga o(a) sr(a) mais assiste”, 56% dos entrevistados responderam: a Globo. Além da Globo, a Globo News, o SporTV, o Telecine Pipoca, o GNT, o

²² A primeira transmissão de um canal de televisão no Brasil foi realizada pela TV Tupi, que pertencia ao grupo dos Diários Associados. Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, foi responsável pela importação dos primeiros aparelhos televisores existentes no país (Mello; Novais, 1998, p. 638; Hartog, 1993).

²³ A frase que nomeia a presente seção faz alusão ao coro popular “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, e que ganhou popularidade durante as manifestações pelas “Diretas Já”. A frase em questão representava uma crítica feita à cobertura jornalística (ou até mesmo, pode-se dizer, à ausência de uma cobertura jornalística) realizada pela Rede Globo de Televisão sobre as manifestações populares que exigiam a realização de eleições diretas para presidência da República em 1984, um ano antes do fim da ditadura militar. Ver: Fantinatti, Márcia. A cobertura jornalística da campanha pelas “Diretas já”: o fantasma que ainda assombra a história da Rede Globo. In: Congresso Nacional de História da Mídia, V, 2007, São Paulo. Anais: São Paulo, Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0172-1.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

²⁴ A Pesquisa Brasileira de Mídia é uma pesquisa encomendada pelo próprio Governo Federal, e possui como um dos principais objetivos a apresentações dos padrões de consumo midiático da população brasileira. Ver: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-2013-a-2018/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 05 maio 2024.



Multishow, o Telecine Premium e o Telecine Action (todos esses canais de televisão pertencentes as Organizações Globo), também figuraram entre as respostas obtidas pela pesquisa.

O autor Daniel Herz (1991), logo nas páginas iniciais da obra “A história secreta da Rede Globo”, realiza a seguinte afirmação sobre a emissora de televisão: “Há algo que só se começa a perceber olhando-se por trás da Globo. A maior parte do que se vê e do que se ouve na Globo só adquire coerência se estivermos atentos para o sentido de tudo o que lá se produz” (Herz, 1991, p.15). Logo, tendo em vista que o objetivo central deste trabalho é a realização de uma análise sobre os enquadramentos noticiosos empregados pelo Grupo Globo na cobertura jornalística dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, faz-se imprescindível realizar uma breve contextualização histórica, capaz de contemplar as origens de formação e consolidação dessa empresa de comunicação no cenário midiático nacional, assim como apresentar a relação histórica existente entre as Organizações Globo e a ditadura militar.

De acordo com Mattos (2005), a história das Organizações Globo como a conhecemos hoje teve início há praticamente um século atrás, mais precisamente no ano de 1925. Trata-se do ano de fundação do jornal *O Globo* na cidade do Rio de Janeiro pelo jornalista e empresário Irineu Marinho, que faleceu pouco tempo após a criação do periódico carioca. Todavia, a construção do grande conglomerado de comunicação, que viria a se tornar a maior empresa de comunicação do Brasil e da América Latina, teria o seu início em 1931, ano em que Roberto Marinho, filho de Irineu Marinho, assumiu a direção de *O Globo*. O processo de expansão e consolidação das Organizações Globo como conglomerado midiático se inicia em meados do século XX, a partir da criação da Rádio Globo do Rio de Janeiro, em 1944, a primeira emissora de rádio pertencente as Organizações Globo.

Como já descrito anteriormente, o jornal *O Globo* foi um dos mais enfáticos veículos de comunicação a não somente defender o afastamento de Jango da presidência, como também atuou diretamente para garantir



legitimidade à ruptura institucional ocorrida em março de 1964 (Silva, 2014). No documentário “*Beyond Citizen Kane*” (1993)²⁵ dirigido por Simon Hartog, o ex-ministro da Justiça da ditadura militar, Armando Falcão (1974-1979), descreve o “doutor” Roberto Marinho como um “revolucionário de primeira hora”. Ou seja, para além de deixar evidente o claro apoio das Organizações Globo tanto ao Golpe quanto aos diferentes governos militares, as declarações de Falcão escancaram a relação de proximidade existente entre Roberto Marinho, presidente do Grupo Globo, e a alta cúpula de comando da ditadura militar (Hartog, 1993).

A Rede Globo de Televisão foi fundada justamente na esteira das já apresentadas transformações de ordem econômica e social descritas por Mello e Novais (1988), e na popularização da televisão como um meio de comunicação em ascensão no mercado de mídia nacional. Além disso, a formação da Rede Globo de Televisão também foi ancorada a partir de assinatura de dois contratos de financiamento com a empresa norte-estadunidense Time-Life. Segundo Herz (1991), o acordo firmado entre as duas empresas ocorreu sob um contexto de aumento da influência do capital estrangeiro sobre o mercado midiático brasileiro. Nesse sentido, Herz (1991) descreve os meandros dos acordos financeiros firmados entre a Globo e Time-Life:

Antes mesmo de ser assinado oficialmente qualquer contrato entre a Globo e o grupo Time-Life, os milhões de dólares começaram a fluir. No dia 16 de julho de 1962, sete dias antes da assinatura dos contratos, a TV Globo recebeu da Time-Life Incorporated, através de uma operação de “swap”, a soma de U\$ 1,5 milhão, equivalente a 300 milhões de cruzeiros. [...] No dia 24 de julho de 1962, a recém-constituída TV Globo Ltda. firmou com o grupo norte-americano Time-Life, em Nova Iorque, dois contratos. O primeiro, denominado **Contrato Principal**, era uma conta de participação, uma “joint venture”. O segundo era um **Acordo de Assistência Técnica**. (Herz, 1991, p. 106; destaques no original).

²⁵ O documentário “*Muito além do cidadão Kane*” (1993), dirigido pelo cineasta Simon Hartog, foi um documentário produzido pelo Channel 4, canal de televisão britânico. Produzido e divulgado anos após o fim oficial da ditadura militar brasileira, o documentário de Hartog sofreu uma batalha judicial, encabeçada pelo Grupo Globo, que proibiu a exibição do filme no Brasil, cujo tema central era justamente a formação e atuação da Rede Globo de Televisão como o maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina.



De maneira geral, o funcionamento dos contratos firmados entre Globo e Time-Life se daria da seguinte maneira:

Por esse contrato, a TV Globo se comprometia a adquirir e instalar todo o equipamento de televisão e completar a construção do prédio para o estúdio. [...] A Time-Life Broadcast Internacional Inc. comprometia-se a oferecer treinamento especializado na área de televisão, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoramento de engenharia e orientação para a aquisição de filmes e programas produzidos no estrangeiro. Além disso, a Time-Life se comprometia a pagar à TV Globo uma quantia de até Cr\$ 220 milhões. [...] Essa quantia seria “creditada à conta de Time na sociedade em conta de participação da qual TV Globo fará parte com todo o seu capital” (Herz, 1991, p. 108).

A partir da apresentação e análise das cláusulas dos contratos, o autor concluiu que, para além de um simples ato de financiamento, os acordos firmados entre os grupo Globo e Time-Life representavam à época a criação de uma relação de sociedade entre as empresas brasileira e estadunidense. Todavia, “os contratos assinados pela Globo, antes de qualquer outra análise, inequivocamente violaram o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117 de 27/8/62²⁶) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Herz, 1991, p. 107).

A irregularidade dos contratos somente se tornou pública após a inauguração oficial da TV Globo, em 1965. As denúncias de irregularidade foram encabeçadas, principalmente, por Carlos Lacerda, jornalista e então governador do estado da Guanabara, e João Calmon, há época presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), que denunciaram a violação do artigo 160 da Constituição brasileira, que vedava a participação de capital estrangeiro na gestão ou na propriedade de empresas de comunicação no Brasil. Em virtude das violações à legislação brasileira nos acordos Globo e Time-Life, o Conselho Nacional de Comunicações (Contel) iniciou uma investigação do caso. Já na esfera política, a Câmara dos Deputados instaurou

²⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm. Acesso em: 03 de jun. 2024



uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de investigar a relação entre os grupos Globo e Time-Life (Herz, 1991; Memória Globo, 2021).

A solução encontrada pelo “doutor” Roberto Marinho para resolver a crise foi encontrada na arena da política. Valendo-se do bom relacionamento entre as Organizações Globo e o regime militar, Roberto Marinho decidiu por enviar uma carta a Humberto Castello Branco, presidente da República, na qual relatava sobre os acordos Globo e Time-Life. Em agosto de 1966, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Câmara dos Deputados, concluiu a existência de irregularidades nos acordos firmados entre os grupos Globo e Time-Life, e sugeriu ao Poder Executivo que fossem aplicadas as devidas punições legais à Rede Globo pela infração à Constituição Federal. Por outro lado, o Contel, que inicialmente havia constatado violações à Constituição, além de haver recomendado à cassação da concessão de televisão da Rede Globo, mudou de posição após contestações feitas pelo representante do Ministério da Justiça, Hugo Lisboa Dourado, e pelo consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa (Herz, 1991, p. 174-183).

O imbróglio judicial no qual se encontrava a TV Globo desde 1965 foi apenas devidamente resolvido em 1968. Frente ao novo parecer divulgado pelo Contel, no qual o órgão alegava não ter sido comprovada a existência de intromissão de capital estrangeiro, e do parecer final do consultor-geral da República, segundo o qual “não havia controle do capital”, ou “transferência intelectual e administrativa” do grupo Time-Life sobre a Globo, o presidente da República, o marechal Arthur da Costa e Silva, aprovou em 23 de setembro de 1968 o parecer final que “legalizava” oficialmente a existência da Rede Globo de Televisão (Herz, 1991, p.189-190).

Por um lado, se foi a partir da relação com a Time-Life que a Rede Globo garantiu o aporte financeiro – há época estimado em um valor total de mais de 6 milhões de dólares – para viabilizar a construção de sua infraestrutura, assim como viabilizar as operações da nova emissora de televisão, por outro, foi a partir da relação de proximidade com os governos militares que o Grupo Globo de



Comunicação garantiu o apoio político e burocrático para se consolidar hegemonicamente como um grande monopólio no setor midiático brasileiro (Herz, 1991; Mello, Novais, 1998).

Como apontam Simões e Mattos (2014), o sistema midiático brasileiro, uma vez pautado na prevalência de um modelo liberal de desenvolvimento, é historicamente marcado, portanto, pela ausência (ou pela ineficiência) de formas regulatórias impostas pelo Estado:

O modelo de desenvolvimento brasileiro através dos empreendimentos públicos trouxe como consequência um afastamento do Estado da função clássica de regulador dos serviços públicos oferecidos pela iniciativa privada. [...] O que se vê então é que uma atividade notadamente pública, como a televisão, trata de ser encampada como base em um modelo majoritariamente liberal, executado pela iniciativa privada e com necessidade clara de regulação, em um país com tradição estatizante, onde o modelo regulador quase desaparece pela dupla personalidade do Estado proprietário/regulador. Nesse Estado proprietário, a função de regular foi descuidada pela absoluta falta de convicção ou da noção de sua real necessidade (Simões, Mattos, 2014, p. 38-39).

Simões e Mattos (2014) afirmam ainda que o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), criado a partir da Lei 4.117 de 1962, possui finalidades muito mais voltadas para ganhos de ordem política, do que fato possui como objetivo garantir funcionalidades de ordem regulatória. Nas palavras dos autores:

Mas o CBT é ilustrativo de suas preocupações muito mais políticas do que propriamente econômicas, relacionadas a um sistema concorrencial. Assim, o capítulo IV [do CBT], que apresenta o extinto Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), é bastante ilustrativo da verdadeira ausência de preocupação quanto ao surgimento de um eventual monopólio. [...] O conselho, que teve sua composição de fundo eminentemente político, não realiza nenhuma abordagem que se aproxime de uma “concentração” de mercado, nem demonstra preocupação alguma com o fato. Mesmo a lei brasileira de TV a cabo, de 1995, considerada uma das mais modernas e completas do mundo, não traz mecanismos capazes de inibir os apetites de concentração, frequentes no ambiente brasileiro de mídia (Simões, Mattos, 2014, p. 40).

Segundo Mello e Novais (1998), além de garantir o desenvolvimento do setor de telecomunicações no país, a ditadura militar também exerceu papel de influência na transformação do Grupo Globo em um monopólio:



[...] O Estado montou uma infraestrutura de telecomunicações que possibilitou, já em 1970, a instalação de rede nacional. Simultaneamente, o negócio se organiza como uma grande máquina capitalista, que utiliza os processos tecnológicos mais avançados, voltada para a produção da mercadoria entretenimento, que, consumida, dá suporte aos anúncios das grandes empresas. [...] E o que é mais importante: a “Revolução de 1964” permitiu – mas muitos acham que até estimulou – que a Rede Globo de Televisão se transformasse numa empresa praticamente monopolista, que pode opor barreiras quase intransponíveis à entrada de novos concorrentes ou ao crescimento dos que já estavam estabelecidos (Mello, Novais, 1988, p. 638).

Nesse viés, Venício Artur de Lima (2014) afirma que a relação entre a Globo e a ditadura militar não se configurava como uma relação linear, a partir da qual apenas um dos lados – ou a Globo ou os militares – seriam beneficiados. Como aponta Lima (2014), ao mesmo tempo em que os militares garantiram à Globo tanto os aspectos materiais (como a construção da infraestrutura de comunicações) quanto burocráticas (com a ausência de normas reguladoras capazes de coibir a formação de monopólios), a Rede Globo passou a exercer uma função outra, que não se limitava à expressão do claro apoio aos governos da ditadura em sua linha editorial:

Enquanto o Ato Institucional nº5 esteve em vigor (1968-1978), houve uma dupla identificação entre a RGTV [Rede Globo de Televisão] e o regime militar. Primeiro, a RGTV representava o modelo de empresa moderna e eficiente, ajustada à política econômica excludente, concentradora e transnacionalizada. A consolidação da RGTV como uma empresa forte serviu ao regime porque ela defendia interesses similares ao dele, e serviu, é claro, às próprias OG [Organizações Globo], um conglomerado brasileiro, associado direta e indiretamente ao capital internacional. Segundo, em seus telejornais e na sua programação em geral, a RGTV serviu de “agente legitimador” através da criação, manutenção e reprodução do clima de euforia, possível pela construção de uma representação distorcida da vida no país que legitimava a estrutura socioeconômica, na qual a própria RGTV estava incorporada. Servindo ao regime autoritário, a RGTV servia a si mesma, trabalhando para consolidar o seu “virtual monopólio” e o conglomerado de empresas ao qual pertence (Lima, 2014, p. 121-122).

Colocar-se como a principal aliada da ditadura, dentre as demais empresas de mídia do país, também garantiu à Globo à liberdade criativa necessária para dinamizar sua programação – uma das principais características



que distinguiam a Globo dos demais canais de televisão –, que era marcada notadamente pelos telejornais, como o Jornal Nacional (exibido pela primeira vez em 1969), e pelas telenovelas, tendo se tornado o principal exportador de telenovelas do mercado latino-americano durante a década de 1980 (Simões, Motta, 2014, p. 68).

Como já anteriormente pontuado, a maior parcela dos veículos da imprensa brasileira, que inicialmente haviam atribuído legitimidade aos golpistas que afastaram João Goulart da presidência, tornaram-se um dos principais alvos do recrudescimento do autoritarismo do regime militar, sobretudo a partir do decreto do AI-5 em 1968. Contudo, diferentemente das demais empresas e veículos de comunicação do país, o apoio do Grupo Globo aos militares permaneceu até durante os anos finais da ditadura militar. Lima (2014) sinaliza para um dos momentos emblemáticos, a campanha pelas “Diretas Já”, que representou, segundo o autor, muito mais do que o mero posicionamento pró regime militar das Organizações Globo.

Conforme aponta Lima (2014), a campanha pela aprovação das “Diretas Já” foi um movimento, que ocorreu ao longo de 1984, que contou com a realização de uma série de manifestações populares ocorridas em diferentes cidades brasileiras, e que defendiam a aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para a presidência da República nas eleições de 1985. A emenda Dante de Oliveira, nesse sentido, ia de encontro ao processo de abertura democrática, lenta e gradual, conduzida pelos militares ao final do período ditatorial, processo esse que seria responsável por garantir não somente a anistia aos militares responsáveis pelas práticas de irregularidades e/ou crimes cometidos contra os direitos humanos, mas também assegurar um considerável controle dos militares sobre a condução do sistema político mesmo após o término oficial da ditadura (Napolitano, 2021).

Naquele cenário, os militares consideravam as “Diretas Já” como “uma ameaça real à permanência no poder sobre os setores que ainda o controlavam”.



Do ponto de vista das coberturas realizadas pela televisão sobre as manifestações em prol das Diretas, conforme aponta Lima (2014), a Rede Globo de Televisão optou por omitir, até duas semanas antes da votação da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional, a cobertura jornalística das manifestações (Lima, 2014, p. 111). No dia 25 de janeiro de 1984, data do aniversário da capital paulista, o comício em prol das Diretas realizado na cidade de São Paulo contou com a participação de aproximadamente de 250 mil a 300 mil pessoas. Segundo Lima (2014, p.122), a Rede Globo optou por realizar a cobertura do ato político, porém, de maneira distorcida, uma vez que o comício foi apresentado pelo Jornal Nacional “como se fosse mais um evento em comemoração ao aniversário da cidade, minimizando o ato político e maximizando a presença de consagrados artistas populares”.

Em entrevista realizada pela revista *Veja*, e que rememorava os 15 anos de criação do Jornal Nacional, o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, justificou a cobertura da Globo sobre as Diretas Já da seguinte maneira:

Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional, e por isso, decidimos realizar num primeiro momento apenas coberturas regionais. Mas a paixão nacional foi tamanha que decidimos tratar o assunto em rede nacional (Lima, 2014, p. 123 *apud* *Veja*, nº845, 5/9/1984, p.48-54).

Outro claro exemplo do apoio das Organizações Globo ao governo dos militares até durante os anos finais da ditadura é o texto editorial assinado por Roberto Marinho, publicado pelo jornal *O Globo* em 07 de outubro de 1984. Intitulado “Julgamento da Revolução”, o editorial era uma análise sobre os 20 anos da ditadura militar. Logo nas primeiras linhas de texto, fica evidente que o posicionamento de *O Globo*, mesmo duas décadas após o Golpe, pouco havia mudado, uma vez que Marinho inicia o editorial afirmando que o apoio ao golpe e aos militares em 1964 representava uma tentativa de salvaguardar a existência dos princípios democráticos no Brasil, além de afirmar que *O Globo* ainda permanecia fiel aos objetivos da “Revolução”:

Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção



generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários (Grupo Globo História, 2022).

Marinho dá prosseguimento exaltando o que considera as principais conquistas da “Revolução de 1964”. Nesse sentido, o texto se debruça sobre a apresentação de índices econômicos positivos, que, segundo avaliação do presidente das Organizações Globo, foram alcançados pela atuação dos governos militares. Ao mesmo tempo, Marinho não faz qualquer menção aos crimes e arbitrariedades praticados pelos agentes da ditadura. Na verdade, em determinado momento, ao citar o decreto do AI-5, Ato Institucional que instaurou os “Anos de Chumbo”, Marinho afirma que “a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5” (Grupo Globo História, 2022).

Em agosto do ano de 2013, na esteira das amplas manifestações populares que ocorreram em diversas cidades brasileiras, e que ficaram posteriormente conhecidas como “Jornadas de Junho, o jornal *O Globo* publicou um editorial no qual afirmava ter sido um erro o apoio editorial dado pelo veículo de comunicação ao golpe de 1964:

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais (O Globo, 31 de agosto de 2013).

O editorial de 2013, similarmente ao editorial de Marinho em 1984, procura justificar o apoio ao golpe de 1964 e à ditadura como consequências do contexto



histórico marcado pelo alto tensionamento político, vivenciado seja na esfera nacional, seja na esfera internacional (com o acirramento da Guerra Fria):

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas. A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu (O Globo, 31 de agosto de 2013).

O editorial de 2013, ao fazer alusão ao editorial de 1984 assinado por Roberto Marinho, tenta promover uma espécie de resgate da memória de Marinho, ao afirmar que seu lendário presidente havia sempre atuado como um “aliado da legalidade”:

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares. Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO (O Globo, 31 de agosto de 2013).

Todavia, cabe salientar que, assim como no editorial de Marinho, o editorial de 2013 também não faz menções diretas aos casos de tortura, prisões arbitrárias, desaparecimentos de cidadãos brasileiros, ou a qualquer outro tipo de ações ilegalmente praticadas pela ditadura militar. Nesse sentido, o autor Juremir Machado da Silva (2014) ironiza o editorial de *O Globo*, e o classifica como um ato de “meia-culpa”²⁷. Segundo Silva (2014), ao mesmo tempo que o

²⁷ Silva (2014) se utiliza da expressão em latim “*mea-culpa*”, que traduzida para o português significa “minha culpa”, para ironizar o editorial de 2013 feito pelo jornal *O Globo* sobre a participação do periódico carioca, e das Organizações Globo de um modo geral, na defesa do movimento golpista de março de 1964, e afirma que o editorial, nesse sentido, ao invés de representar uma espécie de consternação de *O Globo* em relação a seu próprio passado, acaba, por sua vez, em servir muito mais como um “meia-culpa”, uma vez que o *Globo* justifica



jornal reconhece como um erro ter apoiado os diferentes governos militares ao longo de toda a ditadura, além de não especificar o porquê o apoio aos militares se configura como um erro, *O Globo* se utiliza tanto do contexto histórico quanto na culpabilização de João Goulart como estratégias para esconder os esqueletos presentes no armário de sua história quase centenária.

Nesse contexto, o próximo capítulo se debruçará sobre a análise do enquadramento jornalístico realizado por veículos do Grupo Globo – particularmente, o jornal *O Globo* e a Rede Globo de Televisão – no período que marcou os 60 anos do golpe de 1964. A análise buscará, em última instância, identificar continuidades e rupturas discursivas, além de ênfases, silenciamentos e contradições presentes nos conteúdos jornalísticos veiculados pelo Grupo Globo.

seu apoio ao Golpe e aos militares no contexto de alto tensionamento político do Brasil e do mundo em meados da década de 1960.



4 O QUE A GLOBO (NÃO) MOSTRA? UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO ADOTADO PELA GLOBO NA COBERTURA DOS 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Usualmente, a ocorrência de uma efeméride, ou seja, da rememoração de um fato ou de uma data simbolicamente representativa, incorre na mobilização de parcelas da sociedade na qual esse evento histórico aconteceu. Em 2012, dois anos antes da data que simbolizou os 50 anos do golpe civil-militar de 1964, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff instaurou, por meio da Lei 12.528/2011²⁸, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), uma comissão criada com o objetivo de investigar as ocorrências de violações contra os direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 até 1968, com um enfoque especial para os crimes cometidos pela ditadura militar (Brasil, 2014). Quando o Golpe atingiu a marca de 50 anos em 2014, autores como Carlos Fico (2014), Juremir Machado da Silva (2014), Daniel Araújo Reis Filho e Rodrigo Patto Sá Motta (2014) publicaram obras que traziam novamente ao debate público as discussões sobre o legado do golpe de 1964 e, conseqüentemente, da ditadura militar, para a história do Brasil.

No dia 31 de março de 2024, da data que representa o início do golpe civil-militar de 1964, completou-se 60 anos. Foi justamente a partir dessa efeméride que se orientou toda a construção deste trabalho. No campo da produção de conhecimento científico, uma das mais notáveis contribuições no campo da rememoração foi garantida pela historiadora brasileira Heloisa Straling (2024), que publicou o primeiro volume de sua obra “A máquina do Golpe. 1964: Como foi desmontada a democracia no Brasil (Vol.1)”. Todavia, considerando-se que a presente monografia se insere no campo dos estudos em Jornalismo, torna-se pertinente, portanto, que também se recorra à observação das maneiras por meio das quais a imprensa brasileira – que tão assiduamente atuou para a

²⁸ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 14 de jun. 2024.



concretização e a legitimação do golpe em 1964 – norteou a cobertura jornalística sobre esse evento histórico 60 anos depois.

Ademais, torna-se necessário pontuar que esta pesquisa partiu inicialmente da hipótese de que, semelhantemente ao que havia ocorrido com a famosa publicação do editorial de *O Globo* em 2013 (um ano antes do Golpe completar 50 anos), o Grupo Globo de Comunicação poderia emitir algum posicionamento oficial que discutisse o legado da ruptura institucional de 1964 para história recente do Brasil, ou, ainda, fazer menções sobre a participação do conglomerado de comunicação no processo histórico que culminou no Golpe.

Outro fator que reforçava essa hipótese inicial remete ao histórico recente de “embates” travados entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e a Rede Globo de Televisão, tensionamentos que foram iniciados ainda durante o pleito eleitoral realizado em 2018 e que experienciou o seu ápice durante o governo exercido por Bolsonaro entre 2018 e 2022. Destarte, destaca-se ainda o posicionamento do Grupo Globo de Comunicação, assim como parcela considerável das demais empresas de comunicação do país, contrário à invasão da praça dos Três Poderes, ocorrida no dia 8 de janeiro de 2023, e a tentativa de golpe de Estado capitaneado por apoiadores políticos de Jair Bolsonaro após a derrota do ex-presidente nas eleições presidenciais de 2022.

Não obstante, cabe salientar que em virtude da impossibilidade de viabilizar uma análise sobre todas as coberturas jornalísticas realizadas pelos distintos veículos e empresas de comunicação do país, a pesquisa presente nesta monografia tem na cobertura jornalística dos 60 anos do golpe de 1964 realizada pelo Grupo Globo de Comunicação o seu objeto de investigação. Em primeiro lugar, e como já foi apresentado nos capítulos anteriores, o Grupo Globo possui uma relação histórica com a ditadura militar: para além da atuação do jornal *O Globo* na “preparação” para o golpe de 1964, o apoio do Grupo Globo de Comunicação aos diferentes governos militares ao longo dos 21 anos do período ditatorial produziu célebres frutos, política e economicamente, para a empresa de comunicação brasileira (Simões; Mattos, 2014; Lima, 2014; Mello;



Novais, 1988). Além disso, outro fator que justifica a escolha da Globo como objeto de estudo é sua proeminência – ou o caráter hegemônico – nos cenários midiáticos brasileiro e internacional, uma vez que a empresa de comunicação carioca representa o maior conglomerado de comunicação do Brasil e da América Latina (Simões; Mattos, 2014).

Logo, tendo em vista não somente a relação histórica existente entre o Grupo Globo e a ditadura militar, mas também a proeminência e a relevância da Rede Globo de Televisão no cenário midiático brasileiro, o *corpus* da pesquisa se baseia na análise dos enquadramentos noticiosos adotados pelo *Jornal Nacional*, pelo programa dominical *Fantástico* e pelo jornal *O Globo* no processo de construção dos conteúdos noticiosos relacionados aos 60 anos do Golpe.

Ademais, cabe pontuar que a escolha em analisar os enquadramentos noticiosos empregados pelo *O Globo* se dá pela participação efetiva que o periódico carioca exerceu como um dos veículos de imprensa antagonistas ao governo João Goulart e favorável à tomada de poder pelos militares em 1964²⁹. Ademais, optou-se também por analisar os programas *Jornal Nacional* e *Fantástico*, sobretudo, por duas motivações: em primeiro lugar, porque tanto o *Jornal Nacional* (JN) quanto o *Fantástico* tiveram suas primeiras transmissões realizadas durante o período da ditadura militar; além disso, ambos ainda se configuram como dois dos programas de maior expressão e audiência presentes da Rede Globo de Televisão.

O *Jornal Nacional* foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969 e representou um dos primeiros telejornais da Rede Globo a ser exibido em rede nacional (Fernandes, 2017). Após contar com diferentes e notáveis representantes do jornalismo brasileiro em sua equipe, em 2024 o telejornal é transmitido de segunda-feira aos sábados, com apresentação dos âncoras William Bonner e Renata Vasconcellos durante o “horário nobre” da televisão brasileira. Já o *Fantástico*, exibido pela primeira vez em 1973, foi inicialmente concebido como uma “revista eletrônica de variedades, com duas horas de

²⁹ Ver as seções 3.3, 3.4 e 3.4.1.



duração, que reunia jornalismo e entretenimento para levar ao telespectador os assuntos mais relevantes no Brasil e no mundo” (Memória Globo, 2021). E 2024, período de realização deste estudo, as jornalistas Poliana Abritta e Maria Júlia Coutinho conduzem a apresentação do programa que, diferentemente do *JN*, é transmitido apenas aos domingos.

Para além da representatividade histórica apresentada por ambos os programas, outro elemento que também justificou a escolha de empregar a análise sobre as coberturas jornalísticas realizadas pelo *Fantástico* e pelo *Jornal Nacional* sobre o golpe de 1964 é o fato de que ambos, além de se configurarem como programas veiculados na rede aberta de televisão, apresentam índices de audiência significativos. Segundo levantamento realizado pelo Kantar Ibope Media, entre os dias 06 e 11 de maio de 2024, o *Jornal Nacional* alcançou, aproximadamente, 66 milhões de espectadores, e atingiu a marca de 26 pontos de média percentual. Por sua vez, o *Fantástico* marcou 18 pontos de média, alcançando a marca de 33 milhões de espectadores no dia 12 de maio³⁰ do mesmo ano.

Dessa forma, por opção metodológica, este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, será realizada uma análise descritiva e quantitativa do *corpus*, na qual serão apresentadas as menções feitas ao golpe de 1964 contidas nas edições do *Jornal Nacional*, do *Fantástico*, e do jornal *O Globo* que estejam presentes dentro do recorte amostral definido, notadamente o período entre os dias 28 de março a 03 de abril de 2024³¹. Nesse primeiro nível de

³⁰ Esses números de audiência divulgados pelo Kantar Ibope Media são concomitantes as edições tanto do *Jornal Nacional* quanto do *Fantástico* realizadas durante o mesmo período no qual passaram a ser noticiadas as enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Para mais: <https://kantaribope.com/conteudo/tipo-dado/audiencia-tv-pnt-top-10/#>. Acesso em: 13 de jun. 2024.

³¹ As opções metodológicas empregadas neste trabalho foram definidas a partir da viabilidade de elaborar de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Nesse sentido, por opções, e, também limitações, de ordem acadêmica, o recorte amostral definido por essa pesquisa se baseou na análise das menções feitas ao golpe de 1964 veiculadas pelos 3 produtos jornalísticos escolhidos, em um período que compreende três dias anteriores e 3 dias posteriores ao dia 31 de março de 2024, data que representou a marca de 60 anos do golpe civil-militar que ocorreu no Brasil em 1964.



análise, o mapeamento e a seleção do material analisado foram realizados a partir da plataforma Globoplay e do acervo online do jornal *O Globo*, cujas assinaturas permitiram obter o acesso à íntegra das edições do *Jornal Nacional* e do *Fantástico*, assim como o acesso às edições do periódico carioca.

A segunda parte do capítulo, por sua vez, compreende na apresentação da análise de enquadramento noticioso, na qual as edições do *Jornal Nacional*, do *Fantástico* e do *O Globo* selecionadas são analisadas a partir de duas metodologias: **a)** classificação das quatro funções de enquadramento conforme a tipologia de Robert Entmann (1993); **b)** classificação dos tipos de enquadramentos em quadros temáticos ou episódicos (Iyengar, 1991).

Nesse sentido, visando garantir uma melhor visualização do *corpus* da pesquisa, foram elaborados os quadros abaixo, que explicitam cada uma das edições dos três produtos jornalísticos pertencentes ao Grupo Globo de Comunicação analisados neste trabalho:

Quadro 1 – Edições do *Jornal Nacional* e do *Fantástico*

Programa/Item Jornalístico	Data de exibição	Duração	Título
Fantástico (IJ1)	31/03/2024	1'07''	Entidades da sociedade Civil lembram os 60 anos do golpe militar com uma caminhada em São Paulo
Fantástico (IJ2)	31/03/2024	5'13	Nos 60 anos do golpe militar no Brasil, podcast usa inteligência artificial para recuperar declarações dos generais da ditadura
Jornal Nacional (IJ3)	01/04/2024	02'20''	Maioria dos ministros do STF vota pelo entendimento que a Constituição não prevê atuação das Forças Armadas como poder moderador
Jornal Nacional (IJ4)	02/04/2024	03'28''	Comissão de Anistia aprova dois pedidos de perdão a povos indígenas perseguidos pela ditadura militar



Jornal Nacional (IJ5)	02/04/2024	0'43"	Conselho reabre processo que investiga o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva
Jornal Nacional (IJ6)	03/04/2024	0'34"	Comissão reconhece Clarice Herzog, viúva de jornalista morto pela ditadura, como anistiada política

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades deste trabalho

Ademais, por mais que a presente pesquisa se valha da utilização da *framing analysis* como uma alternativa metodológica capaz de superar certas superficialidades e contradições presentes nos paradigmas clássicos do Jornalismo (Porto, 2002), torna-se válido pontuar que este trabalho se utiliza da classificação dos gêneros e formatos jornalísticos em gênero opinativo e informativo proposta por Melo e Assis (2010) como critério de seleção e de classificação³². Nesse sentido, o quadro abaixo foi elaborada com o objetivo de permitir uma melhor visualização, quanti e qualitativamente, dos materiais coletados dentre as edições do jornal *O Globo*.

Quadro 2 – Edições do jornal *O Globo*

Edição/Item Jornalístico	Data	Editoria	Gênero	Título
Nº. 33.106 (IJ7)	28/03/2024	Opinião	Opinativo	É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia

³² A divisão dos textos no *corpus* desta monografia em textos jornalísticos opinativos e informativos está ancorada em limitações de ordem teórico-metodológica. Logo, torna-se válido pontuar que ao se valer desta distinção entre esses formatos jornalísticos, não se ignora a existência entre a superficialidade dessa distinção teórica com a realidade da práxis jornalística, na qual, como afirma Manuel Chaparro, “o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões” (Chaparro, 2000, p.100). Para mais ver: Chaparro, Manuel. Sotaques d’aquém e d’além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém, Portugal: Jortejo, 2000.



N.º 33.106 (IJ8)	28/03/2024	Política	Informativo	As vozes do Golpe: com áudios inéditos, podcast da CBN revela bastidores do regime
N.º 33.107 (IJ9)	29/03/2024	Opinião	Opinativo	Silêncio sobre o 31/3 expõe feridas do 8/1
N.º 33.107 (IJ10)	29/03/2024	Opinião	Opinativo	Lula não entendeu nada
N.º 33.108 (IJ11)	30/03/2024	Opinião	Opinativo	Ditadura nunca mais!
N.º 33.108 (IJ12)	30/03/2024	Política	Informativo	Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux
N.º 33.108 (IJ13)	30/03/2024	Política	Informativo	PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64
N.º 33.108 (IJ14)	30/03/2024	Política	Informativo	Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de janeiro
N.º 33.108 (IJ15)	30/03/2024	Segundo Caderno	Informativo	Passado que se faz presente
N.º 33.109 (IJ16)	31/03/2024	Opinião	Opinativo	Jango e Brizola
N.º 33.109 (IJ17)	31/03/2024	Política	Informativo	Lula evita se opor a militares e trava comissão
N.º 33.109 (IJ18)	31/03/2024	Política	Informativo	O 8 de janeiro não teve apoio popular como no golpe de 1964



N.º 33.109 (IJ19)	31/03/2024	Política	Informativo	Ministros da Defesa sempre foram frágeis diante dos militares
N.º 33.109 (IJ20)	31/03/2024	Política	Opinativo	Walters, o americano que esteve em todas
N.º 33.109 (IJ21)	31/03/2024	Economia	Opinativo	O país que não sabe lembrar
N.º 33.110 (IJ22)	01/04/2024	Opinião	Opinativo	1964, o passado já passou?
N.º 33.110 (IJ23)	01/04/2024	Opinião	Opinativo	1964, memórias corrompidas
N.º 33.110 (IJ24)	01/04/2024	Política	Informativo	Em voto, Flávio Dino diz que 'função militar é subalterna'
N.º 33.110 (IJ25)	01/04/2024	Política	Informativo	Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe
N.º 33.110 (IJ26)	01/04/2024	Brasil	Opinativo	Educação na ditadura militar
N.º 33.110 (IJ27)	01/04/2024	Segundo Caderno	Opinativo	O Brasil é um imenso primeiro de abril
N.º 33.111 (IJ28)	02/04/2024	Economia	Opinativo	Antes que falem da economia
N.º 33.111 (IJ29)	02/04/2024	Política	Informativo	Maioria da corte entende que Constituição não prevê intervenção militar



N.º 33.112 (IJ30)	03/04/2024	Opinião	Opinativo	O passado é teimoso
N.º 33.112 (IJ31)	03/04/2024	Política	Informativo	Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora para as finalidades deste trabalho

4.1 Análise descritiva dos vídeos

4.1.2 Edição de 31/03/2024 do *Fantástico* (IJ1): “Entidades da sociedade Civil lembram os 60 anos do golpe militar com uma caminhada em São Paulo”

A matéria em questão é uma nota coberta³³ com duração de um minuto e sete segundos narrada pela apresentadora do *Fantástico* Maria Júlia Coutinho, presente na edição exibida no dia 31/03/2024. A nota apresenta a realização de uma manifestação realizada na cidade de São Paulo no dia 31 de março de 2024, conduzida por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, realizada em memória das vítimas da ditadura militar. Após a apresentação inicial, a narração da jornalista é coberta por imagens captadas durante a manifestação. Maria Júlia Coutinho afirma que os manifestantes se reuniram em frente à delegacia na qual funcionava o extinto Destacamento de Operações de Informações – Centro de Defesa Interna (DOI-CODI), utilizado pela ditadura na repressão de opositores. Ademais, são exibidos cartazes e faixas feitas pelos manifestantes que continham as seguintes afirmações: “Golpe nunca mais” e “ditadura nunca mais” (Coutinho, 2024).

Após a apresentação das informações relacionadas à ocorrência da manifestação, a nota apresenta uma publicação feita em uma rede social pelo

³³ Na prática jornalística, o termo “nota coberta” faz referência a uma determinada notícia que é narrada pelo apresentador (a) de um telejornal a partir da sobreposição do texto com imagens ilustrativas sobre a informação apresentada.



presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, publicada igualmente no dia 31 de março, que afirma que a data em questão “era para celebrar o feriado de Páscoa” e “lembrar como a democracia é valiosa”. Ademais, a matéria ainda destaca os pronunciamentos feitos por sete ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, que utilizaram seus respectivos perfis nas redes sociais para “repudiar o Golpe e discursar em defesa da democracia”.

4.1.3 Edição de 31/03/2024 do *Fantástico* (IJ2): “Nos 60 anos do golpe militar no Brasil, podcast usa inteligência artificial para recuperar declarações dos generais da ditadura”

Na edição realizada no dia 31 de março de 2024 do *Fantástico*, com cinco minutos e treze segundos de duração, a reportagem, conduzida pelo jornalista Álvaro Pereira Junior começa com a apresentação de um áudio com a voz do ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o quarto presidente do regime militar. No áudio em questão, Geisel se refere ao também ex-presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969) como “preguiçoso”, “fraco”, “doente”, “diabético” e que “sofria do coração”. Pereira Junior afirma que o áudio de Ernesto Geisel faz parte do podcast “Ditadura Recontada”, uma produção realizada em parceria pela Rádio CBN e pela Globoplay, que possui como principal base de referência a coletânea de livros sobre a ditadura militar escrita pelo jornalista brasileiro Elio Gaspari.

Além dos livros de Gaspari, o podcast apresenta de maneira exclusiva áudios de Ernesto Geisel, gravados por Elio Gaspari entre 1994 e 1996. Além dos áudios presentes no arquivo pessoal de Gaspari, o podcast também conta com gravações e anotações realizadas pelo capitão do Exército Heitor Aquino Ferreira, secretário pessoal de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, que se tornaram parte do arquivo pessoal de Gaspari após o falecimento de Geisel.

A reportagem do *Fantástico* também apresenta entrevistas realizadas com Helena Dias, historiadora e pesquisadora do podcast, e Ana Maria Straube, roteirista da produção radiofônica. Durante a passagem do repórter, Pereira Junior afirma que, em razão da baixa qualidade de boa parte dos áudios



utilizados, que foram captados ainda durante a ditadura, a alternativa encontrada, como explica a editora de áudio do podcast Bárbara Falcão, foi a utilização de recursos de inteligência artificial para realizar o tratamento e reconstituição dos materiais apresentados ao longo do podcast. Após a passagem do repórter, são destacadas imagens de conflitos travados entre civis e militares durante a ditadura, e que, segundo Pereira Junior, fazem alusão “ao acirramento da repressão aos movimentos armados de esquerda” (Pereira Junior, 2024), como por exemplo a Guerrilha do Araguaia³⁴.

A reportagem termina com o repórter afirmando que todo o processo de elaboração do podcast demorou cerca de dois anos até que a produção fosse finalizada. Além disso, Pereira Junior aponta para os créditos relacionados à narração, atribuídos à jornalista Nadedja Calado, e para a veiculação semanal dos episódios do podcast nas plataformas da Rádio CBN e da Globoplay.

Por fim, torna-se válido pontuar que não foi possível recuperar o vídeo original desta reportagem na plataforma da Globoplay. A íntegra das edições do *Fantástico*, assim como as do *Jornal Nacional*, são regularmente adicionadas ao site da Globoplay após as transmissões de ambos os programas. Todavia, após uma análise exploratória constatou-se que a reportagem veiculada na edição do dia 31/04/2024 do *Fantástico* sobre o podcast “*Ditadura Recontada*” não constava mais na base de arquivos da plataforma de streaming do Grupo Globo,

³⁴ A Guerrilha do Araguaia foi uma organização criada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O PCdoB foi fundado por antigos militantes dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se opuseram a posição oficial do PCB em não aderir resistência às táticas da luta armada. A atuação da Guerrilha do Araguaia possuía como objetivo estabelecer uma organização de guerrilha rural na região do rio Araguaia aos moldes das táticas adotadas por grupos revolucionários chineses (Napolitano, 2021, p.126). Em 2009, o Estado brasileiro foi denunciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela “detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas entre membros do Partido Comunista do Brasil [...] e camponeses da região, [...] resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia” (CIDH, 2010). Para mais detalhes, ver: de Direitos Humanos, C. I. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/479>. Acesso em: 11 jul. 2024.



sem qualquer justificativa apresentada pela empresa de comunicação. Após uma nova pesquisa, e como último recurso para realização desta análise, a reportagem em questão foi encontrada no Youtube³⁵.

4.1.4 Edição de 01/04/2024 do *Jornal Nacional* (IJ3): “Maioria dos ministros do STF vota pelo entendimento que a Constituição não prevê atuação das Forças Armadas como poder moderador”

Na edição do dia 01/04/2024, o *Jornal Nacional* apresentou uma nota sobre a votação realizada pelo STF, na qual a maioria dos ministros da Suprema Corte votaram contra o entendimento de que a Constituição Federal prevê à atuação das Forças Armadas como um poder moderador do Estado brasileiro. A matéria em questão é uma nota coberta, que ocupou dois minutos e vinte segundos do último terço do telejornal. A nota é narrada pelo jornalista Júlio Mosquéra diretamente da cidade de Brasília. Mosquéra introduz o assunto afirmando que os ministros do STF estão julgando uma ação apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que promove questionamentos sobre quais são os limites de atuação das Forças Armadas. O jornalista dá prosseguimento à narração, informando que a maioria dos ministros já havia votado de acordo com o parecer do relator do caso no STF, ministro Luiz Fux, que afirmou que as Forças Armadas não representam um órgão com funções de governo, mas como instituições subordinadas ao Estado brasileiro.

Conforme apresentou o jornalista, os ministros Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Edson Fachin, André Mendonça e Gilmar Mendes votaram favoravelmente ao parecer do relator. Mosquéra também afirma que, segundo o ministro Luiz Fux, a Constituição veda ao presidente da República recorrer às Forças Armadas para atuar de maneira contrária ao Congresso Nacional e ao STF, assim como não concede às instituições militares função de moderar possíveis conflitos que ocorram entre os poderes Executivo, Legislativo e

³⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WT1PK_FNNOU. Acesso em: 04 de jul. 2024.



Judiciário, o que atestaria a inconstitucionalidade de uma intervenção das Forças Armadas sobre os demais poderes.

Ao final da matéria, Mosquera afirma que “a maioria dos ministros do Supremo entende que o artigo 142 da Constituição não permite qualquer interpretação que admita o emprego das Forças Armadas para a defesa de um poder contra o outro” (Mosquera, 2024), e que cinco dos onze ministros que compõem a Suprema Corte ainda não deliberaram sobre a ação. Ademais, cabe pontuar que, por mais que não exista nesta matéria do *Jornal Nacional* qualquer menção direta ao Golpe, optou-se por sua inclusão no *corpus* pelo fato de tematizar o papel exercido pelas Forças Armadas em um regime democrático exatamente na semana em que a ruptura institucional de 1964 completou 60 anos.

4.1.5 Edição de 02/04/2024 do *Jornal Nacional* (IJ4): “Comissão de Anistia aprova dois pedidos de perdão a povos indígenas perseguidos pela ditadura militar”

O item em questão consiste em uma reportagem, que possui três minutos de duração e aparece entre as matérias presentes na escalada dessa edição do telejornal. A chamada para a reportagem é feita pela âncora do *JN*, Renata Vasconcellos. A apresentadora do telejornal reforça que a aprovação dos pedidos de anistia representa a primeira vez que o Estado brasileiro concede essa forma de reparação coletiva. A reportagem se inicia com a apresentação de um ritual realizado por Djanira Krenak, líder do povo indígena Krenak, com a narração do repórter Vladimir Netto. O repórter informa que, segundo os procuradores responsáveis pela ação, o Estado brasileiro, aqui centrado na figura do Estado comandado pelos militares durante o período ditatorial, perseguiu e expulsou os povos indígenas Krenak e Guarani-Kaiowá de seus territórios. A reportagem se utiliza de recursos gráficos para apresentar, a partir de uma imagem do mapa do Brasil, os territórios que outrora eram ocupados por



esses povos indígenas e que, no caso da anistia, se referem aos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Netto ainda afirma que os procuradores reconheceram a ocorrência de casos de prisões indevidas e torturas praticados por agentes do Estado militar, fato que teria ocasionado inanição e mortes desses povos indígenas. Além disso, o repórter também destaca que a ação já havia sido apresentada pelo Ministério Público em 2022, mas que o Governo Federal, sob o comando do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, havia negado o pedido de anistia. Todavia, como aponta o repórter, por unanimidade, todos os conselheiros presentes na cerimônia realizada em abril de 2024 reconheceram a violência do regime militar praticada contra o povo indígena Krenak.

A reportagem apresenta imagens do momento em que a presidente da Comissão, Enéa Almeida, ajoelhou enquanto anunciava a decisão da Comissão de considerar o povo Krenak como anistiado político do Estado brasileiro. Além do posicionamento de Enéa Almeida, a reportagem apresenta as falas do autor do pedido de reparação para os povos indígenas, Edmundo Antônio Dias, que afirmou que a garantia da condição de anistia possui, para além do ineditismo, uma importância ao representar um reconhecimento oficial das violações contra os direitos humanos praticadas pela ditadura militar, e que foram invisibilizadas ao longo do tempo. Da mesma maneira, os conselheiros, também de forma unânime, concederam o pedido de perdão coletivo aos povos Guarani-Kaiowá.

Ao final da matéria, observa-se a passagem do repórter, durante a qual Vladimir Netto afirma que a concessão do pedido de anistia, além de garantir o pedido de desculpas e o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro, também pode representar “uma nova etapa na busca por garantia de direitos aos povos indígenas” (Netto, 2024). Além disso, Netto afirma que a Comissão de Anistia, dentre outras medidas, também recomendou ao Governo Federal avançar com o processo de demarcação das terras indígenas. A reportagem é encerrada com depoimentos da presidente da Comissão, e de Tito Vilhalva, ancião do povo indígena Guarani-Kaiowá.



4.1.6 Edição de 02/04/2024 do *Jornal Nacional* (IJ5): Conselho reabre processo que investiga o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva

A matéria analisada é uma nota, com uma duração de quarenta e três segundos, apresentada por William Bonner, âncora e editor-chefe do *Jornal Nacional*, logo após a reportagem que apresenta a aprovação dos pedidos de anistia aos povos indígenas Guarani-Kaiowá e Krenak pela Comissão de Anistia. Bonner afirma que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou a reabertura do processo que investiga o assassinato do ex-deputado federal Rubens Paiva, que ocorreu durante a ditadura militar. Rubens Paiva foi preso por militares em 1971 e levado ao DOI-CODI da cidade do Rio de Janeiro, local onde, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi torturado e morto. Bonner salienta que, na época da morte de Rubens Paiva, o Conselho dos Direitos Humanos do regime militar arquivou a investigação do caso. William Bonner finaliza a nota com a informação de que o corpo do ex-deputado nunca foi encontrado e que a família de Paiva recebeu seu atestado de óbito somente 25 anos após sua morte.

4.1.7 Edição de 02/04/2024 do *Jornal Nacional* (IJ6): Comissão reconhece Clarice Herzog, viúva de jornalista morto pela ditadura, como anistiada política

O vídeo em questão é também uma nota, com duração de trinta e quatro segundos, igualmente apresentado por William Bonner. A matéria apresenta que a Comissão de Anistia reconheceu Clarice Herzog, viúva de Vladimir Herzog, jornalista que foi preso, torturado e morto pela ditadura militar. A Comissão reconheceu que o Estado brasileiro perseguiu a família Herzog, após Clarice começar a liderar um movimento pela responsabilização do governo militar pelo assassinato do jornalista. A nota é encerrada com a afirmação de que, além do reconhecimento da condição de anistiada política, Clarice Herzog também será indenizada financeiramente.



4.2 Análise descritiva dos textos

4.2.1 Textos Opinativos

4.2.1.1 Edição Nº 33.106 de 28/03/2024 de *O Globo* (IJ7): “É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia”

O texto em questão, presente na edição nº 33.106 publicada pelo jornal *O Globo* em 28/03/2024, é um artigo de opinião escrito por Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, e Hélio Luz, ex-delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ao longo do texto, Miranda e Luz pontuam como o legado colonial escravagista foi capaz de projetar sobre os dias atuais a existência de uma polícia violenta e repressiva, sobretudo na capital carioca.

Nesse sentido, os autores remetem a um decreto assinado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que estabeleceu em 2013 a construção de um Memorial da Democracia no local onde antigamente atuava a Delegacia de Política e Ordem Social (DOPS), localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Segundo os autores, o endereço no qual se localizava a antiga sede do DOPS, na Rua da Relação, “se tornou conhecido como um lugar associado à violência e ao arbítrio” (Miranda, Luz, 2024). O texto destaca que presos nas dependências ao longo dos anos de existência do prédio em questão ilustres figuras da sociedade brasileira, como os escritores Graciliano Ramos e Jorge Amado, além dos militantes políticos Olga Benário, Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighella.

4.2.1.2 Edição Nº 33.107 de 29/03/2024 de *O Globo* (IJ8): “Silêncio sobre o 31/3 expõe feridas do 8/1

A edição Nº 33.107 do jornal *O Globo*, publicada no dia 29/03/2024, apresenta dois textos de caráter opinativo que fazem alusão ao golpe de 1964. O primeiro deles é um artigo de opinião assinado pela jornalista Vera Magalhães e que está presente logo na segunda página do jornal. Intitulado “Silêncio sobre



31/03 expões feridas sobre 8/1”, Vera Magalhães realiza uma espécie de análise de conjuntura sobre a decisão da presidência da República, sob gestão de Luis Inácio Lula da Silva, de não realizar nenhum ato ou evento oficial que fizessem alusão aos 60 anos do golpe civil-militar. O texto é ilustrado apenas com uma imagem de Vera Magalhães, utilizada meramente com caráter institucional e de modo a apresentar a colunista, posicionada logo acima do título.

Segundo a interpretação da jornalista, a decisão tomada pelo Governo Federal, por mais que pudesse gerar descontentamento em setores da sociedade civil que se colocam como aliados e eleitores do governo Lula, está ancorada, sobretudo, pelos desdobramentos das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado deflagrada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que invadiram e vandalizaram os prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal na cidade de Brasília no dia 08 de janeiro de 2023. Além disso, Vera Magalhães também pontua que parte da decisão do governo Lula reside no alto grau de “contaminação” das Forças Armadas brasileiras pelo golpismo bolsonarista, fato que consistiu em um “projeto levado a cabo por Bolsonaro durante muito tempo” (Magalhães, 2024).

Por fim, a jornalista promove questionamentos em torno da “apatia e incredulidade” da sociedade civil, mais precisamente dos partidos de esquerda, das universidades e dos movimentos sociais em não compreender a decisão tomada pelo governo Lula. Faz-se um apelo para que essas organizações relembrem “os horrores de um arbítrio que não teve nada de brande e que as novas gerações, à medida que o tempo passa, deixam de perceber em toda a sua gravidade”. Além do apelo feito à sociedade civil, Vera Magalhães também coloca em questão a atuação do próprio governo, ao afirmar que cabe ao Executivo “devolver as Forças Armadas ao cumprimento estrito de seu dever constitucional” para que “o flagelo da ditadura com que Bolsonaro, para dizer o mínimo, flertou não se repita”.



4.2.1.3 Edição Nº 33.107 de 29/03/2024 de *O Globo* (IJ9): “Lula não entendeu nada”

Diferentemente de Vera Magalhães, o artigo do jornalista Pedro Dória, igualmente presente na editoria de opinião dessa edição de *O Globo*, é intitulado justamente com a opinião do jornalista sobre a decisão do Governo Federal em não rememorar os 60 anos do Golpe: “Lula não entendeu nada”. O texto possui como recurso visual uma imagem institucional do colunista, presente logo acima do título. A análise de conjuntura defendida por Pedro Dória afirma que a posição oficial do governo em escolher por não recordar o que aconteceu durante a ditadura militar é justamente o que permite com que os militares brasileiros se sintam “à vontade para tratar a violência que impuseram ao país como algo heroico” (Dória, 2024).

De maneira comparativa, Dória afirma que, diferentemente dos demais países da América do Sul que experienciaram períodos ditatoriais ao longo do século XX, como Argentina, Chile e o Paraguai, o Brasil não só não puniu judicialmente os militares pelos crimes praticados durante a ditadura, como também se recusa em praticar um “exercício ativo de lembrança”. Segundo o jornalista, esse “exercício de lembrança” é um “esforço cívico e um dever do Estado” (Dória, 2024). Pedro Dória finaliza o texto afirmando que é justamente a ausência de uma atuação direta do Estado brasileiro em não “tratar com clareza a coisa pelo nome” que permite que novas tentativas de golpe e/ou alusões ufanistas em relação à ditadura militar continuem acontecendo no dia 31 de março.

4.2.1.4 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de *O Globo* (IJ10): “Ditadura nunca mais!”

Na editoria de Opinião, na edição Nº 33.108 do jornal *O Globo*, o texto escrito pelo filósofo e professor Pablo Ortellado também faz alusão à decisão da presidência da República de não realizar eventos oficiais que fizessem menção aos 60 anos do golpe de 1964. O texto de Ortellado possui como recurso visual



uma ilustração, assinada por Marcelo Monteiro. Segundo Ortellado, a decisão da presidência é, na verdade, um “acordo tácito” entre o Poder Executivo e as Forças Armadas, uma vez que essas últimas haviam se comprometido a não fazer menções ao Golpe no dia 31 dentro das instalações militares. Ortellado também faz alusão à afirmação do presidente Lula, de que o golpe de 1964 é algo que “faz parte do passado”, e de que sua missão era “tocar o país para frente (Lula *apud* Ortellado, 2024).

Nesse ínterim, Ortellado afirma que a postura conciliadora do atual mandatário, que possivelmente almeja não gerar indisposições dentro dos círculos militares, permitirá com que o aniversário de 60 anos do golpe civil-militar no Brasil seja marcado por um “vergonhoso pacto de esquecimento” (Ortellado, 2024). Ademais, o filósofo dá prosseguimento ao texto fazendo referência a outro posicionamento tomado por Lula, que após anos recebendo inúmeras críticas por supostamente não condenar e por manter relação de proximidade com países de regimes democráticos ‘frágeis’, como Venezuela, Rússia e Nicarágua, decidiu por se posicionar publicamente, e por meio de nota oficial emitida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, chama a atenção para “as limitações a democracia na Venezuela”. Segundo Ortellado, a mudança de postura de Lula em relação ao cenário político venezuelano poderia atuar como uma espécie de “antessala” para que o presidente também mudasse o seu posicionamento em relação aos 60 anos do Golpe. O texto conclui com a afirmação de que não é possível “educar nossos jovens para a democracia sem uma avaliação crítica do regime autoritário que o Brasil viveu por 21 anos” (Ortellado, 2024).

4.2.1.5 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ11): “Jango e Brizola”

O texto “Jango e Brizola”, escrito pelo jornalista e colunista do jornal *O Globo* Bernardo Mello Franco, está presente na editoria de Opinião da edição Nº 33.109 publicada no dia 31/03/2024, data em que golpe civil-militar de 1964 completou 60 anos. O texto não possui imagens, mas é apresentado como uma



das matérias em destaque na capa dessa edição do periódico carioca. Como é apresentado pelo próprio título, o texto de Bernardo Mello Franco apresenta a relação entre João Goulart e Leonel Brizola: para além das ligações que ambos possuíam no campo da política – ambos eram herdeiros do legado político de Getúlio Vargas e líderes do movimento trabalhista no Brasil – Jango e Brizola eram também cunhados, uma vez que Brizola era casado com Neusa Goulart Brizola, irmã de João Goulart.

Segundo Mello Franco, a aliança entre Jango e Brizola, que havia derrotado as aspirações golpistas que desejavam impedir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, se enfraqueceu após o Golpe em 1964. Após o início do movimento golpista que viria a afastar Goulart definitivamente da presidência em março daquele ano, os esforços de Leonel Brizola para organizar o início de uma resistência armada aos golpistas foram reprimidos por João Goulart, que optou por não resistir à tomada do poder pelos militares. A discordância provocada pela resistência de Brizola e a inação de Goulart representou um motivo de afastamento entre os amigos de partido político e cunhados, que passariam mais de uma década sem se reencontrarem. Após a cassação de seus respectivos mandatos políticos, Goulart, ex-presidente da República, e Brizola, ex-governador do estado da Guanabara, se exilaram no Uruguai. O texto de Mello Franco menciona ainda a existência de dois documentários produzidos sobre a vida de ambos os políticos. “Jango no exílio”, dirigido por Pedro Isaías Lucas, apresenta detalhes sobre a vida de João Goulart e de sua família durante o período de exílio no Uruguai, que durou até a sua morte, em 1976. Já “Brizola”, dirigido por Marco Abujamra, apresenta desde a atuação de Brizola à frente da Campanha da Legalidade, para garantir a posse de Goulart na presidência em 1961, até o seu retorno para o Brasil em 1979 após a promulgação da Lei da Anistia pelo governo militar.

4.2.1.6 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ12): “Walters, o americano que esteve em todas”



Presente na edição Nº 33.109 publicada no dia 31/03/2024 pelo jornal *O Globo*, “Walters, o americano que esteve em todas” é um texto escrito por Elio Gaspari, jornalista e colunista de *O Globo*. O texto, que possui caráter opinativo, está presente na editoria de Política, e apresenta uma ilustração como recurso gráfico. Na imagem em questão, podemos depreender se tratar de um oficial do Exército dos Estados Unidos, tanto pela presença de elementos que remetem aos militares, como o quepe (chapéu de uso militar), quanto pelas cores azul, vermelha e branca (cores da bandeira dos EUA). O texto de Elio Gaspari apresenta detalhes sobre a vida do coronel norte-estadunidense Vernon Walters, que dentre outras tantas realizações de sua vida profissional, atuou como uma das peças fundamentais na colaboração do governo dos Estados Unidos no golpe de 1964.

No texto, Gaspari afirma que Walters “entrou para a mitologias das intervenções militares americanas”, tendo atuado diretamente no afastamento de dez presidentes, dentre eles João Goulart, além de também ter participação em momentos emblemáticos da política interna e externa estadunidense, como sua participação na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, e também no escândalo do Watergate. Atuando no Brasil, Walter possuía estreitas relações com o alto comando das Forças Armadas, como, por exemplo, com o general Humberto Castello Branco, o primeiro militar a exercer o cargo de presidente entre 1964 e 1967.

4.2.1.7 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ13): “O país que não sabe lembrar”

Assinado pela economista e colunista do jornal *O Globo*, Miriam Leitão, “O país que não sabe lembrar” é um texto de caráter opinativo que está presente na editoria de Economia da edição Nº 33.109, publicada no dia 31/03/2024 pelo *O Globo*. O texto não possui elementos ilustrativos, além da imagem de Leitão, que aparece posicionada do lado esquerdo da página, logo acima do título do texto. Miriam Leitão inicia sua coluna discutindo o julgamento realizado pela



Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2017, que deliberou a respeito da morte do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do Exército durante a ditadura militar. O julgamento na CIDH opôs, de um lado, Clarice Herzog, esposa de Vladimir, e apresentada pela autora como “uma mulher que insistia em lembrar” e, de outro, a Advocacia Geral da União (AGU), representante do Estado brasileiro que “defendia que era preciso esquecer”.

Além de Clarice Herzog, Miriam Leitão também destaca a participação de Eunice Paiva, esposa de Rubens Paiva, ex-deputado federal que também foi assassinado pela ditadura militar. Após a morte de Rubens, Eunice ingressou na faculdade de Direito, e passou a atuar na defesa da concessão da anistia ainda durante o regime militar. Todavia, a autora salienta que, “num roteiro tipicamente brasileiro”, a Lei da Anistia, elaborada inicialmente como uma tentativa de garantir reparação aos brasileiros e brasileiras lesados durante a ditadura, acabou por garantir, por meio de julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal, perdão aos próprios militares que haviam sido os algozes dos brasileiros e brasileiras vítimas da ditadura.

Miriam Leitão salienta ainda a postura do presidente Lula em determinar “silêncio oficial” em torno dos 60 anos do Golpe e optar por manter viva no debate público apenas a lembrança da tentativa de golpe de Estado que ocorreu em 8 de janeiro de 2023. Nesse sentido, para a economista “existem dois golpes no Brasil. Um precisa ser esclarecido, o outro tem que ser lembrado”. Nesse ínterim, Miriam Leitão defende a interpretação de que o golpe tentado em 8 de janeiro só se tornou possível graças a postura de exaltação do ex-presidente Jair Bolsonaro em torno do golpe de 1964: “defendeu a ditadura militar, mandou os quartéis comemorarem a data, inspirou seus seguidores a pedirem nas ruas um novo AI-5, homenageou torturadores, atraiu lideranças militares para um assalto às instituições”. Miriam Leitão afirma ainda que relembra o que ocorreu no passado é uma maneira de não apenas fortalecer a democracia, mas também de se evitar que o país recaía no mesmo erro cometido em 1964.



4.2.1.8 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ14): “1964, o passado já passou?”

“1964, o passado já passou” é um artigo, presente na editoria de Opinião na edição Nº 33.110 publicada no dia 01/04/2024 pelo jornal *O Globo*. O texto é assinado por Fernando Gabeira, jornalista, colunista do periódico carioca, e antigo militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), grupo de resistência armado durante a ditadura militar. A coluna não possui recursos ilustrativos, além de uma imagem de Gabeira, posicionada logo acima do título do artigo. Ademais, o artigo é apresentado como uma das matérias em destaque na capa dessa edição de *O Globo*. Fernando Gabeira desenvolve o texto a partir de uma visita à Cinelândia, bairro localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, no dia em que o golpe de 1964 completou 60 anos. O autor rememora que também estava presente na Cinelândia seis décadas atrás, mais precisamente no dia em que o golpe civil-militar foi concretizado. Ademais, como aponta o jornalista, a Cinelândia foi o palco de passeatas e manifestações emblemáticas, tanto favoráveis ao Golpe e aos militares, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, quanto de manifestações contrárias à ditadura militar, como a Passeata dos Cem Mil e o comício pelas Diretas Já.

Fernando Gabeira menciona a ocorrência da invasão de Brasília ocorrida em 8 de janeiro de 2023, ao afirmar que a multidão de brasileiros que outrora estava disposta a “dar o ouro pelo Brasil”, agora “foi para a porta dos quartéis, invadiu os prédios dos três poderes em 8 de janeiro de 2023. Mas as Forças Armadas se recusaram a aderir a uma nova aventura golpista”. Por fim, Gabeira afirma que, mesmo em virtude do período de alto tensionamento político, experienciado tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, “não voltamos a 1964”, e que “é possível revisitar uma época e usá-la para avançar o diálogo no presente”.

4.2.1.9 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ15): “1964, memórias corrompidas”



Assim como o texto de Fernando Gabeira, “1964, memórias corrompidas”, escrito por Demétrio Magnoli, jornalista e colunista de *O Globo*, também está presente na editoria de Opinião da edição Nº 33.110 publicada no dia 01/04/2024, e também aparece em destaque na capa dessa edição do jornal. O artigo possui como elemento visual uma ilustração, creditada a Marcelo Monteiro, e que está centralizada na parte superior da página. Magnoli inicia seu texto fazendo uma alusão à recusa de Lula de não participar de atos de rememoração aos 60 anos do golpe de 1964. Para o autor, a decisão de Lula não reside apenas na tentativa de não “melindrar os quartéis”, mas também na “ausência de um consenso nacional mínimo sobre essa parte sombria de nosso passado recente”.

Magnoli afirma ainda que a Lei de Anistia “corrompeu a memória nacional”, e que o pacto cívico-militar estabelecido com o decreto da Lei em 1979, que na interpretação do autor foi utilizada para “proteger torturadores e assassinos”, acabou por perpassar todos os governos democráticos desde o fim da ditadura militar. Segundo o colunista, o pacto firmado com a Lei da Anistia corrompeu não apenas a memória dos militares, que ainda hoje celebram a ocorrência do Golpe e o intitulam de “revolução”, mas também a memória de parte da esquerda, que transformou os antigos guerrilheiros que aderiram à luta armada em “heróis da resistência”. Por fim, Demétrio Magonli questiona a carga de atribuição dada à participação do governo dos EUA no golpe de 1964: para o jornalista, por mais que o governo estadunidense tenha de fato atuado para garantir o sucesso da conspiração golpista, “o golpe teve as cores do Brasil”. Magnoli afirma ainda que “1964 foi tramado nas nossas elites econômica, intelectual e militar. Contou com apoio significativo das classes médias urbanas e dos principais veículos de comunicação”.

4.2.1.10 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ16): “Educação na ditadura militar”



Escrito por Antonio Gois, jornalista de educação e colunista de *O Globo*, “Educação na ditadura militar” é um artigo de opinião presente na editoria Brasil da edição Nº 33.110, publicada no dia 01/04/2024. O artigo não possui elementos ilustrativos, além de uma imagem do jornalista, que está posicionada acima do título do texto. A partir da memória dos 60 anos do início da ditadura militar com o golpe que ocorreu em 1964, o jornalista realiza uma análise sobre as maneiras pelas quais o modelo econômico imposto pelo regime político impediu que a educação brasileira pudesse se desenvolver, rumo ao enfrentamento de questões históricas que até os dias atuais ainda impactam a educação no país, como as altas taxas de reprovação e os índices de analfabetismo. Conforme apresenta o jornalista, a imposição de um novo modelo de recolhimento de impostos para as federações impactou na quantidade de investimentos destinada ao setor da educação, fato que acarretou a diminuição dos investimentos feitos, sobretudo, para o setor da educação básica no país.

Ou seja, por mais que tenha sido observado um aumento no número de matrículas registradas, sobretudo no ensino superior nos primeiros anos da ditadura militar, a partir da década de 1970 o que se observou foi a diminuição da quantidade de matrículas e a estagnação dos investimentos destinados ao setor. Gois aponta ainda que as iniciativas estatais, que buscavam diminuir os índices negativos, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), não foram capazes de produzir efeitos substanciais no combate, por exemplo, as altas taxas de analfabetismo. Por fim, Antonio Gois salienta que, por mais que os governos anteriores ao regime militar também “coleccionaram mais equívocos do que acertos”, “o saldo da redemocratização é muito superior ao da ditadura”, a exemplo do aumento da quantidade de investimentos no setor em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que na ditadura esteve em porcentagens inferiores a 3%, bem como da diminuição das médias de reprovação no ensino fundamental, aumento das matrículas de adolescentes no ensino médio, e também dos saltos qualitativos em relação à aprendizagem de crianças



matriculadas no ensino fundamental (uma vez que, como apresenta o autor, as taxas relativas ao ensino médio permanecem estagnadas).

4.2.1.11 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ17): “O Brasil é um imenso primeiro de abril”

“O Brasil é um imenso primeiro de abril” é uma crônica, presente na página 4 do Segundo Caderno, da edição Nº 33.110 publicada no dia 01/04/2024. O texto não possui elementos ilustrativos, além de uma imagem do autor, o jornalista e colunista do periódico carioca, Joaquim Ferreira dos Santos, que está alinhada à esquerda em relação ao título. A crônica se desenvolve a partir de um inusitado encontro do autor com outro homem na praia de Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do desenvolvimento da crônica, por sua vez, o autor apresenta que, momentos antes desse encontro, ouviu o podcast “Ditadura Recontada”, produção radiofônica produzida pela Globoplay e pela Rádio CBN sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil. O autor se utiliza da expressão “o Brasil é um imenso primeiro de abril” ao fazer alusão à participação de Olympio Mourão Filho no golpe de 1964, que, segundo consta a historiografia, “deu a ordem para o golpe de 64. Depois, bateu o telefone, abraçou o travesseiro e dormiu o sono que inaugurava o pesadelo de 21 anos”.

4.2.1.12 Edição Nº 33.111 de 02/04/2024 de *O Globo* (IJ18): “Antes que falem da economia”

O texto em questão é um artigo de opinião assinado pela economista e colunista do jornal *O Globo*, Miriam Leitão. O artigo está presente na editoria de Economia da edição Nº 33.111 publicada no dia 02/04/2024 pelo periódico carioca. O texto está apresentado em destaque na capa da edição do jornal com a chamada “A ditadura foi um desastre também na economia”, e possui como elemento ilustrativo uma imagem da colunista, posicionada acima do título. Em “Antes que falem da economia”, Miriam Leitão defende que afirmar que a ditadura militar conseguiu lograr louros na economia brasileira é, na verdade, uma falácia. Nesse sentido, a autora afirma que o custo a ser pago pela garantia



do chamado Milagre Econômico Brasileiro, período no qual o país experienciou altos níveis de crescimento econômico, foi o aumento nos níveis de concentração de renda, a diminuição dos investimentos na educação, e o aumento exponencial da dívida externa brasileira a partir de empréstimos firmados com altas taxas de juro.

Miriam Leitão apresenta ainda que a inflação, um dos motivos usados pelos golpistas para justificar o afastamento de João Goulart em 1964, chegou ao nível de 200% do PIB nacional após o fim do regime militar, e alcançou a marca de mais de 1000% na década seguinte. Para a autora, portanto, foi justamente sob o regime democrático que o país “renegociou, pagou, e recomprou a dívida deixada pela ditadura”. Por fim, Miriam Leitão finaliza o texto afirmando que “se alguém disser a você que a economia da ditadura foi boa, não acredite. É mentira”.

4.2.1.13 Edição Nº 33.112 de 03/04/2024 de *O Globo* (IJ19): “O passado é teimoso”

“O passado é teimoso” trata-se de um artigo de opinião, assinado pelo jornalista e colunista do jornal *O Globo*, Bernardo Mello Franco, presente na página 2 da editoria de Opinião da edição Nº 33.112 publicada em 03/04/2024. Mello Franco inicia o texto com a seguinte frase: “Supremo Tribunal adverte: a Constituição não autoriza militar a dar golpe de Estado”. Na interpretação de Mello Franco, a utilização de leituras distorcidas da Constituição para justificar um possível golpe militar parece uma discussão “bizantina”, ou seja, ultrapassada, superada. No entanto, essas discussões tem sido utilizadas como um subterfúgio “para defender um golpe camuflado de intervenção militar”. O autor se vale também de trechos dos votos dados pelos ministros do Supremo sobre a ação, como os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Flávio Dino, e até de André Mendonça, nomeado à Suprema Corte pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, e que também votou para julgar a inconstitucionalidade de uma intervenção militar. Por fim, Mello Franco critica a decisão do STF de realizar o



juízo no plenário virtual, uma vez que, semelhantemente a decisão do presidente Lula em não realizar atos oficiais alusivos aos 60 anos do Golpe, com a opção de fazer o julgamento “longe dos olhos do público”, “o Supremo mostra que a tutela militar continua presente. É parte do passado que teima em não passar”.

4.2.2 Textos Informativos

4.2.2.1 Edição Nº 33.106 de 28/03/2024 de *O Globo* (IJ20): “As vozes do Golpe: com áudios inéditos, podcast da CBN revela bastidores do regime”

Escrito pelo jornalista e colunista de *O Globo* Bernardo Mello Franco, o texto possui caráter informativo, está presente na edição nº33.106 publicada no dia 28/03/2024. Acima do título, está um chapéu (palavra ou frase curta posicionada acima do título) denominado “60 anos do golpe”. O texto de Bernardo Mello Franco possui uma seção de destaque na capa do primeiro caderno do jornal. Na página estão presentes imagens dos ex-presidentes militares Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, além de uma fotografia, posicionada na parte superior e centralizada na página, com a seguinte legenda: “História. Tanques do Exército em Laranjeiras em 1º de abril de 1964”. De maneira semelhante à reportagem exibida pelo *Fantástico*, o texto de Franco apresenta aos leitores de *O Globo* o podcast “*Ditadura Recontada*”, uma série de episódios produzida conjuntamente pela Globoplay e pela Rádio CBN, e cuja imagem utilizada como a capa do podcast nas plataformas de streaming está reproduzida na página. Franco inicia o texto fazendo alusão a um dos áudios, apresentados de maneira exclusiva pelo podcast, de uma conversa realizada entre o ex-presidente Ernesto Geisel e o ex-ministro do Exército Dale Coutinho, na qual ambos dialogam sobre a atuação do regime militar brasileiro na repressão aos grupos revolucionários e/ou de guerrilha que se utilizaram da luta armada como uma forma de resistência à ditadura. Ademais, o texto apresenta que a produção do podcast foi orientada a partir não somente dos livros escritos por Elio Gaspari, mas também contou com



a utilização, de maneira inédita, de uma série áudios de Ernesto Geisel, que foram gravados pelo jornalista e escritor em suas frequentes reuniões com o ex-general e presidente militar.

Bernado Mello Franco acrescenta um subtítulo denominado de “O grande irmão”, no qual o jornalista descreve, segundo os relatos de Elio Gaspari, a participação dos Estados Unidos da América na concretização do golpe civil-militar de 1964. Além dos áudios gravados durante a ditadura militar brasileira, o podcast também apresenta áudios de reuniões realizadas na Casa Branca, residência oficial do presidente dos Estados Unidos localizada na cidade de Washington, que apresentam o então presidente norte-estadunidense, John Kennedy, e o então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, conversando sobre a possibilidade de garantir apoio do governo dos EUA ao afastamento de João Goulart.

Uma vez que os áudios de Geisel constituem elementos centrais do podcast, Mello Franco afirma que o governo do militar é apresentado como o início do processo de abertura, lento e gradual, que foi encerrado com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República e o fim oficial da ditadura militar em 1985. Nesse sentido, Mello Franco se vale das palavras de Gaspari, que descreve Geisel como alguém que era contra a realização de eleições democráticas, mas que “queria acabar com a bagunça” (Gaspari *apud* Franco, 2024). Por fim, o texto possui uma última seção, denominada “Produção usou IA para recuperar áudios de Geisel”, na qual é enfatizado o processo de utilização de tecnologias de inteligência artificial para realização do tratamento de ruídos para a recuperação de trechos de áudios com baixa qualidade pela equipe de produção do podcast, que contou com a participação do trabalho exercido por jornalistas, pesquisadores pelo próprio Elio Gaspari.

4.2.2.2 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de *O Globo* (IJ21): “Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux”



O texto em questão está presente na editoria de Política da edição N° 33.108 do dia 30/03/2024 de *O Globo*, e foi de intitulado “Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux”. O início da matéria é precedido por um subtítulo (linha-fina) que afirma que “Ministro do STF e relator iniciou julgamento que estabelece limites constitucionais de atuação das Forças Armadas; interessados em golpe militar costumam fazer leitura deturpada do artigo 142 da Carta Magna”. O texto, assinado por Eduardo Gonçalves, é ilustrado a partir do emprego de duas fotografias: a primeira delas, localizada na parte superior e a direita, é uma imagem de militares com a legenda: “Discussão sobre atuação das Forças começou após Bolsonaro e apoiadores defenderem intervenção”. O segundo elemento visual é uma imagem do ministro Luiz Fux, creditada a Carlos Moura.

O texto de Eduardo Gonçalves faz referência à votação realizada pelo Supremo Tribunal Federal, que julga a constitucionalidade de uma intervenção das Forças Armadas sobre os demais poderes da República. Segundo Fux, relator da ação no STF, a Constituição não pressupõe que haja algum tipo de intervenção das instâncias militares sobre os outros poderes. O presidente do STF, o ministro Luis Roberto Barroso, acompanhou o voto do relator Luis Fux. Gonçalves pontua que o caso foi levado a Suprema Corte a partir de uma ação apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) inicialmente em 2020 e possui como tema central o questionamento dos limites do artigo 142 da Constituição Federal. A matéria ressalta que as discussões em torno do artigo 142 ganharam novamente notoriedade no cenário político nacional desde que o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores passaram a defender a aplicação do artigo 142 como uma maneira de garantir a concretização de uma intervenção militar. Ademais, a votação no STF também julgou a validade da atuação das Forças Armadas como um “poder moderador” dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ainda segundo Fux, a Constituição Federal não prevê a interferência das Forças Armadas sobre os demais poderes, uma vez que a Carta Magna estipula a plena separação entre os 3 poderes.



Por fim, o texto afirma que o caso voltou a ser julgado pelo STF após novos desdobramentos da investigação da Polícia Federal sobre a suposta participação de membros das Forças Armadas na invasão à Brasília ocorrida em 8 de janeiro de 2023 por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ademais, cabe pontuar que a matéria possui um glossário, que apresenta uma explicação sobre os significados dos principais conceitos que permeiam o julgamento do caso no STF, como “poder moderador”, “artigo 142” e “GLO”.

4.2.2.3 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de *O Globo* (IJ22): “PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64”

Localizado na mesma página do texto analisado acima, “PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64”, é seguido pelo seguinte subtítulo: “Apesar de Lula barrar governo de promover eventos sobre o golpe, partido divulga nota de apoio a manifestações. Marinho estará no ABC.” O texto foi escrito pelos jornalistas Lauriberto Pompeu e Sérgio Roxo, e assim como outros textos informativos e opinativos que já foram descritos anteriormente, faz alusão a decisão do Governo Federal de não realizar eventos oficiais que possuam como temática central os 60 anos do golpe de 1964.

Pompeu e Roxo iniciam o texto afirmando que, apesar do posicionamento oficial da presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) divulgou, por meio de nota oficial após reunião do Diretório Nacional, que o partido “vai apoiar e participar de atos críticos ao golpe militar de 1964” (Pompeu, Roxo, 2024). A matéria prossegue afirmando que, contrariando a ordem explícita de Lula direcionada aos ministros de seu governo, o atual ministro do Trabalho, Luiz Marinho, havia confirmado presença em evento organizado pela Associação Heinrich Plagge – entidade fundada em 2015 em memória de ex-trabalhadores da empresa Volkswagen que foram perseguidos pela repressão durante a ditadura militar³⁶ – e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

³⁶ A Volkswagen Brasil é uma das empresas que atuou de maneira colaborativa com os órgãos de repressão durante a ditadura militar. Em 2020, a empresa firmou um acordo com o Ministério Público Federal de R\$ 36 milhões para o ressarcimento de ex-funcionários vítimas de



4.2.2.4 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 de *O Globo* (IJ23): “Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de Janeiro”

Por fim, o último texto presente na página 08 da editoria de Política da edição em questão, possui a seguinte afirmação como título: “Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de Janeiro”. Logo abaixo do título, o subtítulo apresenta que “Pesquisa mostrou ainda que 65% acham que ataque foi vandalismo”. Para efeitos ilustrativos, o texto apresenta, posicionado do lado direito e inferior da página, gráficos que mostram os resultados divulgados pela pesquisa do Datafolha, legendado com a seguinte frase: “O Datafolha ouviu 2.002 pessoas, entre 19 e 20 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos”. A elaboração do gráfico foi creditada a Editoria de Arte do jornal.

O texto, assinado por Felipe Gelani, se refere aos resultados da pesquisa realizada pelo instituto Datafolha sobre as percepções de eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a invasão dos Três Poderes na ocasião da derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. O jornalista dá prosseguimento à matéria evidenciando os dados que foram obtidos pela pesquisa: segundo o Datafolha, 63% dos entrevistados são contra a concessão de anistia para os participantes dos atos do 8 de janeiro, enquanto 31% são favoráveis ao perdão para os réus e para os condenados; 2% dos entrevistados se declararam como “indiferentes” e 4% afirmaram não emitiram opiniões.

O texto ainda destaca que para 65% dos entrevistados os atos realizados pelos apoiadores de Bolsonaro foram atos de vandalismo, e 30% concordaram que a invasão da praça dos Três Poderes representou uma tentativa de golpe

perseguição e de violações dos direitos humanos. Para detalhes, ver: Silva, Marcelo; Campos, Pedro Henrique; Costa, Alessandra. **A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã durante o regime civil-militar brasileiro**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 42, nº 89, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Gt4dXN8xxv8GqqrYdZj9YHg/#>. Acesso em: 27 de jul. 2024.



de Estado. Ademais, Gelani reproduz os resultados obtidos a partir de uma análise comparativa entre as respostas dadas pelos de eleitores de Bolsonaro e os eleitores de Lula sobre 1) a concessão de anistia; 2) a classificação de 8 de janeiro como um ato de vandalismo e uma tentativa de golpe; e 3) uma avaliação sobre atuação do ministro do STF Alexandre de Moraes. Por fim, o texto conclui que, em decorrência dos atos do 8 de janeiro, mais de mil pessoas já haviam sido presas. Desse número, 145 haviam sido condenadas a cumprir uma pena entre três a 17 anos de prisão.

4.2.2.5 Edição Nº 33.108 de 30/03/2024 do segundo caderno de *O Globo* (IJ24): “Passado que se faz presente”

Assinada por Ruan de Souza Gabriel, “Passado que se faz presente” é a matéria que abre o Segundo Caderno da edição Nº 33.108 publicada no dia 30/03/24 pelo jornal *O Globo*, e que aparece em destaque na capa do periódico carioca. Conforme antecipa o próprio subtítulo do texto, apresenta-se como diferentes produções culturais, lançadas às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, como livros de histórias em quadrinho (HQ's), musicais, e até mesmo correspondências trocadas durante esse período histórico, são tratados como maneiras de se “contar a história da ditadura”. O primeiro lançamento apresentado é o livro “Chumbo”, do quadrinista e ilustrador franco-brasileiro Matthias Lehmann. O livro é uma história em quadrinhos (HQ) que possui como personagens principais os irmãos Severino e Ramires, que foram inspirados em dois tios de Lehmann: Roberto Drummond, autor da telenovela *Hilda Furacão* e militante de esquerda durante a ditadura militar, e Juan, saudosista dos militares após o fim do regime ditatorial. O livro possui como pretensão retratar o “antes, o durante, e o depois da ditadura”, apresentando desde a influência do Integralismo (expressão do nazifascismo do século XX no Brasil), perpassando pelo afastamento de Jango e a concretização do Golpe, pelo acirramento dos conflitos travados entre militares e os grupos de resistência ao longo da década de 1960, encerrando-se com o período de redemocratização até o ano de 2005.



Souza Gabriel ressalta que “Chumbo” não é a única produção cultural que possui o período do golpe de 1964 e da ditadura militar como seu “pano de fundo” histórico. O musical “Codinome Daniel”, produzido por Zé Henrique de Paula e Fernanda Maia, apresenta a história de Hebert Eustáquio de Carvalho, guerrilheiro da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e que viveu em Belo Horizonte durante o período da ditadura militar. O musical foi inspirado pela biografia de Eustáquio de Carvalho escrita pelo brasileiro James Naylor Green. Como aponta a matéria o musical apresenta diferentes nuances da trajetória de Herbert, que aderiu ao codinome “Daniel” após se tornar um guerrilheiro da VAR-Palmares, como sua prisão pelo regime militar, assim como os conflitos gerados em torno da sexualidade de Herbert, que era um homem gay, até o seu exílio na cidade de Paris em 1974, e, por fim, o seu retorno ao Brasil na década de 1980.

Ademais, Souza Gabriel apresenta no texto outra produção cultural, que também possui na década de 1960 como contexto histórico de referência: a obra “Cartas de Paris, notícias do Brasil”, do advogado, escritor brasileiro, e ex-secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo, Eduardo Myulaert, que se mudou para Paris em 1969. O livro é uma coletânea de correspondências trocadas entre Myulaert e seus familiares ao longo de sua estadia na capital francesa, entre 1969 e 1972. Entre os assuntos das cartas estavam “a morte de Costa e Silva, a posse de Emílio Garrastazu Médici, os assassinatos de inimigos do regime, como o guerrilheiro Carlos Marighella e o sindicalista Salvador Tolezano, e o desempenho do Corinthians” (Souza Gabriel, 2024).

A página da matéria é ilustrada com algumas imagens. A imagem principal, localizada na parte superior e centralizada, é uma reprodução de uma das ilustrações do livro “Chumbo”, de Matthias Lehmann, e que possui como legenda o seguinte texto: “Recordações. Graphic novel ‘Chumbo’ do francês Matthias Lehmann, é inspirada em dois tios brasileiros, um que tinha saudade da ditadura e outro de esquerda, o escritor Roberto Drummond”. Além da ilustração, a página também possui imagens das capas de livros que também



possuem o golpe de 1964 e/ou a ditadura militar como referência: além das citadas obras “Chumbo”, “Codinome Daniel” e “Cartas de Paris, notícias do Brasil”, também são apresentados os livros “Rebeldes e marginais: cultura nos Anos de Chumbo (1960-1970)”, de Heloisa Teixeira, “A máquina do golpe. 1964: Como foi desmontada a democracia no Brasil (Vol.1)” da historiadora Heloisa Straling, “Mulheres contra a ditadura”, de Eurídice Figueiredo, e “A transição inacabada” de Lucas Pedretti.

4.2.2.6 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ25): “Lula evita se opor a militares e trava comissão”

Escrito por Jeniffer Gularte e Sérgio Roxo, “Lula evita se opor a militares e trava comissão” é um texto informativo, presente na editoria de Política da edição Nº 33.109 publicada no dia 31/03/2024 pelo *O Globo*. A matéria integra o especial “60 anos do golpe”. O subtítulo afirma que “Um ano após Ministério dos Direitos Humanos propor recriar grupo criado na década de 1990 para reconhecer vítimas da ditadura, presidente mantém indefinição se dará aval à iniciativa criticada nas Forças Armadas”. Além do texto, a matéria contém uma foto que apresenta os três chefes das Forças Armadas em posição de continência para o atual presidente Lula, cuja legenda é “**Distensionado**. Lula com os comandantes das Forças Armadas durante cerimônia do Dia do Exército”. O texto de Goularte e Roxo é iniciado com a afirmação de que, na data em que o golpe de 1964 completa 60 anos, o presidente Lula ainda não emitiu posicionamento sobre a reativação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), criada em 1995, com o objetivo de encontrar e identificar pessoas mortas e/ou desaparecidas durante a ditadura militar.

Os autores ainda apresentam que o principal motivo que justificaria a indefinição de Lula sobre a reativação da CEMDP seria evitar “reabrir feridas com os militares”. Ainda como aponta o texto, o caráter consternador da postura de Lula em relação aos militares pode ser interpretado como uma condição imposta pelos novos chefes das Forças Armadas para acalmar os ânimos na



“caserna”, tendo em vista o envolvimento de membros das Forças Armadas na suposta trama golpista que ocorreu com a invasão de Brasília por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023. Todavia, a inação de Lula em relação à Comissão, cuja reabertura foi proposta pelo Ministério dos Direitos Humanos em 2023, tem provocado fissuras dentro do próprio partido do presidente, com a emissão de uma nota oficial divulgada pela bancada do PT na Câmara dos Deputados, na qual congressistas da legenda associam o golpe de 1964 e a ditadura militar com a tentativa de golpe do 8 de janeiro. Por fim, além das críticas em relação à indefinição em torno da reabertura da CEMDP, Goularte e Roxo apontam que a posição oficial adotada pela presidência da República em não participar de atos ou eventos alusivos aos 60 anos do golpe de 1964 também promoveu discordâncias entre os membros do próprio partido de Lula, que afirmaram que demarcar a posição do governo de Lula como um “defensor da democracia” representa o cumprimento de uma promessa firmada nas eleições de 2022.

4.2.2.7 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ26): “O 8 de janeiro não teve apoio popular como no golpe de 1964”

Os textos em questão são duas entrevistas realizadas com os historiadores Heloisa Starling e Carlos Fico. Ambas as entrevistas estão presentes na página 10 da editoria de Política da edição Nº 33.109, publicada pelo *O Globo* no dia 31/03/2024, e são apresentadas, inclusive na capa do jornal como pertencentes ao rol das matérias especiais produzidas em decorrência dos “60 anos do golpe”. A entrevista com Heloisa Straling possui como título “O 8 de janeiro não teve apoio popular como no golpe de 1964”, complementada pelo subtítulo “Para pesquisadora, ataques de 2023 foram segunda de três etapas para consolidar ruptura, que só não houve por falta de suporte interno e externo”. O texto carrega a assinatura do jornalista Marcelo Remigio. Acima do texto está uma foto da historiadora, creditada ao fotógrafo Fernando Lemos.



O jornalista inicia o texto salientando a publicação da obra “A máquina do golpe: Como foi desmontada a democracia no Brasil”, o primeiro volume de uma coletânea produzida por Straling sobre o golpe de 1964. Ao longo da entrevista, a historiadora realiza uma análise sobre como o legado do golpe ocorrido há mais de 60 anos ainda é capaz de produzir ramificações sobre a atual conjuntura da política brasileira. Segundo Straling, a escolha em não se lembrar sobre o que aconteceu passado, como, por exemplo, a decisão do atual presidente Lula de não promover eventos oficiais sobre os 60 anos do golpe, dificulta o processo de compressão sobre o que acontece no presente. Além disso, uma vez questionada sobre a comparação entre a ruptura de 1964 e atos do 8 de janeiro, a historiadora afirma que, diferentemente do golpe deflagrado pelos militares em 1964, a ausência de apoio externo e de apoio interno impossibilitou que a tentativa colocada em curso por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro pudesse ser concretizada. A historiadora também responsabiliza o ex-presidente Bolsonaro pela “erosão” das instituições militares, e afirma ser necessário “chamar a sociedade para fazer uma discussão para valer do que é um projeto de Defesa do Brasil nas nossas fronteiras e embalar as Forças Armadas naquilo que é a posição delas”.

4.2.2.8 Edição Nº 33.109 de 31/03/2024 de *O Globo* (IJ27): “Ministros da Defesa sempre foram frágeis diante dos militares”

A entrevista com Carlos Fico está posicionada de forma paralela à entrevista Straling. Acima do título “Ministros da Defesa sempre foram frágeis diante dos militares”, está uma foto do historiador creditada à Agência O Globo. Logo abaixo do título da entrevista, observa-se o seguinte subtítulo: “Professor diz que soberania do poder civil sobre a caserna, base da democracia, é mal resolvida e que artigo 142 baliza visão sobre poder moderador”. A entrevista com Carlos Fico, assinada pelo jornalista Caio Sartori, de maneira semelhante à entrevista com Starling, realiza uma análise de conjuntura histórica sobre o papel exercido pelas Forças Armadas na política brasileira. Em relação a decisão de Lula de não participar de cerimônias referentes aos 60 anos do Golpe, Fico



afirma que a posição conciliatória de Lula pode ser explicada pelo fato de que, historicamente, os militares representaram um fator de instabilidade institucional. Além disso, Fico salienta a existência de duas outras problemáticas como a fragilidade do Ministério da Defesa em relação aos militares propicia a existência de um cenário em que o poder civil, interpretado pelo historiador como a “base de qualquer democracia”, não possui soberania sobre os militares.

Realizando um retorno histórico ao século XIX, o historiador argumenta que as origens do atual artigo 142 da Constituição, assim como da ideia equivocadamente defendida pelos militares de que suas instituições podem, constitucionalmente, atuar como poder moderador, remetem tanto a Constituição de 1891, a última constituição do Império brasileiro, quanto ao processo de proclamação da República conduzido pelos militares em 1889. Nesse sentido, Fico afirma que “tivemos mais de uma dezena de tentativas de golpe e isso precisa ser enfrentado com um gesto muito forte: dar nova redação ao artigo 142”.

Ademais, quando perguntado sobre os motivos que levaram as Forças Armadas a “não executarem o plano de golpe do bolsonarismo”, o historiador explica que a ausência de apoio popular a uma nova tentativa de golpe militar, assim como as consequências políticas, econômicas e diplomáticas em relação à comunidade internacional, foram fatores que podem ter levado os militares a não se mobilizarem em torno de mais uma tentativa ruptura democrática. Por fim, o historiador afirma que o escrutínio popular ao qual parte dos militares brasileiros está sendo submetida, em razão dos desdobramentos das investigações sobre os ataques de 08 de janeiro, representa um momento de certo ineditismo na política nacional, uma vez que, ao que tudo indica, militares da alta patente poderão ser punidos pela justiça comum, fato que levaria a uma possível punição imposta também pelo Supremo Tribunal Militar (STM).

4.2.2.9 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ28): “Em voto, Flávio Dino diz que ‘função militar é subalterna’



O texto informativo em questão estão presentes na página 8 da editoria de Política da edição Nº 33.110, publicada no dia 01/04/2024. No topo da página, posicionado logo acima do primeiro texto, lê-se “60 anos do golpe”, um indicativo de que as duas notícias se configuram como textos que fazem parte do rol de publicações presentes alusivas as seis décadas da ruptura de 1964. Intitulado “Em voto, Flávio Dino diz que ‘função militar é subalterna” está apresentado como uma das matérias em destaque na capa dessa edição de *O Globo*. Assinado pela jornalista Mariana Muniz, o texto possui a seguinte afirmação como subtítulo: “Ministro diz que ainda há ‘ecos desse passado que teima em não passar’, em julgamento sobre os limites das Forças”.

A notícia é ilustrada com uma foto de Flávio Dino, posicionada de maneira centralizada na página, creditada a Gustavo Moreno, e que apresenta a seguinte legenda: “**Plenário virtual**. Dino: não existe ‘poder militar’ no Brasil, e Defesa deve ser notificada de resultado do julgamento”. Mariana Muniz inicia o texto apresentando que, na data em que o Golpe completou a marca de 60 anos, o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, além de classificar a ditadura militar como “abominável”, votou contra o entendimento que o artigo 142 da Constituição Federal garante às Forças Armadas o caráter de poder moderador sobre os demais poderes da República. Nesse sentido, Muniz explica que o voto de Dino vai de encontro ao voto do relator da ação, o ministro Luiz Fux, e do ministro Luís Roberto Barroso, atual presidente do STF. Além disso, como apresenta a jornalista, durante a votação, Flávio Dino solicitou que o resultado do julgamento da ação pelo Supremo seja enviado para o Ministério da Defesa, para que assim “haja difusão para todas as instituições militares”. O texto de Muniz apresenta ainda que a ação julgada pelo STF foi resultado de um pedido, feito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), apresentado a Suprema Corte em 2020.

4.2.2.10 Edição Nº 33.110 de 01/04/2024 de *O Globo* (IJ29): “Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe”



Assinado pelos jornalistas Gabriel Sabóia e Caio Sartori, e com colaboração de Julina Noia, “Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe” é o segundo texto presente na página 8 da editoria de Política dessa edição do jornal. A matéria possui como subtítulo “Presidente havia determinado que governo não promovesse manifestações”, e possui como recurso visual e ilustrativo uma foto de Silvio Almeida, ministro do Direitos Humanos, legendada com a seguinte frase: “**Brasil interrompido**. Silvio Almeida criticou ditadura em longo texto”. No texto, Sabóia e Sartori apresentam que, contrariando o posicionamento oficial emitido pela presidência da República, sete dos 38 ministros do atual governo Lula se posicionaram no último dia 31 de março, data em que o golpe de 1964 completou 60 anos. O texto ressalta ainda a participação de antigas lideranças do Partido dos Trabalhadores, como o ex-ministro José Dirceu, e Luiza Erundina, ex-prefeita da cidade de São Paulo, no evento “Movimento Vozes do Silêncio”, organizado na capital paulista, em memória dos 60 anos do golpe de 1964.

Além de Dirceu e Erundina, os ministros Silvio Almeida, Camilo Santana, ministro da Educação, Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário, Cida Gonçalves, ministra das Mulheres, Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, Anielle Franco, ministra da Igualdade Social, e também Jorge Messias, Advogado-Geral da União, emitiram posicionamentos contrários ao Golpe e à ditadura militar no dia 31 de março. Por fim, o texto é encerrado apresentando o posicionamento do ex-vice-presidente do governo Bolsonaro e atual senador pelo estado do Rio Grande do Sul, Hamilton Mourão, que por meio de uma publicação feita em uma rede social afirmou que em 1964 “a nação salvou a si mesma”.

Ademais, o texto reproduz os resultados obtidos a partir de uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha: segundo a pesquisa, “53% descartam novo regime militar”, o maior índice observado pelo Datafolha na última década. Como recurso ilustrativo, o texto apresenta um gráfico, creditado à Editoria de Arte do



jornal, que apresenta visualmente os resultados divulgados pela pesquisa. Logo abaixo do gráfico pode-se ler a seguinte frase: “Entrevista realizada com 2.022 pessoas em 147 cidades em 19 e 20 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos”. A pesquisa, que foi divulgada no dia em que o golpe de 1964 completou 60 anos, apresentou que além dos 53% que descartam a possibilidade de um novo regime de exceção, 20% acreditam ser possível a existência de um novo regime militar, e outros 22% afirmaram haver “pouco risco de retrocesso democrático”. Ademais, 63% dos entrevistados “desprezam o 31 de março de 1964”, 28% “veem motivo para comemoração”, e outros 9% afirmaram não saber responder. Por fim, o texto apresenta ainda que, entre os entrevistados declarados eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro, 58% afirmaram que a data deve ser desprezada, enquanto 33% afirmaram que o golpe de 1964 seja lembrado.

4.2.2.11 Edição Nº 33.111 de 02/04/2024 de *O Globo* (IJ30): “Maioria da corte entende que Constituição não prevê intervenção militar”

O texto “Maioria da corte entende que Constituição não prevê intervenção militar”, assinado pelos jornalistas Mariana Muniz e Daniel Gullino, está presente na página 8 da editoria de Política da edição Nº 33.111 publicada em 02/04/2024 pelo jornal *O Globo*, e está apresentada em destaque na capa da edição com a seguinte frase: “Supremo forma maioria contra tese do poder moderador”. Além disso, o texto de Muniz e Gullino possui como recurso ilustrativo uma foto de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, creditada a Antonio Augusto, e legendada da seguinte forma: “**Decano**. Gilmar foi o sexto ministro a acompanhar o relator Luiz Fux: Mendonça e Fachin também votaram ontem”. O texto faz alusão à ação julgada pelo STF sobre a existência de constitucionalidade de uma possível intervenção militar. Com o voto do ministro Gilmar Mendes, a Suprema Corte formou a maioria dos votos necessária para julgar como inconstitucional a tese de que as Forças Armadas possuem a prerrogativa de promover uma possível intervenção militar a partir da aplicação



do artigo 142 da Constituição. A matéria aponta que em seu voto, o ministro Gilmar Mendes afirmou ser oportuno realizar o julgamento em um período próximo ao aniversário de 60 anos do golpe de 1964.

O texto apresenta ainda que o julgamento da ação no STF ocorre no mesmo momento em que foram divulgadas informações sobre os desdobramentos das investigações dos ataques a Brasília em 8 de janeiro de 2023, após o depoimento de Mauro Cid, tenente-coronel e ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, afirmar que a alta cúpula das Forças Armadas esteve presente no Palácio do Planalto para discutir uma minuta que decretaria o estado de sítio no país, fato que possibilitaria então a concretização de um golpe de Estado. Por fim, Muniz e Gullino destacam que, segundo o depoimento de Mauro Cid, seções golpistas próximas a Bolsonaro se utilizavam do artigo 142 como prerrogativa para justificar a assinatura da minuta por parte do ex-presidente.

4.2.2.12 Edição Nº 33.112 de 03/04/2024 de *O Globo* (IJ31): “Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe”

O texto “Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe” está presente na página 6 da editoria de Política da edição Nº 33.112 publicada no jornal *O Globo* no dia 03/04/2024. A matéria possui como subtítulo a frase “Comissão da Anistia formaliza reparação a dois povos indígenas e Conselho de Direitos Humanos reabre processo de Rubens Paiva”, e é assinado pelos jornalistas Karolini Bandeira e Rodrigo Castro. Ademais, o texto possui como recurso visual ilustrativo uma foto, alinhada à direita na parte superior da página, cuja legenda apresenta a seguinte afirmação: “Solenidade. A presidente da Comissão de Anistia, Enéa de Stutz, pede de joelhos desculpas ao povo Krenak, representado na cerimônia por duas indígenas: reparação do Estado brasileiro”. Além da foto da cerimônia realizada pela Comissão de Anistia, o texto também é ilustrado como uma foto de Rubens Paiva, ex-deputado federal que foi preso e assassinado pela ditadura militar, posicionada na parte inferior da página.



No texto, Bandeira e Castro destacam que, mesmo após a decisão do presidente Lula de não realizar atos ou eventos oficiais do governo que fizessem alusão aos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, a Comissão de Anistia e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, organizações ligadas ao Ministério dos Direitos Humanos, realizaram ações de reparação em favor das vítimas da ditadura militar. A Comissão da Anistia garantiu, pela primeira vez na história, um pedido de perdão coletivo do Estado brasileiro às etnias indígenas Krenak, do estado de Minas Gerais, e Guyraroká, de Mato Grosso do Sul. O texto ainda salienta que, segundo dados da Comissão, a ditadura militar foi responsável pela morte de mais de 8 mil indígenas, seja por ação direta, ou ainda por omissão.

A segunda ação empreendida pelo Estado foi a reabertura em âmbito interno, por parte do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, do processo sobre a morte do ex-deputado Rubens Paiva, que preso, torturado e assassinado pelos militares. O corpo de Rubens Paiva foi dado como desaparecido até 1971, e a sua morte foi confirmada apenas décadas depois do assassinato. Como aponta o texto, a reabertura do processo aconteceu dias após a decisão do presidente Lula de vetar que os ministros do governo emitissem manifestações sobre o golpe de 1964. Bandeira e Castro ressaltam ainda que Vera Paiva, filha do ex-deputado, afirmou durante a reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos que “rememorar o passado é ampliar a compreensão do presente”.

Além disso, o texto apresenta uma seção de destaque, nomeada “Presidente evita se opor a militares”, que divide-se em duas partes. A primeira delas, “Comissão sem definição”, afirma que o presidente Lula ainda não tomou uma decisão sobre a reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, criada ainda na década de 1990 com o objetivo de encontrar e reconhecer possíveis vítimas da ditadura. Já a segunda subseção, nomeada “Sem alusão ao golpe”, se refere à decisão de Lula de impedir que o governo realizasse eventos oficiais que fizessem alusão aos 60 anos do golpe de 1964.



4.3 Análise das funções de enquadramento jornalístico

Esta segunda etapa se refere à aplicação das funções e dos tipos de enquadramento jornalístico sobre o *corpus* da pesquisa, previamente apresentado de maneira descritiva na seção anterior. Robert Entman (1993) define o conceito de enquadramento como o ato de “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida de modo a torná-los mais salientes em um texto comunicativo”. Ademais, o autor também sinaliza a existência de funções exercidas a partir da utilização de um determinado tipo de enquadramento em um texto comunicativo, são elas: 1) a definição de um problema, 2) sua interpretação causal; 3) a atribuição de uma avaliação moral; e 4) a recomendação de tratamento para resolução do problema.

Além das proposições teóricas de Entman (1993), a análise desenvolvida neste trabalho também segue a classificação dos tipos de enquadramento de Shanto Iyengar (1991). Em seus estudos sobre como os enquadramentos de mídia impactam no processo de atribuição de responsabilidade por parte das audiências, Iyengar (1991) aponta para a existência duas modalidades principais: os enquadramentos episódicos, que se configuram como enquadramentos cujo enfoque são a ocorrência de um determinado acontecimento específico sem aprofundamento contextual, e os enquadramentos temáticos, cujo nível analítico extrapola o caráter meramente descritivo presente nos enquadramentos episódicos.

Nos tópicos a seguir serão aplicadas as funções e os tipos de enquadramento no corpus de análise.

4.3.1 Análise das funções e dos tipos de enquadramento no *Fantástico* e no *Jornal Nacional*

Após a realização da análise descritiva, concluiu-se que o *Fantástico* e o *Jornal Nacional* apresentam resultados similares. Logo, opta-se por apresentá-los de maneira concomitante, mas de forma a contemplar as respectivas particularidades visualizadas a partir da análise das coberturas jornalísticas realizadas por ambos os programas. De forma geral, após a análise das seis



matérias (duas veiculadas pelo *Fantástico* e quatro pelo *Jornal Nacional*), obteve-se o seguinte cenário: o *Fantástico* propôs definições de problemas em 50% das matérias analisadas, enquanto o *Jornal Nacional* definiu problemas 100% das matérias presentes no *corpus*. Em relação a interpretação causal sobre os problemas identificados, o *Fantástico* também apresentou uma porcentagem de 50%, e o *Jornal Nacional* realizou interpretações de causas em todas as quatro matérias analisadas. Já em relação à terceira função de enquadramento, o programa dominical apresentou julgamentos morais em 100% das ocorrências, e o *Jornal Nacional* em apenas 25%. Por fim, em relação à proposição de formas de tratamento para a solução dos problemas, enquanto o *Fantástico* não empregou essa função de enquadramento, o *JN* sugeriu soluções para os problemas identificados em 75% das matérias presentes no *corpus*.

Tabela 1 – Funções de enquadramento no *Fantástico* e no *Jornal Nacional*

Funções de Enquadramento	Fantástico	Jornal Nacional (%)
Definição de Problemas	50%	100%
Identificação de Causas	50%	100%
Julgamentos Morais	100%	25%
Soluções de tratamento	0	75%

Fonte: Elaboração da autora com base na análise do *corpus*

Nesse sentido, a apresentação dos resultados obtidos a partir da análise das funções de enquadramento se torna um processo complementar à análise dos tipos de enquadramento que foram utilizados pelo *Fantástico* e pelo *Jornal Nacional* em suas coberturas jornalísticas. Em outras palavras, a partir da compreensão sobre quais foram os tipos de enquadramento adotados pode-se obter uma melhor visualização sobre como atuam as funções de enquadramento identificadas. Logo, a partir da definição dos tipos de enquadramento em enquadramentos episódicos ou temáticos (Iyengar, 1991), identificou-se que



tanto o *Fantástico* quanto o *Jornal Nacional* utilizaram-se apenas de enquadramentos episódicos para construir as matérias relacionadas aos 60 anos do golpe de 1964.

A cobertura jornalística dessa efeméride pelo *Fantástico*, realizada exatamente no dia que simbolizou os 60 anos da ruptura democrática de 1964, foi ancorada a partir da exibição de apenas duas matérias. O **Item Jornalístico 1** é uma nota narrada pela jornalista Maju Coutinho, que apresentou a realização de uma manifestação na cidade de São Paulo em memória das vítimas da ditadura militar. Na matéria em questão, não são identificados problemas. Logo, também não foram identificadas possíveis interpretações realizadas causais em torno da existência de alguma problemática, e, conseqüentemente, também não foram apresentadas soluções para sua resolução. Contudo, nota-se a presença de julgamentos morais, mais precisamente ao final da matéria, quando afirma-se que “sete ministros do governo Lula também utilizaram as redes sociais para repudiar o golpe e discursar em defesa da democracia”.

O **Item Jornalístico 2** é reportagem exibida pelo programa dominical refere-se à apresentação do podcast Ditadura Recontada. Por mais que a matéria também tenha sido construída a partir de um enquadramento episódico, ou seja, na qual a efeméride dos 60 anos do golpe foi utilizada como subterfúgio para a divulgação do podcast, pode-se identificar o emprego de algumas das funções de enquadramento. Diferentemente da primeira matéria, nessa reportagem identifica-se como um problema o aumento da violência e dos embates entre os militares e os “movimentos armados de esquerda”. Na reportagem, inclusive, é apresentado um áudio do próprio ex-presidente militar Ernesto Geisel, que, ao fazer alusão ao aparato repressivo empregado pela ditadura militar, afirma que “esse troço de matar é uma barbaridade”.

A partir da construção da matéria, subentende-se que o aumento da repressão e da violência conduzidas pelo regime militar foi uma consequência da atuação dos movimentos e grupos de guerrilha, fato que coloca tanto os militares quanto os grupos antagonistas à ditadura como os agentes



identificados como os responsáveis pela criação do problema em questão. A reportagem também apresenta julgamentos morais, uma vez que o recorte histórico no qual foi baseada a construção narrativa do podcast, mais precisamente desde os anos antecedentes ao golpe de Estado até o fim oficial do período ditatorial, é resumido meramente como: “tempos turbulentos que levaram ao golpe de 1964 contra o presidente João Goulart até o fim do regime fardado”. A única função de enquadramento que não foi mobilizada nesta reportagem do *Fantástico* é a proposição de formas de tratamento para o problema identificado, endereçando-o a uma matéria restrita ao passado.

Por mais que apresente certas diferenças de caráter normativo, em relação às funções e aos tipos de enquadramento empregados, a cobertura jornalística sobre os 60 anos do golpe de 1964 realizada pelo *Jornal Nacional* possui uma relação de similaridade com o viés institucional adotado pelo *Fantástico*. Em relação aos formatos jornalísticos utilizados, dos quatros materiais analisados, três eram notas curtas e apenas um era uma reportagem.

Em sua edição do dia 01/04/24 (**IJ3**), um dia após a efeméride dos 60 anos do golpe, o *Jornal Nacional* tematizou em sua cobertura jornalística o julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade de uma possível intervenção das Forças Armadas sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir da construção da matéria, e mobilizando não apenas a carga simbólica em torno dos 60 anos do golpe de 1964, mas também o episódio da invasão de Brasília no 8 de janeiro de 2023, subentende-se que a interpretação equivocada da Constituição que legitimaria uma intervenção militar, é identificada como uma questão problemática pela emissora de televisão. Nesse sentido, entende-se que parte dos setores militares e da sociedade civil que reverberam essa interpretação do dispositivo constitucional são identificados como os agentes responsáveis pela existência do problema. Todavia, a apresentação do julgamento do STF na forma de reportagem se limita apenas às duas funções de enquadramento apresentadas



acima, uma vez que ela não emite julgamentos morais, assim como não apresenta soluções para a resolução da contenda.

Na edição exibida no dia 02/04/24 (IJ4), o *Jornal Nacional* apresenta outras duas matérias sob a égide da rememoração em torno dos 60 anos do Golpe. A primeira delas é uma reportagem produzida a partir da concessão por meio da Comissão de Anistia de dois pedidos de perdão aos povos indígenas Krenak e Guarani-Kaiowá. Como apresenta a matéria, a perseguição e a expulsão desses povos indígenas de suas respectivas terras de origem durante o período da ditadura militar é identificado como o problema a ser resolvido. Ademais, a ocorrência de práticas de tortura, o registro de prisões arbitrárias e mortes, assim como de períodos de inanição entre essas populações, podem ser classificadas como formas interpretativas decorrentes da existência do problema central. Ademais, também podem ser identificados trechos que contém julgamentos morais, como, por exemplo, a afirmação de que a concessão da anistia a esses povos originários pode “significar uma nova etapa na busca pela garantia de direitos”. Nesse ínterim, portanto, para além da formalização do reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro da condição de anistiados políticos, a demarcação das terras indígenas conota na cobertura uma das soluções para sanar o problema.

A segunda matéria exibida na edição do dia 02/04/24, o **Item Jornalístico 5**, enquadra o golpe de 1964 a partir de um outro evento realizado na esteira das cerimônias voltadas para a rememoração da efeméride. A matéria em questão apresenta a reabertura do processo de investigação em torno da morte do ex-deputado federal Rubens Paiva. Nesse sentido, o assassinato de Paiva, morto e torturado nas dependências do Exército brasileiro durante a ditadura, é o problema identificado. Logo, a interpretação causal realizada na matéria permite classificar os militares como os agentes responsáveis não apenas pela morte do ex-deputado, mas também pelo arquivamento das investigações em torno de sua morte. A matéria do *JN* não atribui julgamentos morais, mas classifica a



reabertura do caso pelo Ministério dos Direitos Humanos como uma tentativa de propor soluções para a resolução do problema.

O último item jornalístico (**IJ6**) analisado foi apresentado pelo telejornal na edição realizada no dia 03/04/2024. A matéria apresentou o reconhecimento da condição de anistiada política, garantido pela Comissão de Anistia, para Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog. Nesse sentido, a matéria identifica a morte e o desaparecimento de Vladimir Herzog como um problema. Além disso, o subsequente processo de perseguição sofrido por Clarice e sua família após o falecimento de Herzog podem ser identificados como uma interpretação causal ocorrida em decorrência da morte do jornalista. Por fim, a matéria não apresenta julgamentos morais, mas apresenta o reconhecimento da condição de anistiada política e a concessão de uma indenização financeira à família de Clarice Herzog como formas de solucionar o problema identificado.

Por fim, mostra-se pertinente apresentar, para efeitos de contextualização, uma outra matéria exibida pelo Jornal Nacional na edição do dia 25/04/24. A matéria em questão é uma reportagem, com quatro minutos e cinquenta e dois segundos de duração, produzida em razão da comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal. Nesse sentido, com destaque logo no título da matéria, a Revolução dos Cravos é representada como “a derrubada de uma das ditaduras mais longas da Europa no século XX”. A reportagem possui logo em seus segundos iniciais uma série de imagens das manifestações populares, realizadas em 1974, favoráveis ao fim do regime político comandado pelo ditador António Salazar. Dentre as imagens das manifestações que são apresentadas no início da reportagem, em determinado momento é possível identificar, inclusive, uma bandeira que com uma foice e um martelo, símbolo do Partido Comunista.

O regime político comandado por Salazar é descrito como “sob o lema de Deus, pátria e família, o governo dele censurava a imprensa, e perseguia opositores políticos”. Logo após essa introdução, as imagens passam a ser completadas pelos relatos do historiador português Fernando Rosas, que



classifica o governo de Salazar como um regime ditatorial, e de partido único, e que promoveu proibição dos demais partidos políticos, a proibição da atuação dos sindicatos, assim como do direito a greve. Rosas também salienta que tratava-se de um “regime de opressão política e de exploração econômica”. Após a apresentação de Rosas, também são apresentadas três mulheres como fontes especialistas, a cientista política Maria Castello Branco, a jornalista Inês Serra Lopes, e a historiadora Maria Inácia Rezola, na qual as três mulheres apresentam, a partir de um recorte de gênero, a realidade experienciada pelas mulheres portuguesas sob a ditadura salazarista.

Na passagem gravada pelo repórter, Leonardo Monteiro afirma que o fim da ditadura aconteceu por meio de “um golpe, um golpe chamado de revolução, por ter sido abraçado pelo povo, que distribuiu cravos aos soldados”. A passagem de Monteiro é em seguida complementada por outro trecho de Fernando Rosas, no qual o historiador afirma que na Revolução dos Cravos “a população sente que pode mudar o seu destino com as suas próprias mãos, e isso é uma coisa absolutamente extraordinária”. Ademais, a historiadora Marcia Inácia Rezola aponta para o resultado obtido por pesquisas de opinião realizadas em Portugal, por meio das quais os cidadãos portugueses concluíram que o dia 25 de abril é a data mais importante da história do país. Além disso, segundo a historiadora, a partir dessas pesquisas pode-se afirmar que “para todos [portugueses], sobretudo para os mais jovens, a forma como Portugal fez a passagem da ditadura para a democracia é uma fonte de orgulho”.

A reportagem é finalizada com depoimentos de pessoas presentes nas manifestações realizadas em comemoração aos 50 anos da Revolução, e que exaltavam a importância de defender a liberdade e a democracia, além de trechos de coros entoados pelos manifestantes que expressavam “25 de abril sempre, fascismo nunca mais”. Logo, a partir das características formais relacionadas à construção da narrativa jornalística pela reportagem – como a quantidade e a especialidade da maior parte das fontes apresentadas, a contextualização histórica sobre o evento apresentado, e também a duração da



matéria – permite-se enquadrar a reportagem produzida pelo *Jornal Nacional* sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos a partir de um enquadramento temático. Ou seja, a partir de um enquadramento em que a apresentação do tema em questão extrapola a mera narração/descrição da ocorrência de um determinado fato/evento.

Além disso, também é possível identificar o emprego das funções de enquadramento na reportagem. Nesse sentido, o regime político ditatorial em Portugal, que na época da Revolução dos Cravos já perdurava 40 anos, é identificado como o problema a ser solucionado. Por meio dos relatos das fontes, tanto as especialistas quanto as fontes personagens, é possível identificar diferentes interpretações causais sobre o impacto do regime salazarista sobre a sociedade portuguesa, tais como: censura à imprensa, repressão das liberdades políticas e individuais, perseguição política, supressão dos direitos das mulheres, etc. As afirmações de que a um golpe de Estado foi “abraçado pelo povo” e se tornou uma “revolução”, ou ainda, as entrevistas com as fontes personagens que exaltam à Revolução dos Cravos e a sua importância na defesa da democracia e no combate ao fascismo, podem ser classificadas como julgamentos morais presentes na reportagem. E, por fim, depreende-se pela construção da matéria que a defesa e o fortalecimento dos regimes democráticos é a solução encontrada para impedir a ocorrência de regimes políticos ditatoriais.

4.3.2 Análise das funções de enquadramento no jornal *O Globo*

Em relação aos conteúdos textuais do jornal *O Globo* presentes no *corpus* desta monografia, foram analisados 25 textos. Dentre esses, 13 são textos de caráter opinativo e 12 textos informativos. Todavia, diferentemente da apresentação dos resultados da análise de enquadramento realizada a partir dos conteúdos do *Fantástico* e do *Jornal Nacional*, opta-se por apresentar os resultados da análise de enquadramento do jornal *O Globo* a partir de itens jornalísticos temáticos, ou seja, a partir da apresentação dos principais assuntos



que foram abordados pelo periódico carioca para enquadrar sua cobertura jornalística dos 60 anos do golpe de 1964.

Logo, após a seleção e análise dos 25 conteúdos textuais que abordam os 60 anos da efeméride de forma direta ou indireta, observou-se que cobertura jornalística de *O Globo* enquadrou três assuntos principais, são eles: **1)** a decisão do governo Lula de não emitir posicionamentos e/ou realizar eventos oficiais da presidência que fizessem alusão aos 60 anos do golpe de 1964; **2)** a invasão da praça dos Três Poderes na cidade de Brasília no dia 8 de janeiro de 2023; e **3)** o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal sobre os limites de atuação das Forças Armadas como um poder moderador.

4.3.2.1 Silêncio oficial do governo Lula em relação aos 60 anos do golpe de 1964

A decisão oficial do governo Lula de não fazer menções e/ou realizar eventos oficiais da presidência da República, assim como a instrução destinada aos ministros da atual gestão para que também não emitissem pronunciamentos no dia 31 de março de 2024, representou 36% dos conteúdos de *O Globo* analisados. Com nove textos, dentre conteúdos de caráter opinativo e informativo, essa temática representou o maior quantitativo de problemas identificados pelo jornal em sua cobertura dos 60 anos da efeméride.

A partir do problema identificado, foram propostas algumas interpretações causais para o assunto. O **Item Jornalístico 9**, por exemplo, aponta que a decisão de Lula possui como objetivo não incitar um clima de animosidade entre os chefes das Forças Armadas e o Poder Executivo, tendo em vista o recente retrospecto da presença considerável de membros das Forças Armadas empregados pela presidência da República durante a gestão de Jair Bolsonaro, assim como os recentes desdobramentos das investigações sobre os atos de 8 de janeiro de 2023, que apontaram para uma possível relação de convivência e/ou colaboração entre membros das Forças Armadas e os invasores. Já o **Item Jornalístico 11**, por mais que também considere a decisão de Lula como uma consequência de sua “postura política conciliatória”, também pontua que a



decisão do mandatário em não participar de atos alusivos aos 60 anos do Golpe pode estar ancorada na recusa de Lula e de seu partido político, o PT, de não considerar os regimes políticos experienciados em outros países, como na Rússia, Venezuela e na Nicarágua, como regimes políticos ditatoriais.

Outra interpretação mais crítica (**IJ10**, **IJ21**, **IJ23**) considera que a decisão do governo Lula representa uma escolha deliberada de não lembrar o passado. Nesse sentido, ao optar por não se discutir o legado da ditadura militar no Brasil, permite-se que a verdadeira história do país seja não apenas esquecida, mas que movimentos e grupos políticos de extrema direita, na defesa de seus projetos políticos autoritários, sejam capazes de disseminar teorias revisionistas sobre o real impacto da ditadura militar sobre a condução da vida social brasileira durante esse período histórico. Além disso, em alguns dos itens jornalísticos analisados, propõe-se uma correlação entre o golpe de 1964 e os eventos do 8 de janeiro de 2023. No **IJ21**, por exemplo, escrito pela colunista do jornal, a economista Miriam Leitão, encontra-se a seguinte afirmação: “Dois golpes rondam o Brasil. Um precisa ser esclarecido, o outro tem que ser lembrado”.

Também são incutidos julgamentos morais ao problema em questão. No **IJ11**, ao propor a interpretação de que a recusa de Lula em não se pronunciar sobre os 60 anos do Golpe está ancorada na relação de “ambivalência” que o mandatário possui com outros países que possuem governos com limitações democráticas, o autor afirma que “a ambivalência que ele trata ditaduras e regimes autoritários é um traço preocupante de sua política externa” (Ortellado, 2024). No **IJ10**, Pedro Dória também emite julgamentos morais sobre a questão ao pontuar que: “Se eles [militares] se sentem à vontade para tratar a violência que impuseram ao país como algo heroico, é porque o Estado brasileiro não tem posição oficial a respeito” (Dória, 2024). Nos textos informativos que abordam essa temática (**IJ13** e **IJ25**), a presença de julgamentos morais pode ser identificada a partir sobretudo dos títulos das notícias, que pontuam em ambos os casos que o presidente Lula ordenou explicitamente a seus ministros que não emitissem qualquer pronunciamento em torno dos 60 anos do golpe de 1964.



Por fim, os textos presentes no corpus também sinalizam formas de tratamento para o problema. No **Item Jornalístico 10**, Pedro Dória afirma que é função do Estado brasileiro atuar para que a memória do golpe de 1964 e da ditadura militar permaneçam vivas no imaginário social e político brasileiros, de modo a evitar, assim, que a sombra do golpe de 1964 continue “pendendo sobre nós enquanto o Estado brasileiro não disser com clareza o que é democracia, o que é ditadura e onde é o lugar do militar na política” (Dória, 2024). Já para Vera Magalhães (**IJ9**), é função conjunta do Estado e da sociedade atuar para “lembrar os 60 anos do golpe e rememorar os horrores de um arbítrio que não teve nada de brando”.

Ao propor uma direta correlação entre o golpe de 1964 e os atos de 8 de janeiro, Miriam Leitão (**IJ21**) também sinaliza uma forma de solucionar o problema: “Por que houve uma ameaça concreta de repetição da História, é essencial fortalecer a democracia lembrando o horror que foram aqueles 21 anos” (Leitão, 2024).

4.3.2.2 Invasão de Brasília no dia 8 de janeiro de 2023

O segundo problema mais abordado pelo *O Globo*, quantificando 20% do corpus analisado, foi a invasão da praça dos Três Poderes em Brasília por apoiadores políticos de Jair Bolsonaro após a derrota do ex-presidente nas eleições presidenciais de 2022. Foram apontadas diferentes interpretações relacionadas à causalidade desse evento identificadas nos textos analisados. No **Item Jornalístico 9**, Vera Magalhães afirma que os eventos do 8 de janeiro foram uma consequência direta do “grau de contaminação das Forças Armadas pelo golpismo bolsonarista”, que foi capaz de atingir o alto oficialato das Forças Armadas brasileiras. A jornalista afirma ainda que “esse grau de erosão do compromisso democrático entre os militares não foi atingido da noite para o dia. [...] Tratou-se de projeto levado a cabo por Bolsonaro durante muito tempo” (Magalhães, 2024).



No **Item Jornalístico 18**, a partir de uma entrevista com Heloisa Starling, depreende-se que, para a historiadora, o dia 8 de janeiro representou um segundo momento de realização da tentativa de golpe de Estado. Todavia, Starling salienta que, diferentemente do movimento liderado pelos militares em 1964, os atos de 8 de janeiro não receberam o respaldo tanto da sociedade civil brasileira quanto do apoio externo atribuído, por exemplo, pelo governo dos Estados Unidos na ruptura democrática em 1964. Para Starling, portanto, “no 8 de janeiro, as forças a favor da democracia e da legalidade se uniram” (Starling, 2024). O historiador Carlos Fico (**IJ19**) corrobora com a interpretação de que a não concretização do golpe no 8 de janeiro de 2023 também foi uma consequência do “medo dos generais de que não havia apoio popular e de que haveria consequências nas relações exteriores, no comércio internacional, e sobretudo de que haveria alguma reação popular” (Fico, 2024).

Em relação às demais funções de enquadramento, o **IJ9** apresenta julgamentos morais em relação ao 8 de janeiro, uma vez que a autora classifica esse acontecimento como o resultado “do grau de contaminação das Forças Armadas pelo golpismo bolsonarista”. No **IJ21**, Miriam Leitão classifica os atos de 8 de janeiro como um “atentado”, enquanto o colunista Fernando Gabeira (**IJ22**) o classifica como uma “aventura golpista”.

O **Item Jornalístico 14** é um texto informativo que reproduz os resultados da pesquisa do Instituto Datafolha, que apresentou que 63% das pessoas entrevistadas eram contrárias à concessão do pedido de anistia política para os participantes dos atos de 8 de janeiro. Por mais que tenham sido identificadas no texto possui as quatro funções de enquadramento de Entman (1993), pode-se afirmar que o item em questão, ao fazer correlação aos demais temas centrais analisados, também deve pertencer, portanto, ao *corpus* desta monografia. Dentre os itens citados, o único que apresenta uma forma de tratamento para o problema abordado é o **Item Jornalístico 14**. A partir da apresentação dos resultados da pesquisa do Datafolha, entende-se que a prisão das pessoas envolvidas e a não concessão dos pedidos de anistia política para os



participantes da invasão de Brasília, são as duas formas de se lidar com a problemática.

4.3.2.3 *Julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre os limites e constitucionalidade da atuação das Forças Armadas*

Por fim, cabe salientar que o jornal *O Globo* optou por abordar na semana em que o golpe de 1964 completou 60 anos o julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os limites constitucionais de atuação das Forças Armadas. Nesse sentido, esta temática representa o terceiro assunto mais abordado pelo jornal dentro do recorte amostral delimitado nesta pesquisa, representando 12% dos conteúdos textuais analisados. Pode-se classificar como uma definição de problema a existência de interpretações equivocadas sobre o texto constitucional, sobretudo do artigo 142, que legitimaria uma suposta “intervenção militar constitucional” (**IJ12, IJ24, IJ29**). As interpretações causais em torno da problemática são apresentadas conforme os votos dos ministros da Suprema Corte. O **IJ12** reproduz o posicionamento do ministro Luiz Fux, relator da ação, no qual o juiz reafirma que o artigo 142 da Constituição não pressupõe a possibilidade de uma “ruptura democrática”, e que as Forças Armadas não possuem atribuições de poder moderador sobre os demais poderes da República.

Já no **Item Jornalístico 24**, ao afirmar que a função dos militares é subalterna aos demais poderes, subentende-se que a interpretação do ministro Flávio Dino faz alusão ao golpe de 1964 e ao subsequente período de ditadura militar. Dino afirma que a necessidade de se realizar uma votação no STF sobre a constitucionalidade de uma intervenção militar é uma consequência dos “resquícios do passado”. O posicionamento do ministro Gilmar Mendes (**IJ29**) faz alusão aos 60 anos do golpe de 1964 ao afirmar ser “particularmente apropriado que tenhamos a incumbência de fazê-lo por ocasião da efeméride de 60 anos do último golpe militar de nossa história republicana”. Mendes denomina o dia 31 de março com uma “data infame”, que se tornou “objeto de



comemorações por parte de grupos e indivíduos que insistem em fazer tábula rasa de nossa história constitucional, como se o regime ditatorial instaurado em 1964 por obra das Forças Armadas representasse algo a ser celebrado” (Mendes, 2024).

Há a presença de julgamentos morais apenas no **IJ12**, no qual identifica-se na linha-fina a seguinte afirmação: “interessados em golpe militar costumam fazer leitura deturpada do artigo 142 da Carta Magna”. Por fim, em relação a proposição de formas de se solucionar o problema, no **IJ24** o ministro Flávio Dino afirma que o resultado do julgamento realizado pelo STF deve ser encaminhado ao Ministério da Defesa, e que seja realizada uma disseminação para as demais organizações de cunho militar, como escolas de formação e aperfeiçoamento. No **Item Jornalístico 29**, o ministro Gilmar Mendes afirma que a intervenção realizada por meio da votação no STF se tornou necessária “para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força” (Mendes, 2024).

O último item jornalístico do corpus que aborda essa questão é o **IJ30**, texto opinativo assinado por Bernardo Mello Franco, colunista do jornal. A interpretação defendida pelo colunista é a mesma apresentada nos demais itens jornalísticos que abordam essa questão, uma vez que o texto apresenta de maneira resumida os diferentes posicionamentos defendidos pelos ministros do STF durante a votação. Todavia, neste item jornalístico é possível identificar uma maior proeminência de julgamentos morais. Ao fazer alusão ao julgamento que ocorre na Suprema Corte, Mello Franco classifica a discussão em torno da constitucionalidade de uma intervenção federal como “uma discussão bizantina”, e o resultado de uma distorção do texto constitucional. Mello Franco também afirma que a decisão do STF em realizar o julgamento de maneira virtual também pode ser interpretada como uma atitude de capitulação para evitar possíveis atritos com as Forças Armadas e “longe dos olhos do público e das câmeras da TV Justiça”. O autor compara a decisão do Supremo em realizar o julgamento no plenário virtual com a decisão do presidente Lula em não realizar



pronunciamentos/eventos alusivos aos 60 anos do golpe de 1964: “Ao se submeter a esse tipo de cálculo, que já havia levado o presidente Lula a proibir atos sobre o golpe de 1964, o Supremo mostra que a tutela militar continua presente. É parte do passado que teima em não passar” (Mello Franco, 2024). Em relação às formas de solucionar o problema, o autor faz referência ao ministro Flávio Dino. Para Mello Franco, além de enviar a decisão do STF para as instâncias militares, que o resultado do julgamento seja enviado também “às escolas, às igrejas e aos bolsões de extrema direita que ainda sonham com uma quartelada”.

4.3.2.4 Outras temáticas

Além dos temas principais supracitados, *O Globo* também apresentou conteúdos textuais referentes aos assuntos: **4)** o podcast Ditadura Recontada; **5)** a concessão de pedidos de anistia política pela Comissão Nacional da Anistia; **6)** a criação de um Memorial da Democracia; **7)** a relação entre os políticos João Goulart e Leonel Brizola; **8)** a história do coronel estadunidense Vernon Walter; **9)** a educação na ditadura militar; **10)** a reativação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos; **11)** o lançamento de obras culturais que abordam os eventos históricos do golpe de 1964 e a ditadura militar; **12)** a gestão econômica do regime militar. Todavia, após a realização da análise descritiva, e em virtude do baixo nível de incidência desses assuntos em relação aos demais conteúdos presentes no *corpus* da pesquisa, avaliou-se que não apresentar uma análise pormenorizada desses itens jornalísticos não representaria uma perda qualitativa para a composição final deste trabalho.

4.3.3 Análise dos tipos de enquadramento em *O Globo*

Em relação aos tipos de enquadramento empregados nos textos de *O Globo*, percebe-se que há uma distinção entre a abordagem dos textos opinativos e dos textos informativos. De um modo geral, pode-se afirmar que há uma prevalência pela utilização de enquadramentos temáticos nos textos



opinativos, enquanto os textos de caráter informativo foram construídos a partir de enquadramentos do tipo episódico. Nesse sentido, nota-se uma presença de maior nível de aprofundamento nos textos de cunho opinativo, que por serem textos assinados pelos colunistas do jornal possuíam uma maior carga argumentativa, enquanto os textos de caráter informativo, em sua maioria, optaram por abordar a temática dos 60 anos do golpe de maneira correlata a ocorrências de outros acontecimentos noticiados pelo periódico.

Tabela 2 – Tipos de enquadramento no jornal *O Globo*

Gênero jornalístico	Enquadramentos temáticos	Enquadramentos episódicos
Textos opinativos	54%	46%
Textos informativos	25%	75%

Fonte: Elaboração da autora com base na análise do *corpus*

Essa diferenciação entre os limites expressivos, assim como dos níveis de aprofundamento presentes nos conteúdos textuais, pode ser percebida a partir de um exercício de comparação entre os textos opinativos e informativos de *O Globo*. Nos textos opinativos analisados, como os **Itens Jornalísticos 9, 10, 11, 21, 23, 26 e 28**, observa-se que a efeméride dos 60 anos do golpe de 1964 e a ditadura militar, por mais que estejam ancorados em acontecimentos específicos - como a decisão do presidente Lula de não realizar pronunciamentos/eventos alusivos a efeméride ou ao julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal - não se limitam à apresentação e/ou a mera descrição dessas ocorrências. Pelo contrário, ainda que possam ser classificados como textos do gênero opinativo, torna-se possível afirmar que apresentam enquadramentos temáticos e realizam discussões de maneira



contextualizada e aprofundada sobre assuntos outros, que foram trazidos à discussão a partir justamente da ocorrência dos eventos noticiados.

No **Item Jornalístico 9**, Vera Magalhães se vale da decisão de Lula de não fazer qualquer referência aos 60 anos da ruptura democrática de 1964 para elaborar uma análise de conjuntura em torno da relação entre as Forças Armadas e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, fato que a jornalista considerou como um projeto político que culminou na “erosão do compromisso democrático entre os militares” (Magalhães, 2024). De modo semelhante, no **Item Jornalístico 10**, Pedro Dória, igualmente a partir das discussões em torno da escolha Lula de não fazer alusão ao golpe de 1964, realiza uma análise entre o que classifica como o “esforço cívico” de lembrar o que representou o período da ditadura militar. Dória compara o atual cenário brasileiro com a maneira pela qual tanto os estratos da sociedade civil quanto os Estados de outros países sul-americanos, como o Paraguai, Argentina e Chile, lidaram com os seus respectivos períodos ditatoriais. Dória afirma, portanto, que os nossos países vizinhos “fizeram foi um exercício ativo de lembrança. Esta é talvez a maior lição política do século XX: lembrar faz diferença”.

Em contrapartida, os itens jornalísticos de caráter informativo que abordaram a decisão de Lula em não fazer referência aos 60 anos do Golpe, ao construírem as respectivas abordagens a partir de enquadramentos episódicos limitaram-se apenas à apresentação de especificidades em torno da questão, sem que fossem apresentadas informações mais aprofundadas capazes promover interpretações sobre a decisão do presidente. No **Itens Jornalístico 13 e 25**, as matérias se limitam a apresentar desdobramentos da decisão de Lula. No **IJ13**, o texto se limita a apresentar que Partido dos Trabalhadores (PT), partido do presidente Lula, e alguns ministros de seu governo decidiram por participar de eventos realizados por entidades da sociedade civil em virtude dos 60 anos golpe de Estado, enquanto no **IJ25**, cujo título afirma que “Mesmo após o veto de Lula, 8 dos 38 lembram golpe”, também se limita a apresentar quais ministros pertencentes ao governo do presidente decidiram realizar



pronunciamentos, seja em seus respectivos perfis nas redes sociais, ou atender a eventos realizados em comemoração do Golpe.

Dentre os textos informativos que possuem na decisão de Lula seu núcleo temático principal, o único item jornalístico que se vale do emprego de um enquadramento temático é o **IJ31**, cujo título é “Governo faz ações contra ditadura após o silêncio nos 60 anos do golpe”. O texto em questão apresenta as ações empreendidas pela Comissão Nacional da Anistia de conceder perdão coletivo aos povos indígenas Krenak e Guyraroká, que foram perseguidos, presos e assassinados por agentes do Estado brasileiro durante a ditadura militar. Além de apresentar as informações relacionadas à cerimônia na qual foram oficialmente concedidos os pedidos de anistia a esses povos originários, a matéria possui como fonte o escritor e ativista Ailton Krenak, membro da Academia Brasileira de Letras e uma das principais lideranças históricas da causa indígena no Brasil. O texto também apresenta a reabertura do processo sobre o assassinato do ex-deputado federal Rubens Paiva durante a ditadura militar pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Ademais, para efeitos de maior contextualização, a matéria possui um “box”, intitulado “Presidente evita se opor a militares”, no qual são apresentadas duas informações principais: 1) a informação de que Lula ainda não deliberou em torno da reativação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, almejando “não interferir na relação estabilizada entre o Planalto e os militares”, e 2) a informação de que Lula não autorizou que o governo federal promovesse qualquer evento alusivo aos 60 anos do golpe, posicionamento esse que não foi seguido pelos seus próprios ministros, e que também se tornou um alvo de críticas por parte de sua base de apoio política.

Além do **IJ31**, os **Itens Jornalísticos 18 e 19** representam os dois únicos outros textos informativos que se utilizaram de um enquadramento temático na construção de suas narrativas jornalísticas. Nesse sentido, por se tratar de entrevistas realizadas com os historiadores Heloisa Straling e Carlos Fico, tratados como “fontes especialistas” dentro do campo jornalístico, pode-se



afirmar que, por mais que o conteúdo final das entrevistas também contemple boa parte dos temas previamente abordados, o nível de contextualização presentes nas respostas dos entrevistados permite identificar o emprego de enquadramentos temáticos na elaboração e na apresentação final de ambas as entrevistas. Em outras palavras, ao se referirem aos eventos do 8 de janeiro, ao silêncio oficial de Lula ou até mesmo ao julgamento sobre a constitucionalidade ou não de uma interferência dos militares sobre a política nacional, as respostas dos entrevistados partem de uma concepção holística, ou seja, partem de uma contextualização histórica que é capaz de apresentar os paralelos existentes entre os acontecimentos políticos contemporâneos e outros eventos políticos históricos, como o golpe de 1964 e a ditadura militar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia possuiu como objetivo central realizar uma análise do enquadramento jornalístico adotado pela cobertura jornalística do *Fantástico*, *Jornal Nacional* e pelo jornal *O Globo* em torno dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964. De uma maneira geral, após a análise dos 31 itens jornalísticos exibidos/publicados entre os dias 28 de março e 03 de abril de 2024, por mais que não tenha sido identificado nenhum pronunciamento editorial na forma de um texto/nota institucional que fizesse alusão aos 60 anos da ruptura democrática – como estipulava a hipótese inicial desta monografia – compreende-se que o Grupo Globo de Comunicação não se isentou de realizar uma cobertura jornalística sobre a efeméride. Todavia, se torna relevante em relação aos objetivos deste trabalho salientar as maneiras por meio das quais esses três produtos jornalísticos enquadraram a cobertura jornalística do tema.

Em relação ao *Fantástico*, ao se valer da utilização apenas de enquadramentos episódicos, e também da escolha editorial do programa em apresentar apenas duas matérias – uma nota sobre a realização de uma manifestação em memória das vítimas da ditadura e uma reportagem para fins de divulgação do podcast *Ditadura Recontada* –, pode-se deduzir que o programa dominical realizou uma cobertura jornalística de maneira pontual e simplificada. Em contrapartida, o *Jornal Nacional*, por mais que também tenha ancorado a construção de seus conteúdos a partir exclusivamente de enquadramentos episódicos, não deixou de apontar para a existência de problemas (primeira função de enquadramento), como também não se isentou de realizar interpretações sobre as possíveis causalidades que justificavam a ocorrência dos problemas identificados. Em outras palavras, por mais que ambos tenham se valido do mesmo tipo de enquadramento para ancorar a cobertura jornalística, pode-se afirmar que o *Jornal Nacional*, tanto em relação à maior quantidade de matérias exibidas quanto pela identificação de mais de uma das funções de enquadramento proposta por Entman (1993), apresentou um



maior nível de aprofundamento e de contextualização ao fazer alusão à temática central do tema abordado por esta pesquisa.

Já em relação ao jornal *O Globo*, optou-se por apresentar a análise qualitativa a partir da identificação dos três temas centrais com o maior número de incidências dentro do recorte amostral, são eles: **1)** o silêncio oficial do governo Lula em relação aos 60 anos do golpe de 1964; **2)** a invasão de Brasília no dia 08 de janeiro de 2023; e **3)** o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre os limites e constitucionalidade da atuação das Forças Armadas, itens jornalísticos representam quantitativamente 68% dos conteúdos de *O Globo* que foram analisados.

Ademais, outra abordagem utilizada na cobertura sobre o 60º aniversário do golpe de 1964 realizada pelo periódico carioca é a prevalência de textos opinativos, em detrimento dos textos do gênero informativo, que fizeram menções diretas à efeméride. Por mais que este trabalho também se valha das ressalvas de Manuel Chaparro (2000) em torno da superficialidade de uma suposta divisão estanque entre o que pode ser considerado opinião e informação dentro do campo jornalístico, torna-se relevante pontuar não apenas para a quantidade dos textos assinados por colunistas e colaboradores do jornal, mas também realizar uma comparação entre os níveis de aprofundamento e da carga argumentativa presentes nesses conteúdos textuais e nos demais textos do gênero informativo que fizeram menção aos 60 anos do Golpe. Nesse sentido, uma análise crítica pode apontar para outra perspectiva: ao mesmo tempo em que o periódico não se isentou de apresentar conteúdos que abordassem os 60 anos do golpe de 1964, a prevalência apenas de textos opinativos que realizaram discussões com um maior nível de contextualização, e a abordagem predominantemente episódica nos demais textos/conteúdos audiovisuais presentes nos três produtos jornalísticos analisados, podem ser interpretadas como um reflexo do posicionamento da empresa de comunicação em não realizar pronunciamentos institucionais sobre esse evento histórico.



Segundo Douglas Kellner (2001), o ato de realizar uma leitura crítica de um determinado texto comunicativo deve contemplar não apenas as informações “nucleares” que estão ressaltadas em um conteúdo textual: para o autor, o significado ideológico de um determinado texto pode também estar presente seja nas informações “periféricas”, ou ainda a partir do ato deliberado de realizar silenciamentos sobre determinadas temáticas:

[...] o que é periférico nos textos pode ser tão significativo quanto o que é nuclear em termos de posições ideológicas, ou como os seus elementos periféricos podem desconstruir posições ideológicas afirmadas no texto por contradizê-las ou enfraquecê-las, ou de que modo o não-dito é tão importante quanto o que realmente foi dito. (Kellner, 2001, p.148).

Em 2013, na esteira das Jornadas de Junho, o coro dos manifestantes, que entoavam “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”, levou o grupo de comunicação a realizar um “mea-culpa” sobre o seu apoio ao golpe de 1964 e à ditadura militar. Praticamente uma década depois, e tendo em vista o cenário nacional altamente marcado pela polarização política e ideológica, os embates travados entre a Rede Globo de Televisão e o ex-presidente Jair Bolsonaro, além da tentativa de golpe de Estado que ocorreu em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023, esta monografia considerava como uma hipótese plausível que o Grupo Globo de Comunicação poderia emitir algum pronunciamento oficial em torno dos 60 anos do golpe de 1964.

Todavia, como detalhou este trabalho, o Grupo Globo decidiu por não realizar nenhum comentário de caráter institucional que refletisse a opinião da empresa de comunicação sobre essa efeméride. Além disso, pode-se ainda apontar que de maneira contraditória à sua própria cobertura jornalística que enquadrou o silêncio de Lula em relação aos 60 anos da ruptura democrática como um problema, o Grupo Globo de Comunicação também se valeu do silenciamento como uma estratégia possível para a preservação de sua imagem institucional: ao abordar os 60 anos do golpe de 1964 de maneira episódica e simplificada nos três produtos jornalísticos analisados, o Grupo Globo de



Comunicação realiza uma espécie de distanciamento entre a sua própria história na concretização do processo político que culminou no golpe de Estado de 1964, e no posterior período ditatorial que perdurou no Brasil por mais de duas décadas.

O golpe militar de 1964 representa um dos eventos mais debatidos e controversos da história política brasileira. Seis décadas após sua ocorrência, o estudo do golpe continua a provocar intensos debates acadêmicos e públicos sobre sua natureza e impacto. Esta pesquisa, ao analisar o tratamento dado pelos veículos do Grupo Globo à efeméride dos 60 anos do golpe, contribui para a compreensão dos múltiplos enquadramentos e narrativas em torno desse evento histórico, e revela como a cobertura midiática pode influenciar a percepção pública sobre eventos históricos que, como o golpe de 1964 e o período de ditadura militar, promoveram diferentes ramificações e desdobramentos no setor político e social brasileiros.

O conceito de enquadramento jornalístico, utilizado como método de análise nesta pesquisa, representa, nesse sentido, uma ferramenta que permite a identificação sobre como o setor midiático pode atuar na construção das narrativas difundidas no tecido de uma determinada sociedade sobre os eventos históricos. A partir da classificação dos tipos de enquadramentos e das funções do enquadramento propostas, respectivamente, por Iyengar (1991) e Entman (1993), foi possível identificar padrões na cobertura do Grupo Globo sobre o golpe de 1964. Nesse sentido, a pesquisa revelou que, enquanto os programas de televisão da emissora (*Jornal Nacional* e *Fantástico*) optaram predominantemente pela utilização de enquadramentos episódicos, focando em eventos específicos e individuais relacionados aos 60 anos do Golpe, o jornal *O Globo* apresentou uma combinação de enquadramentos temáticos e episódicos, a depender do gênero jornalístico prevalente no texto.

A análise dos textos opinativos do *O Globo* mostrou uma tendência para enquadramentos temáticos, com discussões mais amplas e reflexivas sobre o legado do golpe e suas implicações atuais. Por outro lado, as matérias



informativas mantiveram um enfoque episódico, limitando-se a reportar eventos recentes ou detalhes específicos relacionados ao 60º aniversário do golpe, sem aprofundar a discussão sobre seu significado histórico. A presença do Grupo Globo como um aliado significativo dos militares durante a ditadura coloca a análise de sua cobertura sobre o golpe em um contexto de ambiguidade e complexidade. A continuidade do apoio da empresa de comunicação aos governos militares, aliado à sua tentativa de reescrever a narrativa sobre seu apoio ao golpe, revelam as tensões entre os interesses midiáticos e as demandas sociais e políticas por uma revisão crítica da história.

A pesquisa também identificou que, ao abordar a cobertura dos 60 anos do golpe, a narrativa do Grupo Globo reflete uma tentativa de equilibrar a manutenção de sua imagem pública. A omissão ou minimização de aspectos mais controversos do passado, assim como a ênfase em eventos atuais relacionados ao Golpe, indica uma estratégia institucional que procura evitar uma reavaliação crítica da própria participação da empresa de comunicação durante esse processo histórico. Em última análise, essa abordagem revela o papel da mídia na construção de narrativas históricas e na formação da opinião pública, evidenciando a necessidade de uma análise crítica e contextualizada das informações apresentadas pelos meios de comunicação.

Portanto, a pesquisa contribui para o entendimento da complexa relação entre mídia e política no Brasil e ressalta a importância de se reconhecer o impacto duradouro da cobertura midiática na formação da memória histórica coletiva. A forma como o Grupo Globo abordou o 60º aniversário do golpe é um reflexo das tensões entre a necessidade de enfrentar o passado e as estratégias de preservação da imagem institucional. Compreender essas dinâmicas se torna, portanto, algo relevante para combater perspectivas revisionistas da história recente do Brasil, assim como compreender o papel exercido da mídia na construção das narrativas históricas.



REFERÊNCIAS

_____. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

_____. Edição 02/04/1964. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>. Acesso em: 29 de abr. 2024.

_____. Julgamento da Revolução. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/opiniao/noticia/julgamento-da-revolucao.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

BANDEIRA, Karolini; CASTRO, Rodrigo. Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe. O Globo, Rio de Janeiro, 03 de abr. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 15 de jun. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. Edição 31/03/1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/089842/per089842_1964_21775.pdf. Acesso em: 29 de abr. 2024.

DE DIREITOS HUMANOS, C. I. Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/479>. Acesso em: 11 jul. 2024.

de Direitos Humanos, C. I. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Observatório da Jurisdição Constitucional, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/observatorio/article/view/479>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DÓRIA, Pedro. Lula não entendeu nada. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. de 2024.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENTMANN, Robert. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. *Journal of Communication*, Volume 43, Issue 4, December 1993, Pages 51–58.



FANTINATTI, Márcia. **A cobertura jornalística da campanha pelas “Diretas já”: o fantasma que ainda assombra a história da Rede Globo**. In: Congresso Nacional de História da Mídia, V, 2007, São Paulo. Anais: São Paulo, Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0172-1.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, Bernardo Mello. Jango e Brizola. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

FRANCO, Bernardo Melo. O passado é teimoso. O Globo, Rio de Janeiro, 03 de abr. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 de jun. de 2024.

GABEIRA, Fernando. O passado já passou? O Globo, Rio de Janeiro, 01 de abr. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

GABRIEL, Ruan de Sousa. Passado que se faz presente. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

GASPARI, Hélio. Walters, o americano que esteve em todas. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

GELANI, Felipe. Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de janeiro. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. 2024.

GITLIN, Todd. Biografia. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Todd-Gitlin>. Acesso em: 20 de mar. 2024.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOIS, Antonio. Educação na ditadura militar. O Globo, Rio de Janeiro, 01 de abr. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso: 23 de jun. de 2024.



GONÇALVES, Eduardo. Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. de 2024.

GOULART, J. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Org. de Wanielle Brito Marcelino. Brasília: Funag, 2009.

GOULARTE, Jeniffer; ROXO, Sérgio. Lula evita se opor a militares e trava comissão. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

HARTOG, Simon. *Beyond citizen Kane* (Muito além do cidadão Kane). BBC, 105 min, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0&t=1s>. Acesso em: 06 de abr. 2024.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1991.

JERONYMO, Raquel. **Enquadramento Jornalístico do Impeachment de Dilma Rousseff em Revistas Semanais Brasileiras: Gênero como Quadro de Referência Primário**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande - MS, 2019.

JORNAL DO BRASIL. Edição de 31/03/1964. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=51541. Acesso em: 29 de abr. 2024.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KUHN, Bruno; ARÉVALO, Raquel. A doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas. **HIS**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LEITÃO, Miriam. O país que não sabe lembrar. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

LIMA, Venício A. de. Globo e política: “tudo a ver”. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p.104-129.



LIÑÁN, Aníbal Pérez. **Impeachment ou retrocesso? Ameaças à democracia no século XXI**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 33, n° 98, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5fNc9G8V36HhP8c4NQYjtxK/abstract/?lang=pt&stop=previous&format=html>. Acesso em: 04 de abr. de 2024.

LITEWSKI, Chaim (Dir.). **Cidadão Boilesen**. Rio de Janeiro. Documentário, 92 min, color. 2009.

MAGALHÃES, Vera. Silêncio sobre o 31/03 expõe feridas do 8/1. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. de 2024.

MAGNOLI, Demétrio. 1964, memórias corrompidas. O Globo, Rio de Janeiro, 01 de abr. Disponível: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

MEDIA, Kantar Ibope. Audiência de TV. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/tipo-dado/audiencia-tv-pnt-top-10/#>. Acesso em: 13 de jun. de 2024.

MELO, Bernardo Mello. As vozes do golpe: com áudios inéditos, podcast da CBN revela bastidores do regime. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MIRANDA, Camila Barbosa. **As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964-1985)**. Tese (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MIRANDA, Nilmário; LUZ, Hélio. É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MOTTA, Diego Airoso da. **A participação civil e da mídia no Golpe de 1964 e na Ditadura Brasileira: um caso de violência política simbólica**. Violência, segurança e política: processos e figurações. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019. 632 p. (Sociologia das Conflitualidades; vol. 10).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNIZ, Mariana. Em voto, Flávio Dino diz que 'função militar é subalterna'. 01 de abr. Disponível: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso: 23 de jun. de 2024.



MUNIZ, Mariana; GULLINO, Daniel. Maioria da Corte entende que Constituição não prevê intervenção militar. O Globo, Rio de Janeiro, 02 de abr. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 de jun. de 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

NOVAIS, Fernando A; CARDOSO, J. Manuel. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O GLOBO. Edição 31/03/1964. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 29 de abr. 2024.

ORTELLADO, Pablo. Ditadura nunca mais! O Globo, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. 2024.

POMPEU, Lauriberto; ROXO, Sérgio. PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64. O Globo, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em 20 de jun. de 2024.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. In: Anais do ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, XXVI, Caxambu (MG), 2002.

REMIGIO, Marcelo. 8 de janeiro não teve o apoio popular como no golpe de 1964. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.

SABÓIA, Gabriel; SARTORI, Caio. Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe. O Globo, 01 de abr. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 23 de jun. 2024.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. O Brasil é um imenso primeiro de abril. O Globo, 01 de abr. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

SARTORI, Caio. Ministros da Defesa sempre foram frágeis diante dos militares. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 21 de jun. de 2024.



SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Juremir Machado. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Marcelo; CAMPOS, Pedro Henrique; COSTA, Alessandra. **A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã durante o regime civil-militar brasileiro**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 42, nº 89, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Gt4dXN8xxv8GqqrYdZj9YHg/#>. Acesso em: 27 de jul. 2024.

SILVA, Michele Santos da. **Ley com qué Medios?: o enquadramento noticioso no contexto do confronto político entre Clarín e Cristina Kirchner**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba - PR, 2015.

SIMÕES, Cassiano F; Mattos, Fernando. Elementos históricos- regulatórios da televisão brasileira. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005, p.35-55.

SOARES, MC. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 272 p. ISBN 978-85-7983-018-1.

SOCIAL, Secretaria de Comunicação. Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. Brasília: Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-2013-a-2018/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 05 de maio de 2024.